



Tribunal Regional Eleitoral
de Goiás

20 RELATÓRIO
21 INTEGRADO
DE GESTÃO



Tribunal Regional Eleitoral
de Goiás

20 RELATÓRIO
21 INTEGRADO
DE GESTÃO

Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Relatório Integrado de Gestão
Exercício 2021

Relatório Integrado de Gestão do exercício de 2021, elaborado de acordo com a Instrução Normativa - TCU nº 84/2020 e a Decisão Normativa – TCU nº 187/2020, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo e à sociedade como Prestação de Contas Anual desta Unidade Jurisdicional, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Diretoria-Geral
Goiânia, março de 2022

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

www.tre-go.jus.br

Composição do Tribunal Pleno

em dezembro de 2021

Presidente	Des. Leandro Crispim
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral	Des. Luiz Eduardo de Sousa
Desembargadores Substitutos	Des ^a . Amélia Martins de Araújo Des. Itaney Francisco Campos
Juízes Federais	Juliano Taveira Bernardes Mark Yshida Brandão - Substituto
Juízes de Direito	Jeronymo Pedro Villas Boas Ana Cláudia Veloso Magalhaes - Substituta José Proto de Oliveira Mônica Cezar Moreno Senhorelo - Substituta
Juristas	Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior Vago Vicente Lopes da Rocha Júnior Adenir Teixeira Peres Júnior - Substituto
Procurador Regional Eleitoral	Célio Vieira da Silva Otávio Balestra Neto - Substituto
Ouvidor Regional Eleitoral	Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior
Escola Judiciária Eleitoral	Vicente Lopes da Rocha Júnior

Estrutura Administrativa

em dezembro de 2021

Diretor-Geral	Wilson Gamboge Júnior
Secretaria-Geral da Presidência	Fernanda Souza Lucas
Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria	Juliana Saddi Artiaga
Secretaria-Geral da Diretoria-Geral	Pedro Henrique Gomes Pereira de Souza Azzi
Secretaria Judiciário	Leonardo Sapiência Santos
Secretaria de Administração e Orçamento	Giselle de Bastos Vieira Delfino e Castro
Secretaria de Gestão de Pessoas	Loirí Schwingel
Secretaria de Tecnologia da Informação	Frank Wendell Ribeiro
Secretaria de Auditoria interna	Sandra Fleury Nogueira

Elaboração do Relatório

Organização	José Carlos da Silva André Luiz Soares
Revisão	Maria Thereza Rodrigues de Oliveira
Arte e diagramação	Otávio Augusto de Souza

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado com a participação de cada segmento institucional, reunindo, de forma íntegra, todos os resultados do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, possibilitando uma visão sistêmica de como a governança foi organizada para direcionar as estruturas de gestão rumo aos objetivos institucionais.

O relatório está estruturado nos seguintes capítulos:

MENSAGEM DO PRESIDENTE

01 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

02 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

03 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

04 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Desembargador Leandro Crispim

Em março de 2021, me encarreguei de apresentar o Relatório Integrado de Gestão ao Tribunal de Contas da União, o qual se ocupou, àquele tempo, de bem e fielmente demonstrar os resultados alcançados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás no exercício contábil, orçamentário e financeiro de 2020.

Àquele tempo, o relato integrado se atentava a demonstrar preponderantemente, em linguagem simples e objetiva, como a Justiça Eleitoral de Goiás, naquele exercício financeiro, se portou no mister de gerir seu orçamento e patrimônio, e especialmente, realizar a mais paradigmática eleição municipal de que se tem notícia, a qual ocorreu em meio à pandemia que impactou o mundo todo.

Já neste momento, o relatório que ora se apresenta cuida de compilar e explicitar atos de gestão do exercício contábil, orçamentário e financeiro de 2021, os quais foram guiados pelas diretrizes estratégicas do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça.

Tais diretrizes se encontram traduzidas na nossa Cadeia de Valor e, sobretudo nos instrumentos executivos de gestão, notadamente no Plano de Gestão 2020/2022 e no Planejamento Estratégico institucional de longo prazo (Plano Estratégico 2016/2021), cujos resultados do último ciclo de gestão mensuramos em dezembro de 2021, mesmo exercício das contas ora prestadas.

Assim, com olhos postos na nossa Missão institucional, isto é, “Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral” a Justiça Eleitoral pautou seus esforços estratégicos para buscar o aprimoramento e a excelência do Processo Eleitoral, com vistas a fortalecer a credibilidade desta Justiça Especializada, notadamente após o Pleito de 2018, quando o processo de votação eletrônica foi descredibilizado por uma parcela da sociedade que sofreu os infundados efeitos da desinformação (fake news) em escala sem precedentes.

Debaixo dessa perspectiva, mantivemos ativos importantes canais de aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade, em programas tais como o “Conversando com a Justiça Eleitoral”, o “Dia D da Urna Eletrônica” e o “Eleitor do Futuro”.

Mesmo em meio aos efeitos do distanciamento social em função da pandemia, buscou-se a ampliação do atendimento aos eleitores, v.g., o bem-sucedido acordo de cooperação com o Governo do Estado de Goiás a partir das unidades dos Vapt-Vupt’s, sendo possível dizer hoje que cerca de 27,6% do atendimento do eleitorado goiano já é atendido em unidades descentralizadas.

Mais ainda, visando conferir cidadania, mesmo em meio a um cenário de severas medidas de distanciamento social, cuidamos incre-



mentar os atendimentos remotos, via internet, conferindo ao eleitor goiano a possibilidade de cadastrar-se como eleitor e, até mesmo, regularizar sua situação junto à Justiça Eleitoral por meio remoto, com o uso do Título Net.

Nesse passo, somente em 2021, 90% dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral aos eleitores se deram por meio exclusivamente eletrônico, sinal evidente de que o eleitorado goiano teve seu acesso à cidadania preservado.

O exercício de 2021, além de ressaltar a consolidação dos serviços eleitorais por meio da descentralização e da internet, também se estabelece como o primeiro ano em que 100% dos processos administrativos e jurisdicionais se tramitaram, em Primeiro e Segundo grau, integralmente por meio eletrônico, via implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI e do o Processo Judicial Eletrônico - PJE respectivamente, evidência inequívoca do primado pela entrega célere da jurisdição.

O exercício de 2021, no contexto administrativo, foi marcado ainda por diversos esforços no sentido de dotar as Zonas Eleitorais de condições adequadas para atendimento aos eleitores, o que se viu com a contratação de reformas em diversos prédios. Destaco, nesse sentido, especialmente a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, segundo o qual foi cedido à Justiça Eleitoral o Edifício Ialba-Luza, mediante módica assunção dos custos de manutenção da edificação.

O espaço cedido abrigará o maior eleitorado do estado. Doravante, os eleitores goianienses serão confortavelmente atendidos no espaço objeto do acordo, o qual conta com quase 5 mil metros quadrados e abrigará a Central de Atendimento ao Eleitor, as 9 Zonas Eleitorais da Capital e, ainda, algumas unidades administrativas, tais como a Secretaria de Auditoria Interna, a Escola Judicial Eleitoral, a Ouvidoria Regional Eleitoral, além dos Departamentos de Assistência Médica e Odontológica e da Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias.

A cessão Ialba-Luza representa uma economia anual em gastos com aluguel superior a 1 milhão de reais, além de exsurgir como um importante paradigma para que os órgãos públicos otimizem seus espaços e busquem soluções compartilhadas para maximização do uso consciente de seus espaços com vistas ao bem público comum.

De ver-se, portanto, que aludido documento foi elaborado em conformidade com as disposições das Instruções Normativas, das Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União e está construído para garantir não só ao órgão de controle externo, mas também à sociedade, a plena percepção da desenvoltura da Justiça Eleitoral goiana no realizar de sua obrigação constitucional e na administração dos recursos que lhes são disponibilizados.

Goiânia, março de 2022.



Desembargador **Leandro Crispim**
Presidente





MENSAGEM DO PRESIDENTE

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 17 Estrutura organizacional e de governança
- 17 Organograma
- 18 Modelo de Governança
- 19 Descrição das estruturas de governança
- 19 Tribunal Pleno
- 20 Principais instâncias internas de apoio à governança
- 20 Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa
- 20 Alta Administração
- 23 Principais instâncias externas de governança
- 23 Principais instâncias externas de apoio à governança
- 24 Modelo de negócios
- 25 Cadeia de Valor
- 26 Processos de trabalho certificados
- 28 Relação com o ambiente externo
- 29 Desafios
- 29 Oportunidades
- 33 Redes Sociais
- 34 Determinação da Materialidade das Informações
- 35 Processo de elaboração do Relatório Integrado

2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- 37 Gestão de riscos e controles internos
- 40 Matriz SWOT - Forças | Fraquezas | Ameaças | Oportunidades
- 41 Principais riscos identificados
- 42 Principais oportunidades específicas identificadas

3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- 44 Apoio da Estrutura de Governança
- 47 Relacionamento com a Sociedade
- 49 Partes interessadas
- 50 Atendimento
- 52 Planejamento da organização
- 53 Vinculação de objetivos funcionais aos objetivos estratégicos
- 54 Objetivos Estratégicos
- 54 Indicadores Estratégicos
- 64 Plano de curto prazo (plano de gestão)
- 64 Diretrizes da Gestão
- 65 Programas / Projetos / Ações
- 77 Eleições 2022
- 79 Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados
- 81 Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas
- 3.1 Gestão Orçamentária e Financeira**
- 87 Perfil do gasto
- 87 Dotação por Identificador de Resultado Primário
- 88 Evolução da execução orçamentária dos últimos exercícios:
- 89 Evolução dos gastos por finalidade (maiores despesas)
- 91 Detalhamento da despesa por grupo e elemento
- 92 Despesas Discricionárias
- 93 Despesas Discricionárias por finalidade do gasto (plano interno)
- 94 Execução orçamentária dos principais Programas/Projetos/Ações:
- 95 Execução de Restos a Pagar não Processados em 2021:
- 96 Provisões Recebidas:
- 97 Desempenho atual em comparação com o esperado:
- 97 Limite de Pagamentos
- 98 Ações de melhoria da gestão do gasto público
- 99 Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios
- 99 Análise e perspectivas para 2022-2023

3.2 Gestão de Pessoas

- 101 Conformidade legal
- 101 Governança e Estratégia
- 102 Avaliação da força de trabalho
- 105 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas
- 106 Detalhamento da despesa de pessoal
- 107 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia
- 109 Capacitação: estratégia e números
- 112 Atenção à saúde
- 113 Principais desafios e ações futuras

3.3 Gestão de Licitações e Contratos

- 115 Conformidade legal
- 115 Mecanismos de controle e de prevenção de irregularidades ou falhas utilizadas
- 116 Detalhamento dos gastos
- 117 Contratações mais relevantes
- 117 Justificativas referentes às contratações
- 119 Contratações diretas
- 119 Principais gastos com contratação direta
- 120 Desafios, fraquezas e riscos na gestão de licitações e contratos

3.4 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

- 122 Conformidade legal
- 122 Principais investimentos de capital
- 124 Desfazimento de ativos
- 124 Locações de imóveis e equipamentos
- 126 Mudanças e desmobilizações relevantes
- 126 Principais desafios e ações futuras

3.5 Gestão da Tecnologia da Informação

- 128 Conformidade legal
- 128 Modelo de governança de TI
- 130 Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2021)
- 130 Principais iniciativas e resultados na área de TI por Cadeia de Valor do TRE-GO
- 132 Segurança da Informação
- 133 Principais desafios e ações futuras

- 134 Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

3.6 Gestão de Custos

- 136 Conformidade legal
- 136 Estimativa de custos
- 139 Principais desafios e ações futuras

3.7 Sustentabilidade Ambiental

- 141 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições
- 142 Ações para redução do consumo de recursos naturais
- 143 Redução de resíduos poluentes
- 144 Principais desafios e ações futuras
- 144 Acessibilidade

4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

- 147 Resumo da Situação Financeira e Contábil
- 148 Demonstrações Contábeis
- 149 Balanço Patrimonial
- 149 Ativo
- 149 Evolução patrimonial
- 151 Passivo
- 152 Patrimônio Líquido
- 152 Demonstração das Variações Patrimoniais
- 154 Balanço Orçamentário
- 154 Execução Orçamentária
- 155 Execução de restos a pagar
- 157 Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis
- 157 Principais critérios e políticas contábeis
- 160 Informações acerca do setor de contabilidade
- 161 Notas Explicativas



1

Visão Geral
Organizacional e
Ambiente Externo

O **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO)** é parte da Justiça Eleitoral Brasileira, constituindo um dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais do país, todos vinculados ao Tribunal Superior Eleitoral.



MISSÃO:

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.



VISÃO:

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral.



POLÍTICA DA QUALIDADE:

Garantir a efetividade do exercício da soberania popular, por meio de serviços de qualidade, prestados de forma célere e eficaz, aprimorados pela melhoria e análise de riscos do processo eleitoral.



VALORES:

Comprometimento
Ética
Transparência
Inovação e Modernidade
Probidade

Responsabilidade Socioambiental
Integração
Acessibilidade
Celeridade
Imparcialidade

A principal atividade do órgão é a prestação jurisdicional em matéria eleitoral aos cidadãos, aos candidatos a cargos eletivos e aos partidos políticos, por meio da atividade administrativa eleitoral, composta pela formação e manutenção do Cadastro Nacional de Eleitores, pela apreciação dos pedidos de registro de candidaturas, pelo acompanhamento e fiscalização da propaganda eleitoral e partidária, bem como pelas ações de preparação dos locais de votação, de recepção dos votos, de apuração das eleições, de análise das prestações de contas de partidos e candidatos e de proclamação dos eleitos e suas respectivas diplomações.

A Justiça Eleitoral Brasileira, segmento especializado do Poder Judiciário, foi criada através do Decreto-Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que também instituiu, no seu artigo 5º, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO).

Principais normas direcionadoras:

- Constituição Federal (arts. 118 a 121)
- Lei nº 9.504/97
- Lei nº 4.737/65
- Lei nº 9.096/95
- Resoluções do TSE
- Regulamento e Regimento Interno do TRE-GO

Estrutura organizacional e de governança

A estrutura orgânica do TRE-GO decorre das disposições constantes na [Lei nº 8.868, de 14/04/1994](#), regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral (Processo nº 14.331 – classe 10ª DF, de 10/05/1994), [Lei nº 10.842, de 20/02/2004](#), e [Lei nº 11.202, de 29/11/2005](#), aprovada internamente pela [Resolução TRE-GO nº 95, de 21/06/2006](#).

A [Resolução TRE-GO nº 275, publicada em 19/12/2017](#), dispõe sobre o Regulamento Interno da Secretaria e da Corregedoria do TRE-GO.

O ano de 2021 foi extremamente relevante para a reorganização administrativa do TRE-GO. Com a finalidade de adaptar-se às novas necessidades institucionais, o Tribunal promoveu alteração nas estruturas internas de suas unidades.

O resultado desse trabalho foi a [Resolução TRE/GO nº 349/2021](#), publicada em 23/04/21, que confere novo formato à estrutura orgânica deste Regional conforme apresentado na figura a seguir:



Figura 01: Organograma

A estrutura organizacional completa do TRE-GO está publicada no Anexo III da Resolução TRE-GO nº 349/2021.

O modelo de Governança do TRE-GO apresenta, de forma estruturada, os diversos atores que atuam nas funções de governança e gestão para a realização da Missão Institucional.

MODELO DE GOVERNANÇA

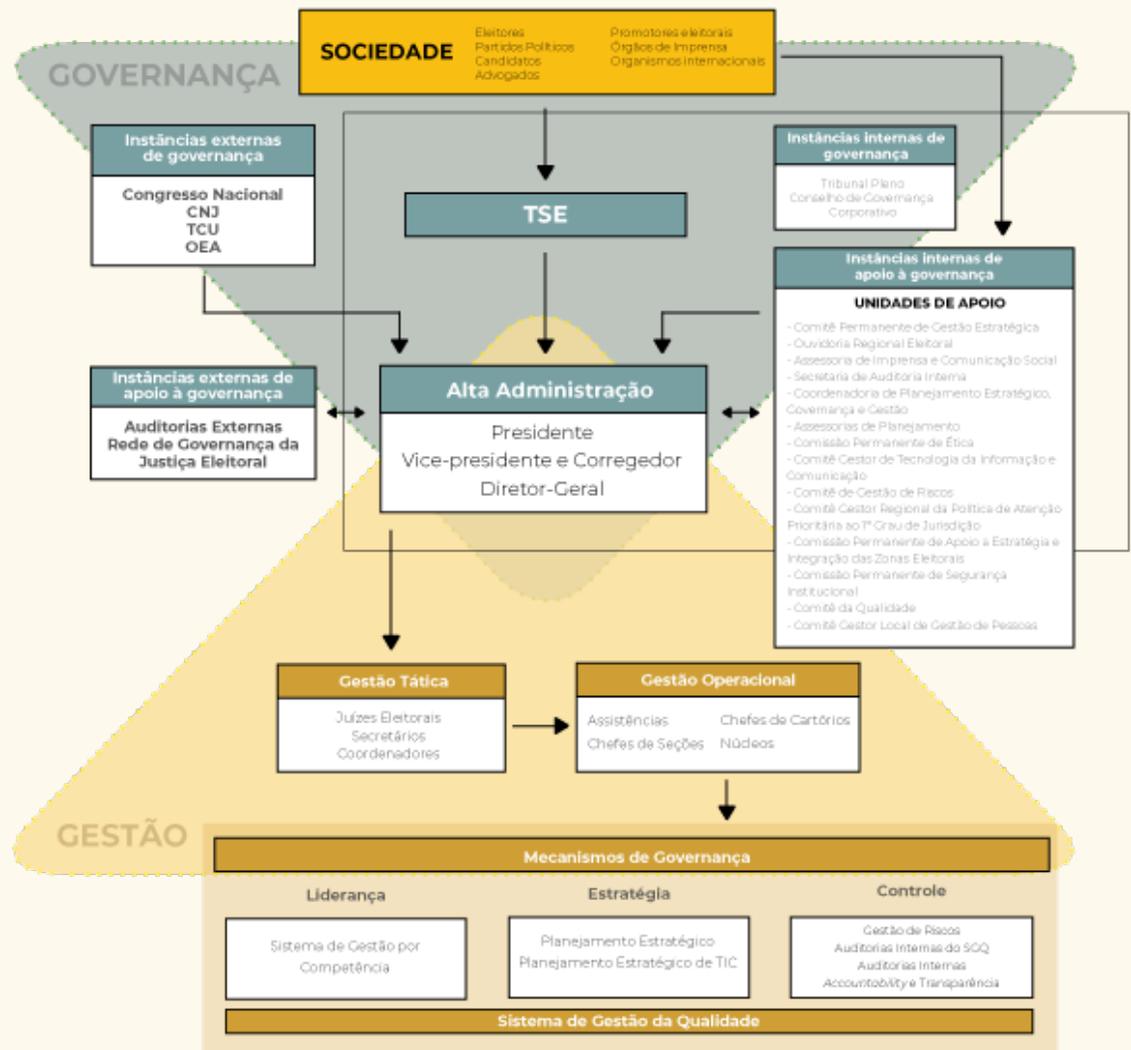


Figura 02: Modelo de governança

Descrição das estruturas de governança

Principais instâncias internas de governança

Tribunal Pleno

Composição do colegiado do TRE-GO em 31/12/2021:

Classe Desembargadores



Desembargador
Leandro Crispim
Presidente



Desembargador
Luiz Eduardo de Sousa
**Vice-Presidente e
Corregedor Eleitoral**



Desembargadora
Amélia Martins de
Araújo
**1º Suplente
da classe de
Desembargadores**



Desembargador
Itaney Francisco
Campos
**Substituto
da classe de
Desembargadores**

Classe Juízes Federais



Juliano Taveira
Bernardes
**Juiz Membro Titular
Classe dos Juízes
Federais**



Mark Yshida Brandão
**Juiz Membro
Substituto da
Classe dos Juízes
Federais**

Classe Juízes de Direito



Jeronymo Pedro
Villas Boas
**Juiz Membro
Titular
Classe dos Juízes
de Direito I**



Ana Cláudia Veloso
Magalhaes
**Juíza Membro
substituta
Classe dos Juízes de
Direito I**

Classe Advogados



Márcio Antônio de
Sousa Moraes Júnior
**Juiz Membro Titular
Classe dos
Advogados Jurista I
Ouvidor Regional
Eleitoral**



Vicente Lopes da
Rocha Júnior
**Juiz Membro Titular
Classe dos
Advogados Jurista II**



José Proto de
Oliveira - Decano
**Juiz Membro
Titular
Classe dos Juízes
de Direito II**



Mônica Cezar Moreno
Senhorelo
**Juíza Membro
substituta
Classe dos Juízes de
Direito II**



Vago
**Juiz Membro
Substituto Classe dos
Advogados Jurista I**



Adenir Teixeira Peres
Júnior
**Juiz Membro
Substituto Classe dos
Advogados Jurista II**

Ministério Público Eleitoral



Célio Vieira da Silva
**Procurador
Regional Eleitoral**

Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa

É órgão consultivo e de orientação superior, instituído pela [Resolução nº 310/2019 TRE-GO](#), com a finalidade de promover a gestão estratégica, o relacionamento e a integração com as partes interessadas, os mecanismos de controle, a transparência e prestação de contas dos resultados institucionais.

Alta Administração



Desembargador
Leandro Crispim
Presidente



Desembargador
Luiz Eduardo de Sousa
**Vice-Presidente e
Corregedor Eleitoral**



Wilson Gamboge Júnior
Diretor-Geral

Principais instâncias internas de apoio à governança

Comitê Permanente de Gestão Estratégica



Estabelece os temas organizacionais com o intuito de promover a aplicação da gestão de riscos nas estratégias, serviços, decisões, operações, processos e ativos. [Resolução nº 310/2019-PRES, art. 18.](#)

Secretaria de Auditoria Interna



Tem suas atribuições definidas na [Resolução TRE-GO nº 349/2021](#)

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social



Prevista na [Resolução TRE-GO nº 349/2021](#), tem como principais atribuições planejar, coordenar e executar as atividades de imprensa, cerimonial, comunicação social, mídias sociais e publicidade institucional.

Comitê de Gestão de Riscos



Presente na [Portaria nº 657/2016-PRES](#), tem a atribuição de coordenar o processo de riscos, zelando pela execução das atividades e implementação dos controles decorrentes da Política de Gestão de Riscos.

Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão



Prevista na [Resolução TRE-GO nº 349/2021](#), esta coordenadoria tem como principais atribuições elaborar o [Planejamento Estratégico](#) do Tribunal, o [Plano de Gestão](#) da Presidência e o Planejamento Integrado das Eleições, assim como orientar as unidades acerca da otimização dos processos de trabalho e o desenvolvimento de projetos estratégicos de interesse da organização.

Comissão Permanente de Segurança Institucional



Prevista na [Resolução TRE-GO nº 247/2016](#), esta Comissão tem como principais atribuições elaborar o plano de proteção e assistência aos juízes em situação de risco, deliberar sobre pedidos de proteção especial no período eleitoral e planejar, coordenar e executar ações em conjunto com os demais órgãos de segurança pública.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação



Instituído pela [Portaria nº 11/2020-PRES](#), com atribuições de definir as políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás.

Assessorias de Planejamento e Gestão Estratégica da VPCRE e das Secretarias do TRE-GO



Previstas na [Resolução TRE-GO nº 275/2017](#) e [Resolução TRE-GO nº 349/2021](#), têm como principais atribuições acompanhar o cumprimento das metas e objetivos estratégicos, bem como dos indicadores constantes do planejamento estratégico, executar medidas relacionadas às áreas de gestão da qualidade, projetos, riscos e racionalização de métodos, processos e rotinas correlatas.

Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição



Instituído por meio da [Portaria nº 43/2015-PRES](#) com as principais atribuições de fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Comissão Permanente de Ética



Instituída por meio da [Resolução nº 252/2016-PRES](#), tem natureza pedagógica e investigativa, com o objetivo de gerir o Código de Ética dos Servidores do TRE-GO.

Comissão Permanente de Apoio à Estratégia e Integração das Zonas Eleitorais



Instituída por meio da [Portaria nº 205/2014-DG](#) com atribuições de fomentar a participação dos servidores das zonas eleitorais na governança da instituição, implementando a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais.

Comitê da Qualidade



O Comitê da Qualidade foi instituído por meio da [Portaria nº 1133/2005-PRES](#) com as atribuições de apreciar e monitorar as questões que afetam o Sistema da Qualidade, assegurando as condições necessárias à manutenção e melhoria contínua dos processos, bem como a interação com a gestão institucional.

Ouvidoria Regional Eleitoral



Canal de comunicação entre o cidadão e o TRE-GO. [Resolução TRE-GO nº 140/2008.](#)

Gabinete Gestor de Metas



Compete ao gabinete gestor das metas, instituído pela [Portaria nº 312/2017-PRES](#): o acompanhamento permanente das metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça; a avaliação periódica dos resultados obtidos no cumprimento das metas; a identificação de falhas que possam comprometer o cumprimento das metas; adotar providências tendentes a prevenir ou fazer cessar entraves que possam comprometer a execução das metas do CNJ.

Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas



Instituído pela [Resolução nº 312/2019](#), funciona como órgão colegiado de natureza propositiva e deliberativa às ações relacionadas à Governança e Gestão de Pessoas.

Principais instâncias externas de governança

- Congresso Nacional
- Conselho Nacional de Justiça
- Tribunal de Contas da União
- Tribunal Superior Eleitoral

Principais instâncias externas de apoio à governança

Auditorias Externas



Organismos de Certificação de Sistemas da Qualidade – OCS.

Comitê Gestor e Subcomitês Gestores da Justiça Eleitoral (Rede de Governança)



Instituído por meio da [Portaria TSE nº 352/2018-DG](#) com a finalidade de discutir aspectos essenciais à Justiça Eleitoral, objetivando a construção, alinhamento e monitoramento dos planejamentos estratégicos da Justiça Eleitoral.

Modelo de negócios

O modelo de negócios do TRE-GO apresenta, de forma resumida, os recursos, aplicados em nossas atividades, através das estratégias definidas para o período que geram valor público à sociedade.

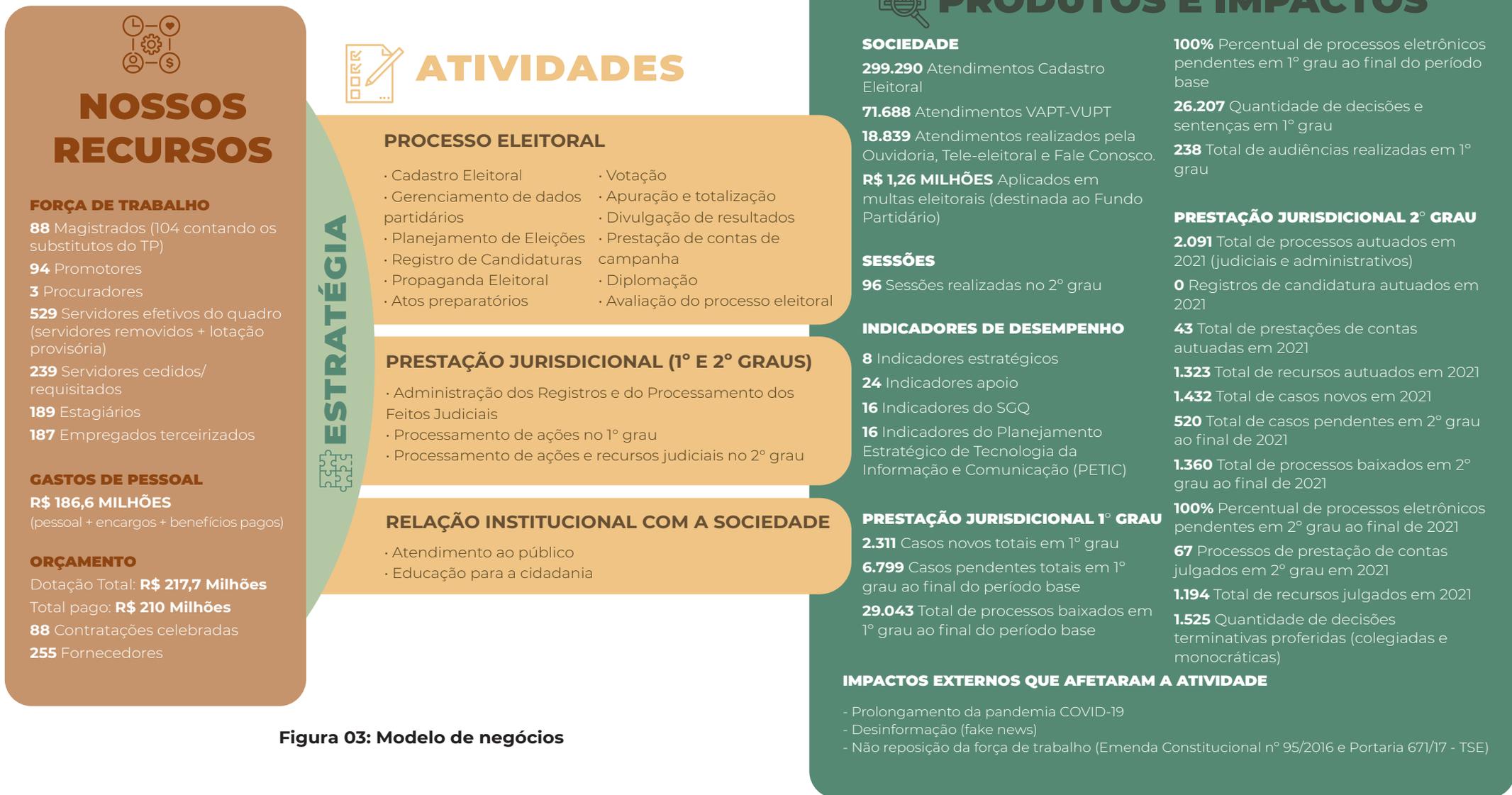


Figura 03: Modelo de negócios

Cadeia de Valor

Instituída pela Portaria PRES nº 792, de 10 de dezembro de 2014, a cadeia de valores do TRE-GO apresenta uma arquitetura de negócios baseada em macroprocessos, os quais se dividem em finalísticos, de governança e de apoio.

Consta do Plano de Gestão 2020-2022 do órgão a iniciativa de elaboração da nova Cadeia de Valor. A previsão de conclusão das atividades em curso se mantém no final do mês de março de 2022.



GOVERNANÇA

Gestão Institucional

- Gestão da Estratégia
- Gestão de Projetos
- Gestão de Processos
- Gestão de Qualidade
- Gestão Socioambiental
- Gestão da Informação/Comunicação

Controle

- Fiscalização da Gestão
- Processamento do Controle Externo
- Auditoria Interna
- Correição
- Inspeção



APOIO

Gestão de Pessoas

- Gestão do quadro de pessoal
- Gestão de atos e registro de pessoal
- Gestão das competências organizacionais
- Atenção ao servidor

Gestão de Tecnologia da Informação

- Planejamento de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC)
- Desenvolvimento e administração de soluções de TIC
- Gestão de Infraestrutura de TIC
- Monitoramento e avaliação de TIC
- Suporte técnico nas soluções de TIC

Gestão de Serviços

- Gestão das Aquisições de Bens e Contratações de Serviços
- Gestão de Contratos

Gestão de Bens

- Gestão de Patrimônio Imobiliário
- Gestão de Bens Permanentes
- Gestão de Almoxarifado

Gestão Orçamentária e Financeira

- Planejamento Orçamentário
- Acompanhamento, Execução e Controle Orçamentário
- Acompanhamento, Execução e Controle Financeiro
- Informações Gerenciais



FINALÍSTICO

Processo Eleitoral

- Cadastro Eleitoral
- Gerenciamento de dados partidários
- Planejamento de Eleições
- Registro de Candidaturas
- Propaganda Eleitoral
- Atos preparatórios

- Votação
- Apuração e totalização
- Divulgação de resultados
- Prestação de contas de campanha
- Diplomação
- Avaliação do processo eleitoral

Prestação Jurisdicional (1º e 2º grau)

- Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais
- Processamento de ações no 1º grau
- Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau

Relação Institucional com a sociedade

- Atendimento ao público
- Educação para a cidadania

Figura 04: Cadeia de Valor

Processos de trabalho certificados

Buscando melhorar os meios e formas de gerenciar as atividades diretamente ligadas ao processo eleitoral, a Alta Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás definiu como uma de suas diretrizes de gestão a **CERTIFICAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL**, com base na Cadeia de Valor do Tribunal, instituída pela [Portaria nº 792/2014 PRES.](#)

Com este propósito adotou o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), obtendo as certificações do PROGRAMA DA QUALIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL (PQJE), instituído pela Portaria TSE 584/2011 e atualizada pela [Portaria TSE nº 370/2018](#), pelo Tribunal Superior Eleitoral e de Organismo Certificador com base na NBR ISO 9001:2015.

A [Resolução nº 310/2019 TRE-GO](#), que instituiu o Sistema de Governança Corporativa, posicionou a Qualidade na base da pirâmide de Governança, com o propósito de qualificar os processos das instâncias internas de apoio a governança, promover a excelência e a transparência na gestão da organização.

Abaixo segue a descrição dos 12 processos certificados componentes do SGQ:

Macroprocesso Finalístico – Processo Eleitoral



Cerimônia de Diplomação dos eleitos

Processo pelo qual são realizadas as atividades de confecção de diplomas, organização da sessão regimental de formalização do ato de jurisdicional de entrega dos mesmos, o qual legitima e habilita os candidatos eleitos a tomarem posse nos respectivos cargos, até o número de suplências definido pelo Tribunal Pleno.



Planejamento das eleições

Processo pelo qual são realizadas as atividades de planejamento, monitoramento da execução, avaliação e suporte à implementação de melhorias no processo de realização das eleições.



Prestação de contas – eleições

Processo pelo qual são realizadas as atividades de exame das prestações de contas de campanha eleitoral, capacitação de servidores envolvidos e orientação a prestadores de contas (candidatos e partidos políticos).



Registro de candidaturas

Processo pelo qual são realizadas as atividades de processamento dos pedidos de registro de candidaturas, com a utilização dos sistemas oficiais, mediante revisão dos dados de autuação e distribuição dos processos, análise da documentação apresentada, julgamento dos pedidos, publicação das decisões.

**Gestão de urnas**

Processo pelo qual são realizadas as atividades relacionadas à gestão do ciclo de vida, desde o aceite até o descarte das urnas eletrônicas.

**Divulgação de resultados**

Processo pelo qual são realizadas as atividades de cerimônia de divulgação dos resultados das eleições para a sociedade.

Macroprocesso Finalístico – Processo relação institucional com a sociedade**Tele-atendimento**

Processo pelo qual são realizadas as atividades de atendimento a pedidos de informações (perguntas) mais frequentes (locais de votação, total de votos do candidato, seção de votação, pesquisa eleitoral ou outros).

**Atendimento das demandas**

Processo pelo qual são realizadas as atividades de atendimento as demandas dirigidas a Ouvidoria (denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações e pedidos de informação ou outros).

**Zona Eleitoral – Cartório Modelo**

Realizadas atividades de atendimento ao público, com destaque para as quatro operações principais, quais sejam: requerimento de alistamento eleitoral, atualização de situação do eleitor, pagamento de multa e transferência de domicílio eleitoral.

Macroprocesso Finalístico – Prestação Jurisdicional (2º Grau)**Publicação de acórdãos**

Processo pelo qual são realizadas as atividades de identificação dos arquivos a serem publicados, publicação dos acórdãos de HC, MS, AC e PC que tramitam no PJe.

**Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais (Trâmite Judicial)**

Processo pelo qual são realizadas as atividades de autuação (SADP), verificação e certificação dos dados dos processos de Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Ação Cautelar, Recurso Eleitoral, Recurso Criminal, Recurso em Habeas Corpus, Recurso em Mandado de Injunção e Recurso em Mandado de Segurança protocolados, identificando eventuais causas que possam gerar prevenção.

Macroprocesso Apoio – Processo Gestão do Quadro de Pessoal**Provimento de cargo efetivo vago**

Processo pelo qual são realizadas as atividades de nomeação do candidato aprovado em concurso para o cargo vago, posse, início do exercício e atividades de cadastro no SGRH.

A certificação de processos no órgão conta com o patrocínio da Alta Administração desde a instituição do Sistema de Gestão da Qualidade. O comprometimento em buscar a excelência resultou na expansão do escopo do sistema com a inclusão de mais três novos processos para a certificação no próximo exercício:

- Cadastro Eleitoral
- Capacitação ordinária de servidores
- Capacitação Jurídica (EJE)
- Relação Institucional com a Sociedade (EJE)

Relação com o ambiente externo

Se 2020 foi um ano marcado pelo enfrentamento à pandemia da COVID-19, impondo desafios nunca antes vivenciados pela Justiça Eleitoral, 2021, por sua vez, consolidou-se como o ano de superação e estabilidade da prestação de serviços à população usuária da Justiça Eleitoral e das oportunidades de cooperação entre órgãos, destacando-se a cessão de imóvel pelo TRT-18 ao Tribunal Regional Eleitoral.

Em novembro de 2021, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região firmaram Termo de Cessão de Uso de Espaço Físico do Edifício Ialva-Luza, que faz parte do Complexo Trabalhista de Goiânia, para instalação dos nove cartórios eleitorais da capital, da central de atendimento ao eleitor e outras unidades do Tribunal. Com a estrutura do TRT-18, será possível proporcionar conforto aos cidadãos e aos colaboradores. O ambiente propicia que a Justiça Eleitoral se ocupe de seu principal mister, que é garantir um processo eleitoral legítimo e democrático. O compartilhamento de espaços é um exemplo de que órgãos públicos federais podem e devem exercer, na prática, os princípios da economicidade e da eficiência.

O combate à desinformação permanece sendo um impasse frente às tentativas de descrédito da Justiça Eleitoral e, em especial, do sistema de votação. Em 2022, o desafio será consolidar a imagem e credibilidade da Justiça Eleitoral, além de aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica. A urna é o personagem principal das eleições e, justamente por isso, é tão atacada.

As dificuldades mencionadas trouxeram oportunidades que vêm

sendo bem aproveitadas pelo Tribunal, como a adoção de boas práticas, frequentemente incentivadas pelos órgãos superiores. Os resultados alcançados nos prêmios da Qualidade e Transparência promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça são bons exemplos, assim como a promoção de diversas ações de esclarecimento e educação do eleitor, em especial a importância da difusão de conhecimentos políticos e cidadania e a segurança da urna eletrônica, gerando valor à sociedade e impacto direto no fortalecimento da democracia brasileira.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou em 29 de junho de 2020 a [Resolução CNJ n. 325/2020](#), estabelecendo que os planejamentos estratégicos dos órgãos do Poder Judiciário deverão alinhar-se à Estratégia Nacional, possuírem horizonte de seis anos, que conincidirá com o período de suas vigências, o sexênio de 2021 a 2026. Neste sentido, o Tribunal aprovou seu [Planejamento Estratégico 2021-2026](#) em junho de 2020, pautado pelas diretrizes estabelecidas.

Desafios



- Continuidade da pandemia do coronavírus em ano eleitoral
- Disseminação de desinformação (fake news)
- Acirramento da disputa político-partidária e polarização ideológica
- Ataques à Justiça Eleitoral, com tentativas de desqualificar a uso da Urna Eletrônica.

Oportunidades

Parcerias públicas

• Prêmio CNJ de Qualidade

2020: Prata 70,28% **2021:** Prata 80,23%

• Ranking CNJ da Transparência

2019: 59,84% **2020:** 94,26% **2021:** 96,91%

• Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Prêmio Selo de Boa Prática da Justiça Eleitoral 2021

Comunicação Institucional

- **116** Entrevistas concedidas
 - **289 matérias** para o portal de internet do TRE-GO
 - **1.263 matérias veiculadas** na imprensa com fornecimento de informações do TRE-GO ou com entrevistas
 - **55 vídeos** produzidos alcançando organicamente 46.505 visualizações no Youtube
 - Mais de **1.500 publicações nas redes sociais** do órgão (Campanhas de esclarecimento sobre: Conscientização do cidadão eleitor dos seus direitos, do voto consciente; Papel da Justiça Eleitoral, da transparência do processo eleitoral e da segurança da urna eletrônica), sendo: 512 (Instagram), 532 (Facebook) e 506 (Twitter)
- 512.794** de alcance nas redes sociais do órgão

Figura 05: Desafios e Oportunidades

Relacionamento com clientes e partes interessadas

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, desde 2019, com o processo revisional do seu plano de longo prazo, vem aprimorando o relacionamento com a sociedade por meio de iniciativas de aperfeiçoamento da transparência das informações direcionadas ao público externo.

Dando continuidade à ampliação dos canais de comunicação com a sociedade e reforçando a comunicação institucional, levando informação e esclarecimento ao eleitor a respeito do processo eleitoral e ações institucionais, o Tribunal alcançou, na edição do Prêmio CNJ da Transparência 2021, o índice de 96,4%, resultado superior ao alcançado em 2020 (94,26%), aproximando-se da pontuação máxima.

Prêmio CNJ da Transparência



Figura 06: Prêmio CNJ da Transparência

Ouvidoria

A Ouvidoria Regional Eleitoral de Goiás, além de atuar como mediadora de conflitos, é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações e pedidos de informação através dos canais de comunicação: internet, telefone, e-mail institucional, Correios e atendimento presencial.

Desde 2020, em virtude da COVID-19, foram disponibilizadas, além dos canais permanentes, alternativas de comunicação com a Justiça Eleitoral goiana durante a suspensão do atendimento presencial. Tal situação perdurou até agosto de 2021, quando o serviço de atendimento telefônico “Tele-Eleitoral” retomou seus serviços pelo número 148, juntamente com as atividades presenciais. Foram ainda implementadas melhorias nos atendimentos por meio da página do [Fale Conosco](#) e do atendimento automatizado pelo WhatsApp ([Telerresposta](#)).

[Acesse os serviços da Ouvidoria.](#)

Em junho de 2021, o Tribunal lançou a [Ouvidoria da Mulher](#), canal exclusivo para que as mulheres vítimas de assédio ou discriminação, sejam elas magistradas e promotoras eleitorais, advogadas, estagiárias, servidoras, colaboradoras ou eleitoras possam apresentar suas denúncias, concretizando ação integrante da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e de Discriminação na Justiça Eleitoral ([Portarias TRE-GO nº 142/21](#) e [nº 144/21](#)).

Durante o ano de 2021 foram realizados dez encontros junto aos Núcleos de Zonas Eleitorais do Estado, em ação de sensibilização da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Mo-

ral, Sexual e Discriminação, contando ainda com a palestra "Combate aos Assédios / Segurança Psicológica", que teve a participação de servidores.

A criação da Ouvidoria da Mulher, pelo TRE-GO, inspirou outros Regionais, diversas instituições públicas e Tribunais, além do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Como pioneiro na promoção do canal especializado ao atendimento da mulher, este Regional possibilitou o compartilhamento da experiência da Ouvidoria, tendo participado ativamente do lançamento da Ouvidoria da Mulher no TRE-MG, no TRE-PR, no CNJ e no “Seminário de combate ao assédio e à discriminação no Poder Judiciário”, realizado pelo CNJ no início de 2022.

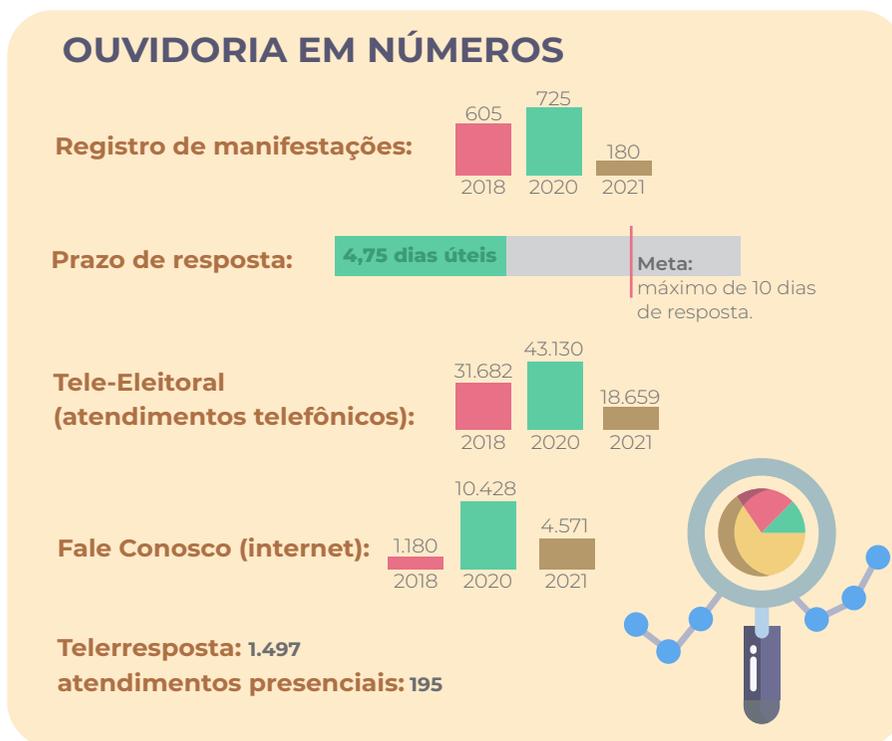


Figura 07: Ouvidoria em números

Pedidos de acesso à informação – Lei nº 12.527/2011

No âmbito do TRE-GO, compete à Ouvidoria o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que cuida do encaminhamento de pedidos de acesso à informação e da consulta sobre o andamento dos processos administrativos instaurados. As solicitações podem ser realizadas por meio dos canais de acesso, disponibilizados no sítio eletrônico do Tribunal. As respostas aos pedidos de informação são encaminhadas aos cidadãos no prazo de 10 dias, conforme meta estabelecida pelo Indicador Estratégico deste Regional e dentro do previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI). Os principais demandantes são pesquisadores, eleitores e servidores ativos e terceirizados.

No ano de 2021, foram recebidos **31 pedidos de informação**, importando em 17,22 % das demandas da Ouvidoria, tendo sido atendidos na sua totalidade.

Carta de serviços

A Carta de Serviços ao Cidadão, com a relação dos serviços prestados pelo órgão e as formas de acesso, estão disponíveis [em nosso site](#).



Figura 08: Carta de serviços ao cidadão

Canais de comunicação

OUVIDORIA



Tele-Eleitoral

Atendimento das 12h às 19h

Capital: 148

WhatsApp Zonas Eleitorais, atendimento ao eleitor.

[Confira a listagem completa aqui.](#)



Telerrespostas

Respostas automáticas das perguntas mais frequentes dos eleitores, via Whatsapp.

(62) 3920-4012



E-mail

ouvidoria@tre-go.jus.br

(informe nome completo, CPF, nome da mãe e data de nascimento).



Formulário Web

[Acesse aqui](#)



Correspondência

(Praça Cívica, 300, Centro, Goiânia - GO - 74003-01)



Atendimento presencial

Praça Cívica, 300, Térreo, Centro, Goiânia/GO, CEP. 74.003-001

Atendimento das 12h às 19h, com agendamento prévio, via Tele-Eleitoral e/ou e-mail ouvidoria@tre-go.jus.br



Recebimento de denúncias de assédio moral, sexual e discriminação no âmbito do TRE-GO:

enfrentamentoaoassedio@tre-go.jus.br



Recebimento de denúncias de assédio moral, sexual e discriminação contra mulher no âmbito do TRE-GO:

ouvidoriadamulher@tre-go.jus.br

Whatsapp: (62) 3920-4060

PORTAL DO TRIBUNAL



www.tre-go.jus.br

MÍDIAS SOCIAIS



Figura 09: Canais de Comunicação

OUVIDORIA EM NÚMEROS

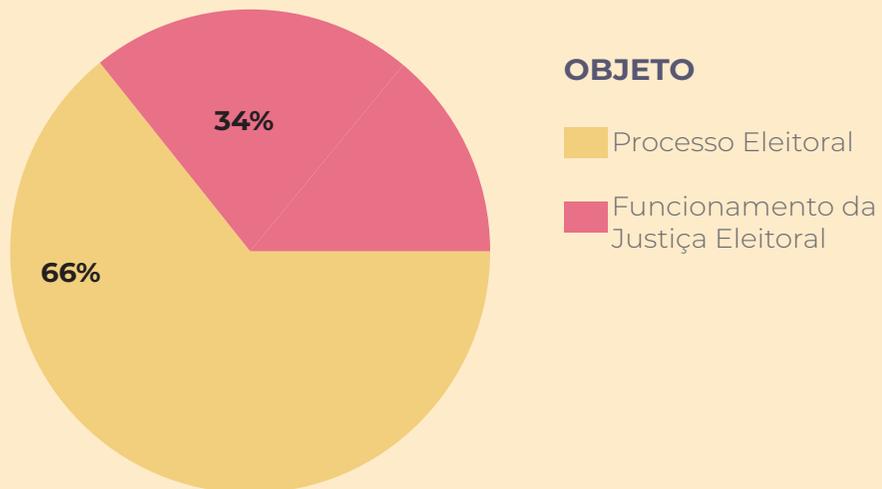


Figura 10: Objeto das manifestações

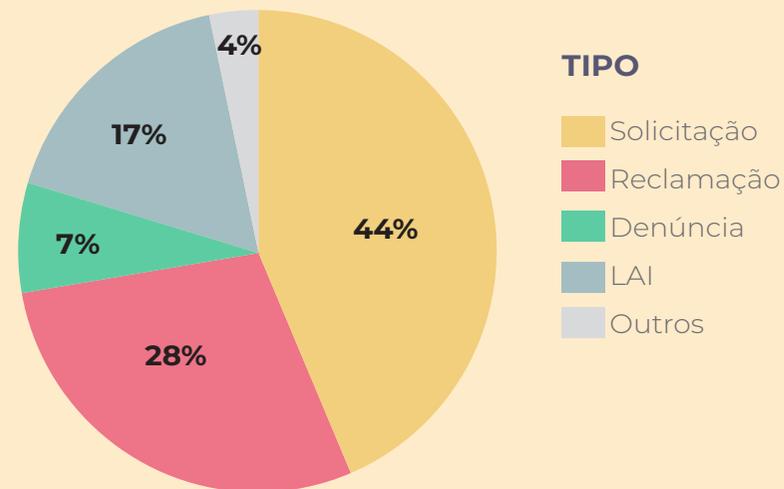


Figura 11: Tipo das manifestações

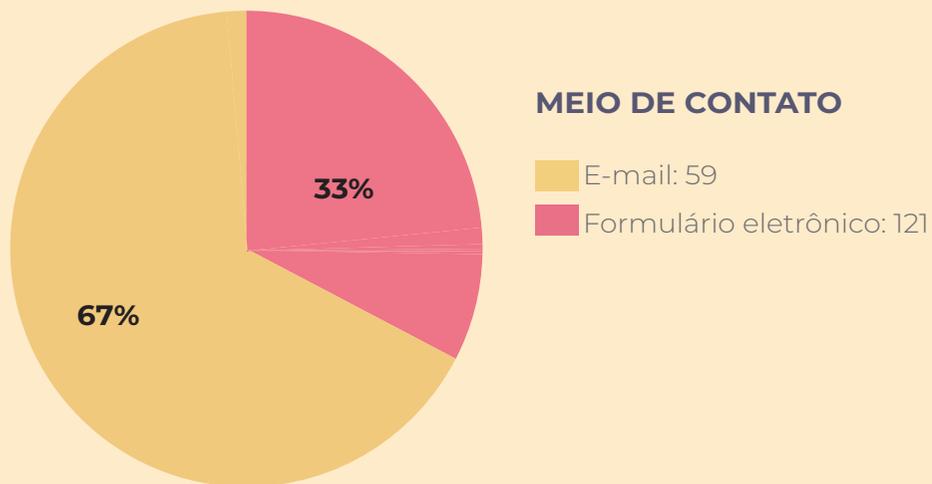
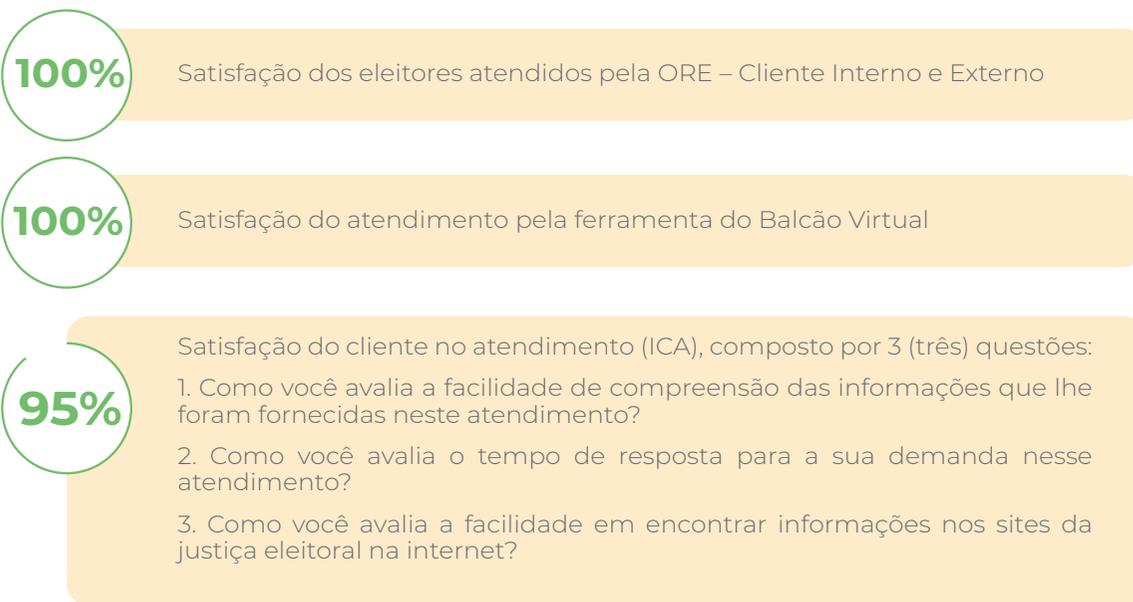


Figura 12: Meio de contato das manifestações



Satisfação do cliente

O TRE-GO possui pesquisa de satisfação em unidades do órgão, acompanhadas, monitoradas e controladas pelo Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).



Para tanto, as respostas apostas poderiam ser ótima, bom, regular e ruim, bem como possibilidade de abstenção de voto. Foram colhidas 312 (trezentos e doze) manifestações, sendo que o percentual seria a razão entre o total de respostas classificadas como ótimo ou bom e o total geral de respostas.

A forma de coleta da avaliação pelos usuários dos serviços prestados pelo órgão passou por uniformização e centralização na unidade de atendimento. A nova dinâmica entrará em funcionamento no início de março de 2022.

Redes Sociais

REDES SOCIAIS

O cenário de pandemia enfrentado pela população do país, com a presença do coronavírus, conduziu o TRE-GO a buscar instrumentos ágeis de comunicação com o cidadão, que se encontrava submetido às medidas de isolamento. Neste ambiente, as redes sociais foram aliadas estratégicas.

TWITTER

506 Tweets **256.256** Impressões **11.089** Seguidores

Siga-nos no Twitter: @tregois

FACEBOOK

1.343 Interações na página **10.354** Curtidas

Siga-nos no Facebook: @tregois

INSTAGRAM

4.715 Seguidores **512** Publicações **180** Stories **11.730** Interações

Siga-nos no Instagram: @tregois

YOUTUBE

2.925 inscritos **168** vídeos **46.505** mil visualizações

Siga-nos no YouTube: Canal TRE-Gois

Figura 13: Números redes sociais

Determinação da Materialidade das Informações

Foram mantidos para 2021 os temas que impactam nossa geração de valor a curto, médio e longo prazo. A Matriz de Materialidade apresentada abaixo será revisada em 2022:



Figura 16: Determinação da Materialidade das Informações

Processo de elaboração do Relatório Integrado

O processo de elaboração do relatório integrado está representado na ilustração logo abaixo:

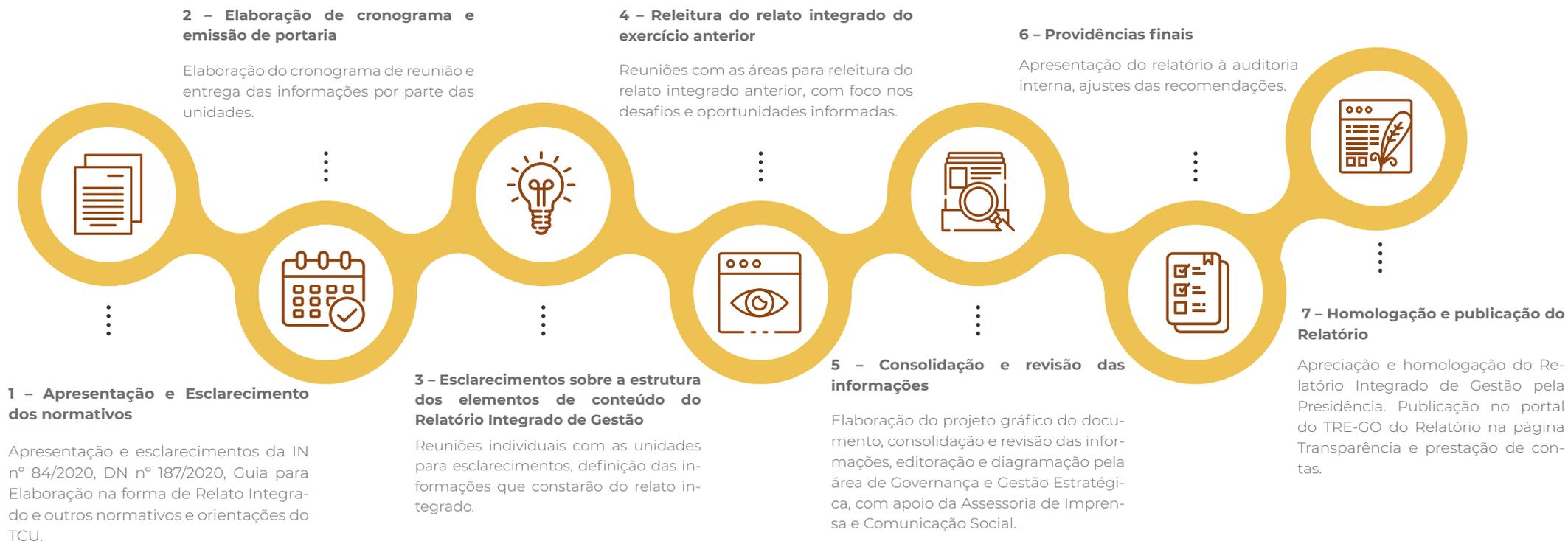


Figura 17: Processo de elaboração do Relatório Integrado



2

Riscos,
oportunidades e
perspectivas

Gestão de riscos e controles internos

A Portaria nº 657/2016-PRES, alterada pela Portaria 207/2019 – PRES, instituiu a política de gestão de riscos, considerada como processo institucional contínuo e interativo. O processo foi formulado para dirigir e controlar eventos que possam afetar o cumprimento dos objetivos institucionais, tendo por premissas o alinhamento às estratégias, a sistematização, o comprometimento dos gestores e a integração aos processos organizacionais e à tomada de decisões.

O Modelo de Gestão de Riscos adotado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e exposto no Manual consiste em um processo cíclico e contínuo, ilustrado simplificada abaixo, no qual se destacam como principais etapas:



Figura 18: Registro do processo de gestão de risco

Além disso, a Gestão de Riscos é dirigida conforme diagrama a seguir:

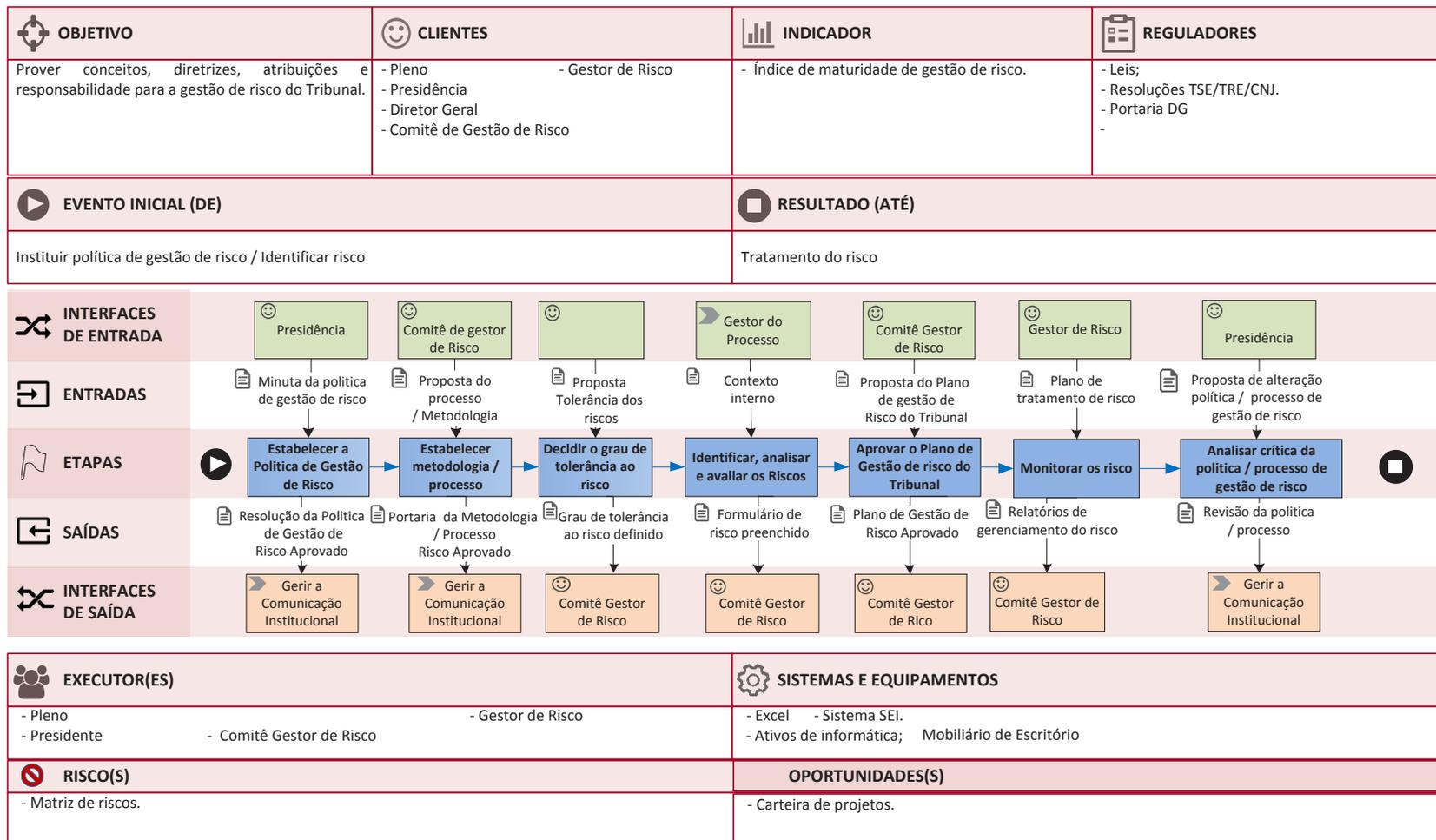


Figura 19: Diagrama Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos do TRE-GO está alinhada ao [Planejamento Estratégico 2021-2026](#) do Tribunal, conforme consta na análise de cenários do documento. Em destaque, registre-se o apontamento relacionado ao quadrante “Fraqueza”, em que foi evidenciada a “Cultura Imatura de Riscos”.

A edição da [Resolução nº. 310/2019](#) dispõe sobre o Sistema de Governança Corporativa da Justiça Eleitoral de Goiás e institui o Conselho de Governança Corporativa do TRE-GO e que inclui, dentre suas atribuições:

- a. definir o apetite e a tolerância aos riscos institucionais com a finalidade de promover o alinhamento da gestão de riscos ao planejamento estratégico da organização;
- b. revisar a Política de Gestão de Riscos e aprovar o processo de gestão de riscos;
- c. assegurar a alocação dos recursos necessários à gestão de riscos
- d. avaliar a adequação e eficiência da estrutura e processo de gestão de riscos.

Visando mitigar o ponto fraco apontado, o sistema de governança se reuniu por duas vezes para tratar dos temas acima, conforme atas de reunião de análise da estratégica realizadas em outubro e dezembro de 2021.

É importante mencionar que, já no relatório de 2020, o TRE-GO registrou 75 vezes a expressão “riscos”, acompanhada ou não do termo “gestão”, o que demonstra que o ponto de partida sobre riscos já foi superado.

Além disso, desde 2015 já foram realizados seis cursos sobre gestão de riscos (dois no formato virtual e quatro presenciais), contribuindo para a formação de aproximadamente 64 colaboradores.

Na mesma direção, destaca-se a estruturação, em 2021, da Assistência de Processos, Riscos e Qualidade, por meio da [Resolução TRE-GO 349/2021](#).

Política da Qualidade



Garantir a efetividade do exercício da soberania popular, por meio de serviços de qualidade, prestados de forma célere e eficaz, aprimorados pela melhoria e análise de riscos do processo eleitoral, visando à excelência.

Matriz SWOT - Forças | Fraquezas | Ameaças | Oportunidades



Figura 20: Matriz Swot

Principais riscos identificados

Em 2021, foram priorizados riscos relacionados ao processo de aquisições, capacitação, cadastro eleitoral, folha de pagamento, licitação e atendimento ao público, conforme abaixo:

PRINCIPAIS RISCOS

CAUSA/FONTE

AQUISIÇÕES

- Termo de Referência mal instruído

- ETPs elaborados de forma incompleta ou inconsistente;
- Estimativa inadequada;
- Desconhecimento do objeto a ser licitado;
- Desconhecimento de normativos e boas práticas.

CAPACITAÇÃO

- Execução parcial do PAC

- Atraso na contratação;
- Indisponibilidade de estrutura física/tecnológica;
- Acúmulo de atividades em ano eleitoral;
- Planejamento inadequado do demandante;
- Pedidos extemporâneos para realização de cursos.

CADASTRO ELEITORAL

- Falhas no registro de informações no cadastro, que podem impossibilitar o exercício do voto de eleitores aptos.

- Ausência do registro de regularização da situação do eleitor antes do fechamento operacional do cadastro;
- Situações ocorridas ou comunicadas após o fechamento do Cadastro;
- Lançamento/registro de informações erradas.

LICITAÇÃO

- Indefinição de diretrizes da Alta Administração quanto aos modos de disputa "Aberto" e "Aberto e Fechado".

- Falta de decisão da Alta Administração.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

- Eleitor/Cidadão não ser atendido.

- Indisponibilidade do sistema, por queda de rede de dados/energia.

Principais oportunidades específicas identificadas

Oportunidades



Prestação dos serviços eleitorais de forma eletrônica, o que tem sido avaliado de forma positiva pelos jurisdicionados;



Incremento no parque de urnas eletrônicas destinados ao TRE-GO.



Desenvolver campanhas sobre desinformação.



Gestão e controle das atividades desenvolvidas por servidores na forma remota e novo cenário de afastamento social, aliado ao baixo acesso digital.



Aumento do número de demandas e atribuições da Ouvidoria.



Alteração normativa (Resolução TSE n 23.659/2021).



Concurso público em 2021.

Principais oportunidades específicas identificadas

- ✓ Aproveitamento de ferramentas eletrônicas de comunicação para atendimento ao público, realização de reuniões e exposição de informações.
- ✓ Aquisição de mais porta pallets e melhor otimização do espaço destinado ao armazenamento.
- ✓ Desenvolvimento de campanhas sobre desinformação, fake news e segurança da urna eletrônica nas redes sociais.
- ✓ Equacionar/racionalizar o trabalho presencial com o trabalho em home office.
- ✓ Ampliar os canais de atendimento da Ouvidoria.
- ✓ Reestruturar o material já desenvolvido no processo do Cadastro Eleitoral.
- ✓ Realizar estudo de viabilidade para realização de concurso público.

Figura 21: Principais oportunidades específicas identificadas



3

Governança,
estratégia e
desempenho

Apoio da Estrutura de Governança

As instâncias internas de governança, mencionadas no capítulo da Visão geral organizacional e ambiente externo, têm papel fundamental no alcance da Missão e Visão institucionais, movimentando os mecanismos da liderança, estratégia e controles, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A Justiça Eleitoral goiana dispõe de Sistema de Governança Corporativa, compreendendo as instâncias de governança, de apoio interno de governança, os mecanismos, os instrumentos e as atividades relacionadas ao direcionamento, monitoramento e à avaliação da estratégia da instituição.

O Conselho de Governança Corporativa orienta e propõe sobre a governança, as diretrizes e as políticas institucionais, acompanha o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União e analisa o alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas.

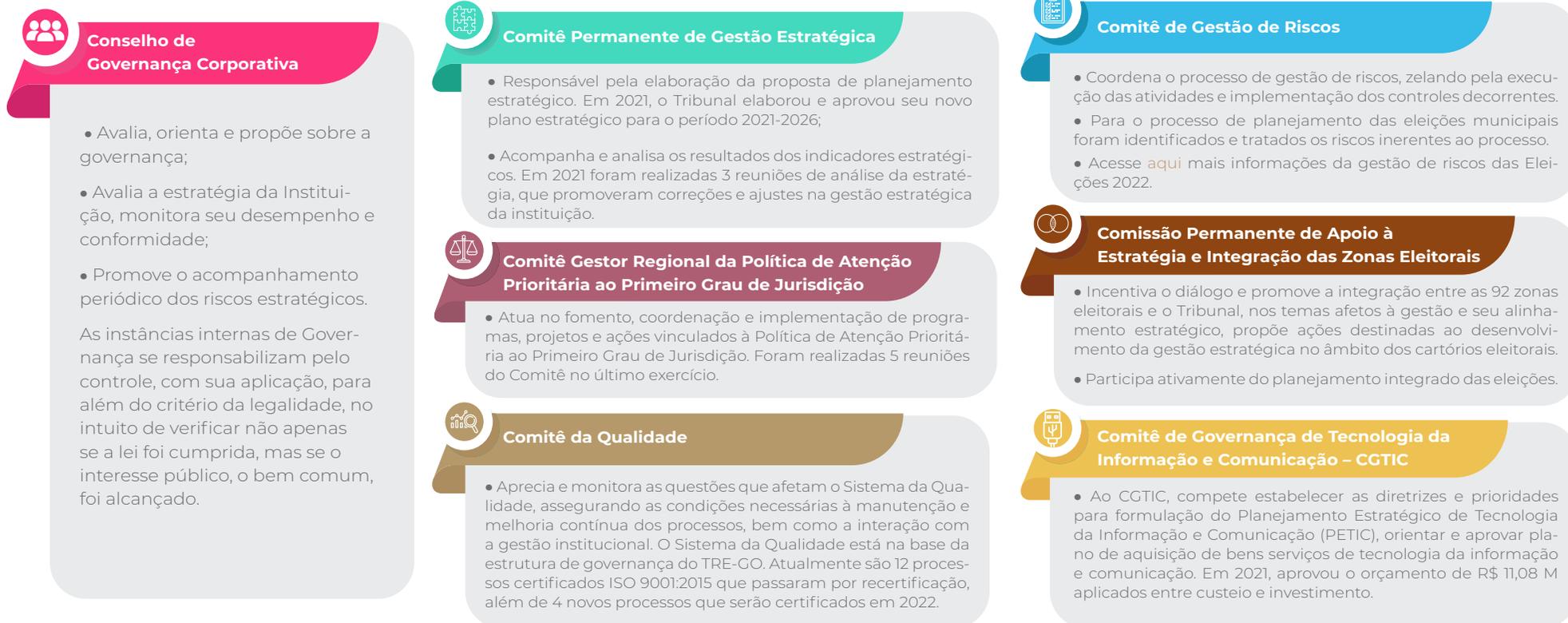


Figura 22: Conselho e principais comitês

Levantamento de Governança Pública (IGG-TCU)

O TRE goiano vem, desde 2017, confirmando tendência evolutiva nos levantamentos de Governança Pública. No entanto, o resultado divulgado referente ao exercício de 2021 mostrou uma pequena queda em alguns indicadores, um reflexo majoritário do ambiente sanitário estabelecido em decorrência da COVID-19, em que as principais atividades foram desempenhadas de forma remota.

Mesmo diante das quedas de alguns indicadores, o Tribunal alcançou evolução expressiva nos quesitos capacidade de liderança, capacidade de governança, capacidade em controle, com destaque para a capacidade de estabelecer sua estratégia. Há de se considerar que a estratégia para o ciclo 2021-2026 prioriza o aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança da Justiça Eleitoral.

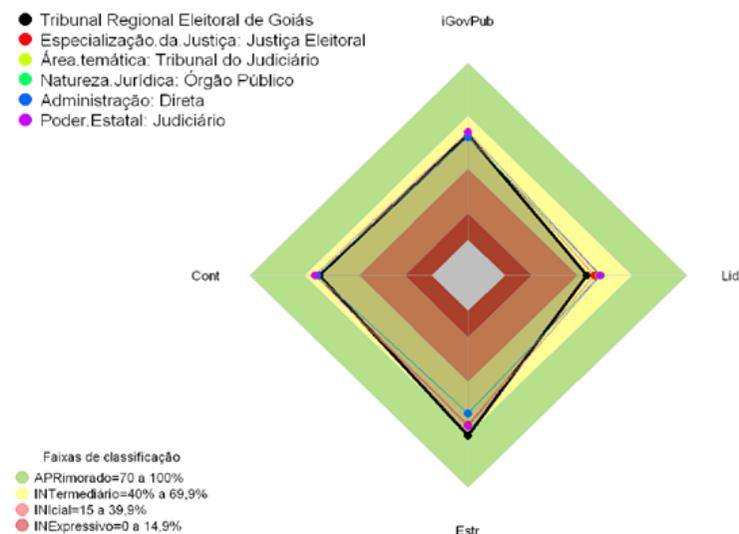
É importante alertar que, de acordo com o TCU, o uso do iGG (ou de seus subindicadores) na forma de ranking pode não ser adequado em várias situações, pois frequentemente as organizações públicas não são diretamente comparáveis, se não com aquelas do mesmo segmento e condições.

É importante destacar que o estímulo dado pelo levantamento de governança pública é o de avaliação dos riscos reais enfrentados e que venham a implementar somente os controles necessários. Portanto, foram estabelecidas metas próprias para cada subindicador definido pelo levantamento.



Os levantamentos de Governança Pública medem a capacidade de governança e de gestão das organizações públicas, ao aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e controle, bem como de práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações.

Índice de governança pública - iGovPub



Ano	Classificação	iGovPub ¹	iGovTI
2017	Intermediário	63%	66%
2018	Intermediário	64%	68%
2021	Intermediário	59,4%	52,9%

Em 2019 e 2020 os levantamentos de governança pública não foram realizados.

¹Índice de governança pública - TCU

Tabela 1: Índice de governança pública - iGovPub

Levantamento do Nível de Maturidade e Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD 2021)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, anualmente, a avaliação do nível de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário, por meio da aplicação do iGovTIC-JUD.

O índice é composto por tópicos alinhados às diretrizes estratégicas de TIC, estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). A partir da publicação da nova ENTIC-JUD ([Resolução CNJ nº 370/2021](#)), novos requisitos deverão ser atendidos pelo Poder Judiciário. Sendo assim, foram adotados critérios inéditos de avaliação, bem como uma nova metodologia de cálculo e a inclusão de temas não percorridos anteriormente.

A abordagem do novo questionário foi distribuída em temas abrangendo os domínios “Governança e Gestão de TIC” e “Gerenciamento de Serviços de TIC”, conforme estabelecido na [ENTIC-JUD 2021-2026](#). O valor 60,41, obtido pelo TRE-GO no [iGovTIC-JUD 2021](#), é um resultado positivo, uma vez que, perante as considerações supracitadas, foi possível permanecer no nível de maturidade “Aprimorado”, em virtude da implementação de iniciativas e ações estratégicas focadas na modernização da infraestrutura de TIC, no aprimoramento dos processos de governança e de segurança de TIC e na instituição da Política de Gerenciamento de Serviços de TIC.

Ano	Classificação	iGovTIC-Jud ¹
2018	Aprimorado	0,66
2019	Aprimorado	0,73
2020	Aprimorado	0,77
2021	Aprimorado	60,41 ²

Tabela 2: iGovTIC-Jud

¹ Índice de governança de TIC – Judiciário - CNJ

² Em 2021 o CNJ alterou a metodologia para cálculo da nota do iGovTIC-Jud, passando a representá-la com até três inteiros e duas casas decimais.

Relacionamento com a Sociedade

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, da Pandemia COVID-19, o mundo foi obrigado a adotar novas práticas de convivência, trabalho, educação dentre outras.

Dentro desse contexto, a Justiça Eleitoral também teve que se adequar à nova realidade, adotando o trabalho telepresencial como regra, realizando sessões plenárias por meio de videoconferência de forma contínua, implementando o atendimento ao cidadão mediado por recursos de tecnologia da informação como aplicativos de mensagens e sistemas informatizados, atualizados para o propósito, entre outras medidas.

Nesse ambiente de pandemia, a Justiça Eleitoral passou por uma verdadeira reinvenção, sem com isso comprometer sua celeridade, produtividade ou compromisso com a presteza e eficiência. Os atendimentos às partes continuaram a ser realizados também de modo virtual e, nos casos em que se fizeram necessários, as audiências e atendimentos foram realizados presencialmente, observados todos os protocolos de segurança.

No decorrer de 2021, com a continuidade das restrições impostas à realização de atividades presenciais de forma plena, foram mantidos e melhorados os atendimentos virtuais aos cidadãos e instituições usuárias dos serviços da Justiça Eleitoral, destacando-se:

Atendimento pelo WhatsApp

O uso do aplicativo WhatsApp no TRE-GO, normatizado pela Portaria nº 122/2020 – PRES e Resolução nº 329/2020, levou os principais serviços da Justiça Eleitoral aos mais de 4 milhões de eleitores goianos.



Serviços:

1. alistamento eleitoral;
2. transferência;
3. revisão com mudança de Zona Eleitoral, em caso de justificada necessidade de facilitar a mobilidade do eleitor;
4. revisão com alteração de dados indispensáveis para expedição de documentos ou exercício de direitos; e
5. revisão para regularização de inscrição cancelada, inclusive para aqueles que não compareceram à revisão do eleitorado para coleta de dados biométricos.

Figura 23: WhatsApp Justiça Eleitoral

Transparência

Sendo a transparência um dos princípios da Administração Pública, a instituição desenvolve permanentemente iniciativas de aperfeiçoamento da transparência das informações ao público externo.

Desta forma, o TRE-GO alcançou, em 2021, no Ranking de Transparência do CNJ, 96,91% de aderência ao preconizado pelo Conselho, superando o índice de 2020, quando alcançou 94,26%. O Ranking de Transparência, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, já está em sua quarta edição. Realizado anualmente, busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação aos cidadãos de forma clara e organizada.

Ranking de Transparência CNJ



Figura 24: Ranking Transparência CNJ

- ✓ 2º lugar dos Tribunais no estado de Goiás em 2021
- ✓ Maior percentual desde a criação do prêmio
- ✓ Apenas 2,57% atrás do primeiro colocado

Prêmio CNJ de Qualidade

Outro meio de avaliação da qualidade da prestação de serviços e comunicação com o cidadão é o Prêmio CNJ de Qualidade.

Instituído pela Portaria CNJ nº 135/2020, o Prêmio tem por objetivo fomentar a busca pela excelência na gestão e planejamento, na organização administrativa e judiciária, na sistematização e disseminação das informações e na produtividade, com foco na prestação jurisdicional.

Em 2021, o TRE-GO manteve o Selo Prata, com pontuação acima do resultado obtido no ano anterior, passando de 70,28% para **80,23%**, o que indica um crescimento da maturidade da organização em face das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

TRE-GO É PRATA

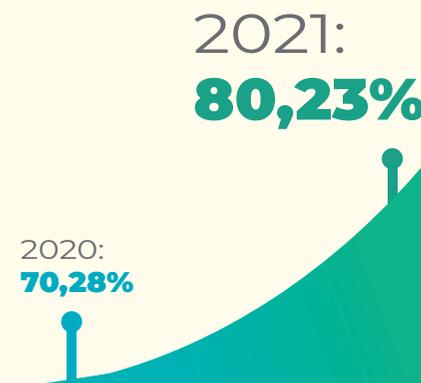


Figura 25: Selo Prata - Prêmio CNJ de Qualidade

Partes interessadas

No contexto de atuação da instituição, quando inseridos no ambiente produtivo, as partes interessadas pertinentes são aquelas que fornecem risco significativo para a sustentabilidade organizacional caso suas necessidades e expectativas não sejam atendidas.



Figura 26: Partes interessadas

Atendimento

A partir de dados observados no acesso ao auxílio emergencial, observa-se que 25% da nossa população não tem acesso à internet e, conseqüentemente, fica excluída dos canais de atendimento remoto e online. Entretanto, temos 75% da população com amplo acesso à internet.



Objetivo Estratégico 1: Garantir a legitimidade do Processo Eleitoral

Iniciativa: Promover ações de melhoria no atendimento aos clientes

Indicador: Índice de Melhorias no Atendimento

Figura 27: Objetivo Estratégico

O atendimento é prioridade da instituição, constando no Planejamento Estratégico 2021-2026, com dois objetivos principais: garantir o atendimento presencial e telefônico para a população excluída da internet e ampliar os canais de atendimento online para os demais eleitores com amplo acesso à internet.

Atendimento ao eleitor

Presencial/Telefone/E-mail:

- Centrais de Atendimento ao Eleitor
- Unidades do Vapt-Vupt
- Zonas Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Endereço: Praça Cívica, 300, Centro, Goiânia – GO

CEP: 74003-010

www.tre-go.jus.br

Telefone: 62 3920-4114

Atendimento: Segunda à sexta, das 11h às 19h



O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás oferece atendimento ao eleitor nas modalidades presencial, telefone e e-mail, remoto e online, conforme diagrama abaixo.

A Justiça Eleitoral oferece um amplo portfólio de serviços, que podem ser acessados via WhatsApp, Título Net e portal.

Para atender principalmente os excluídos digitais, foram ampliados os pontos de atendimento presencial, com vários postos de atendimento da Justiça Eleitoral nas Unidades do Vapt-Vupt, que têm grande capilaridade e localização privilegiada em Goiás, assim como que o eleitor de Goiás, pode ser atendido em qualquer município que tenha cartório eleitoral.

299.290 atendimentos

TRANSFERÊNCIA

47.381



2º VIA

5.466



ALISTAMENTO

95.564

REVISÃO

39.135

QUITAÇÃO
DE MULTAS

72.180

Fonte BI

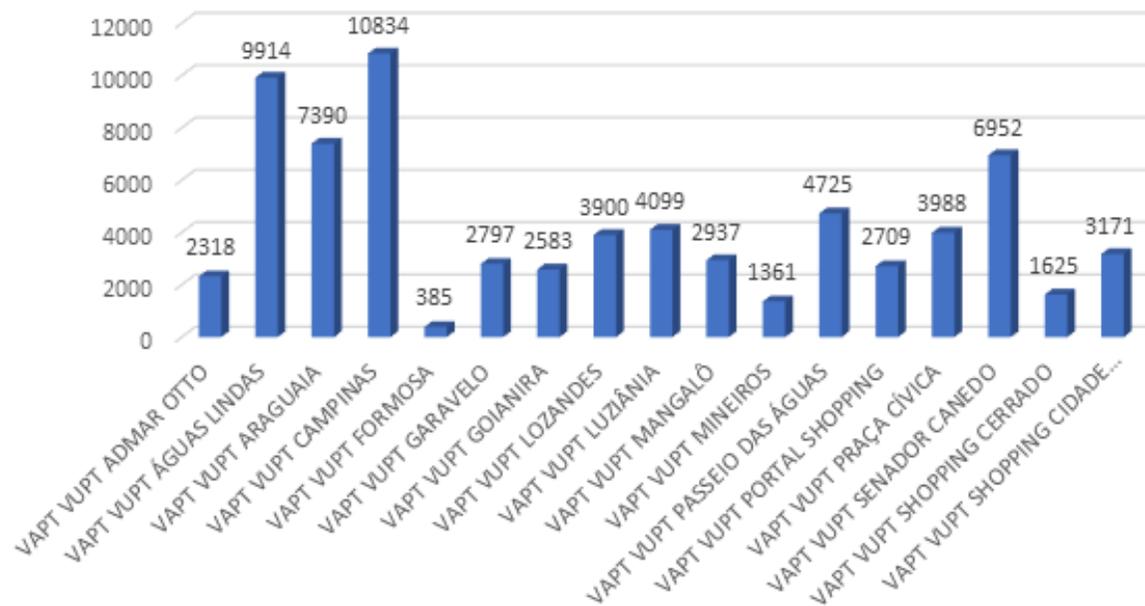
Figura 28: Atendimentos

Para tanto, utilizou-se de uma parceria estratégica com o Governo do Estado de Goiás via Convênio nº 11/2018. Esse modelo de compartilhamento de infraestrutura e pessoas promove uma redução de custos para os entes públicos e amplia a facilidade dos cidadãos em acessar os serviços, sendo benéfico para todos os envolvidos.

No ano de 2021, foram **258.346 atendimentos** registrados no Sistema Elo para os serviços listados abaixo:

Nas unidades do Vapt-Vupt, foram realizados **71.688 atendimentos**, correspondendo a cerca de 27,6% do total.

Atendimentos no Vapt-Vupt



99% DE APROVAÇÃO

Figura 29: Atendimentos Vapt Vupt

Webinários

Visando aperfeiçoar o processo de atendimento ao eleitor, foram promovidos dois webinars sobre o tema: Acessibilidade com Foco no Atendimento e Qualidade no Atendimento.

2ª Semana da Qualidade 2021

Palestra com Wesley Francisco Machado de Napoli
Tema: Qualidade no Atendimento
09/12 às 14h

Palestra com a Dra. Flávia Fibiorini
Participação do Dr. Marco Moraes, Juiz-Membro e Presidente do Conselho de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
Tema: Aspectos Jurídicos no Combate ao Assédio
09/12 às 15h30

2:28:35

Webinar em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
02 e 03 de Dezembro

Dos. Ricardo Tadeu da Fonseca
TSE Paraná
Os direitos da pessoa com deficiência na prática
02/12 às 15h

André Schwarz
CEO na área Inovação e Diversidade
Inclusão e Diversidade
02/12 às 16h

Parceiros: ASSETREGO Sinufego

1:51:11

Planejamento da organização

O planejamento estratégico observa os princípios constitucionais dispostos no art. 37, caput, da Constituição:



“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Por determinação do Conselho Nacional de Justiça por meio da **Resolução CNJ nº 325/2020**, a partir do sexênio 2021-2026 houve um alinhamento do planejamento estratégico do TRE-GO às estratégias do Poder Judiciário em todos os segmentos de justiça, criando a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

O TRE-GO atendeu tempestivamente à determinação do CNJ e aprovou, por meio da **Portaria n. 159, de 30 de junho de 2021**, seu **Plano Estratégico 2021-2026**.

Desdobramento da Estratégia Institucional

As estratégias estabelecidas pelo TRE-GO visando alcançar seus objetivos encontram-se desdobradas nos seguintes planos:

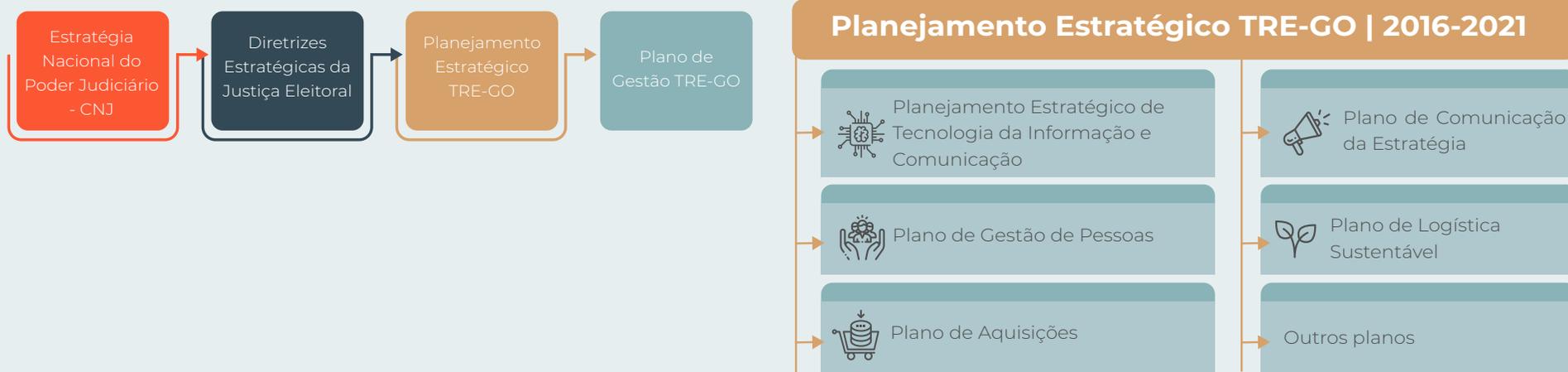
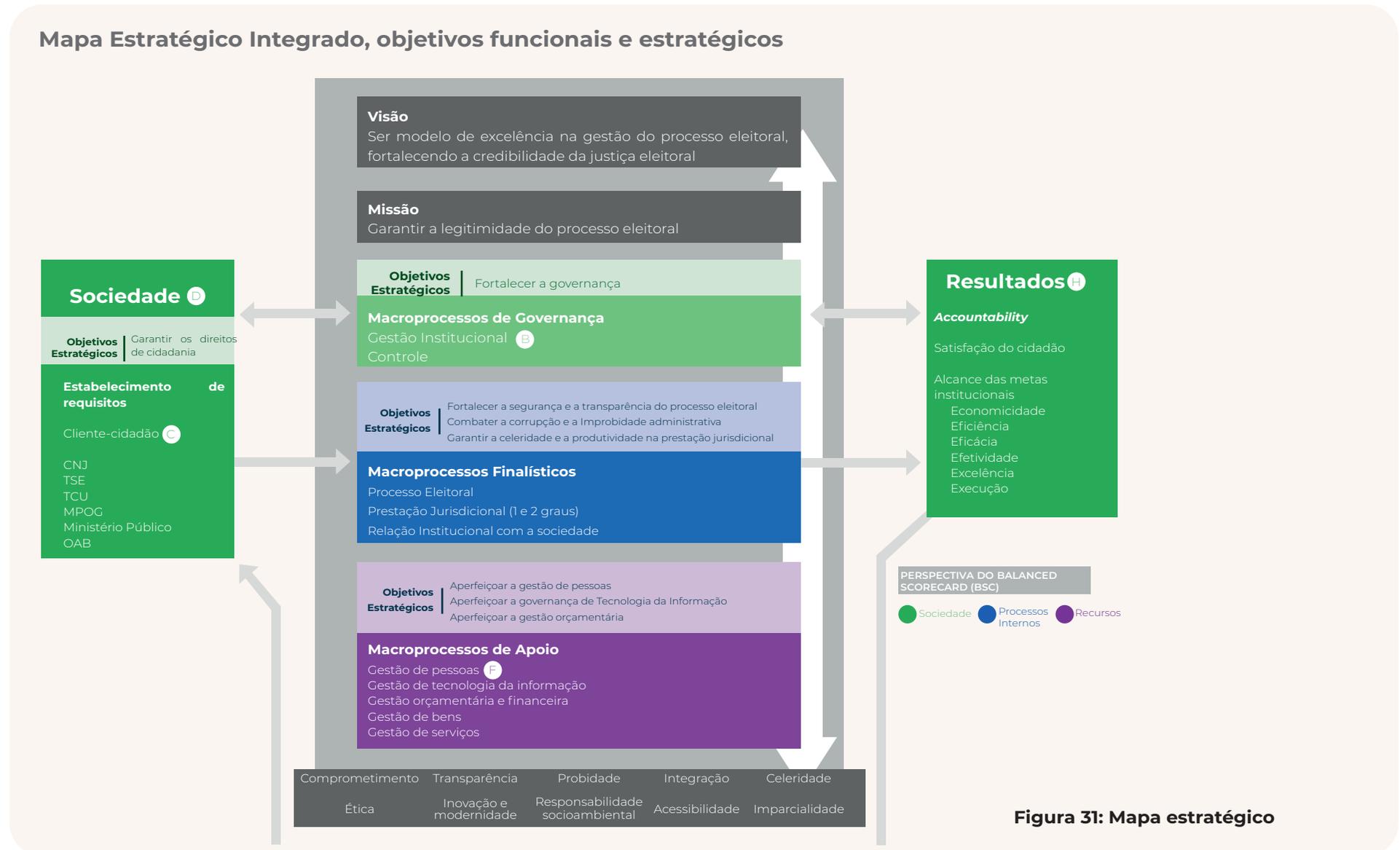


Figura 30: Desdobramento da Estratégia Nacional

Vinculação de objetivos funcionais aos objetivos estratégicos

A vinculação dos objetivos funcionais aos objetivos estratégicos encontra-se dinamizada segundo as relações de causa e efeito apresentadas no mapa estratégico abaixo:



Objetivos Estratégicos

Conforme mencionado, o TRE-GO tem sua estratégia alinhada à Estratégia Nacional do Judiciário. Nesse sentido, em seu planejamento de longo prazo, a Corte Eleitoral elegeu oito objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas de monitoramento dos resultados da gestão. Tais objetivos foram replicados no Plano de Gestão, que abrange o período das contas ora prestadas:

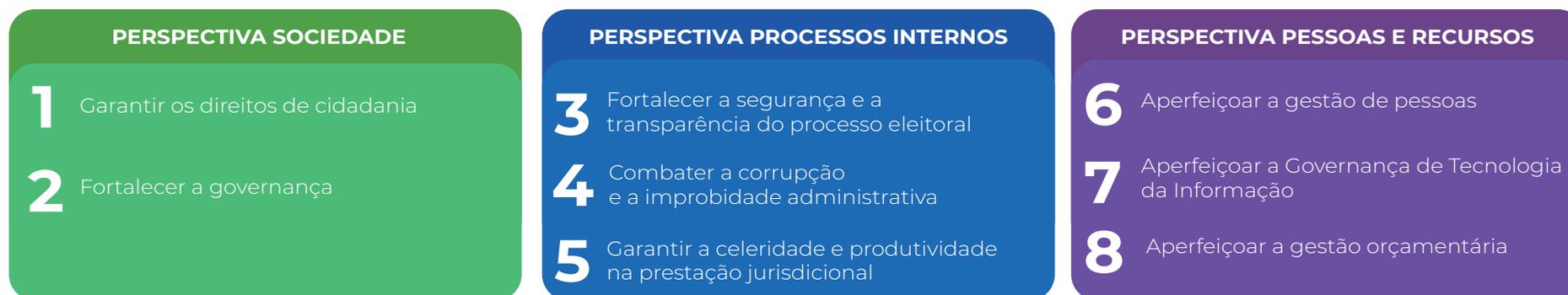


Figura 32: Objetivos estratégicos

Indicadores Estratégicos

Os indicadores estratégicos reúne os subindicadores de apoio, com o objetivo de medir o desempenho das iniciativas definidas para cada objetivo estratégico. Neste sentido, observando a análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do órgão referente ao exercício de 2021, verifica-se que 62,5% dos indicadores estratégicos alcançaram resultados satisfatórios para o período:

Índice de cumprimentos das metas

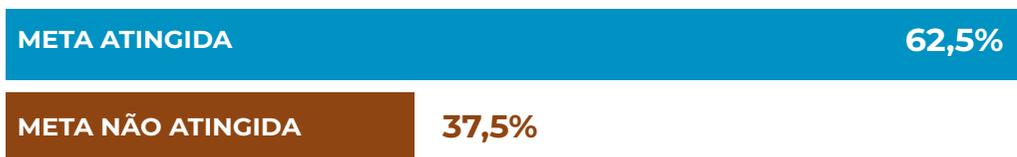


Figura 33: Índice de cumprimento das metas - indicadores estratégicos

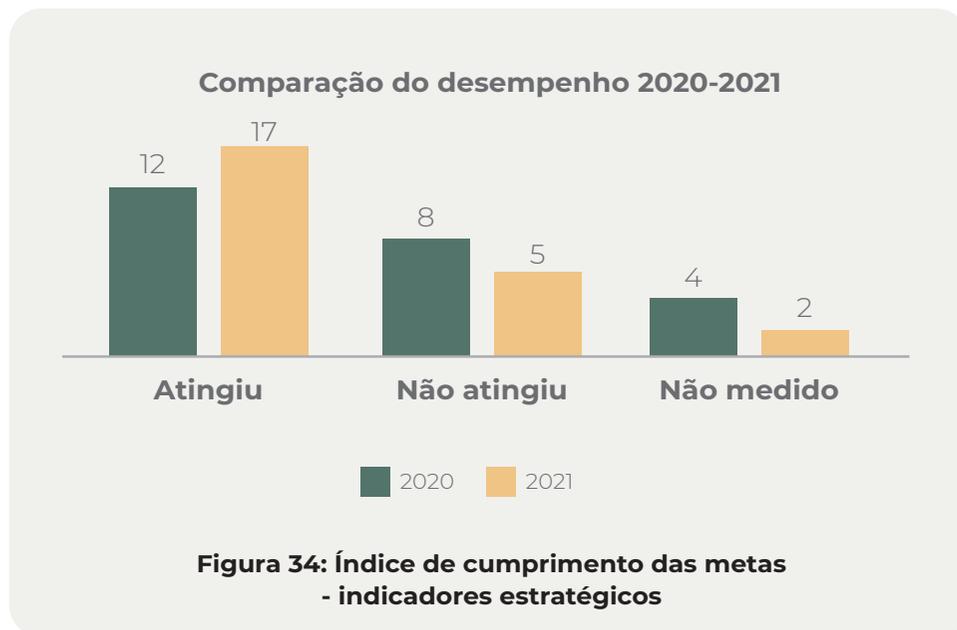
Indicador	Meta	Resultado
IE 1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania	85%	100%
IE 2 - Índice de fortalecimento da governança	74%	73%
IE 3 - Índice de Fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral	80%	55,8%
IE 4 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa	95%	100%
IE 5 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	80%	87%
IE 6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas	90%	80,6%
IE 7 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	75%	53%
IE 8 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária	84%	83,9%

Tabela 03: Indicadores, resultados e metas

Indicadores de apoio e desempenho

Propostos e aprovados pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica – CPGE, são provenientes de fontes diversas, de avaliações de iniciativas das unidades ou das análises dos processos. Uma vez definidos, os indicadores são incorporados ao Painel de Indicadores do Tribunal.

O desempenho da estratégia alcançou o índice de 77%, foram lidos 22 indicadores, sendo 17 com resultados satisfatórios, 5 indicadores apresentaram medição abaixo da meta, destes, 60% obtiveram resultados muito próximos das metas estabelecidas.



Conforme figura ao lado, os resultados alcançados em 2021 foram bem superiores em comparação ao desempenho do ano anterior.

Observa-se que o desempenho positivo da organizacional se deve muito a eficiência das medidas adotadas e da rápida adaptação ao modelo híbrido de trabalho (presencial/remoto), em meio as restrições sanitárias.

A seguir serão apresentados os resultados alcançados pela gestão em relação a cada um dos objetivos estratégicos; os resultados de destaque no ano (principalmente relacionados a processos finalísticos do órgão) e a demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão.

OE 1 - Garantir os direitos de cidadania

Garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa.

Diretriz Estratégica:

Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-GO e a sociedade.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Relação institucional com a sociedade

Processos	Produto
Atendimento ao público	Público atendido
Educação para a cidadania	Ações educativas realizadas

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Ampliar os projetos de promoção dos direitos da cidadania;
- Aprimorar as ações de educação em Direito Eleitoral;
- Aperfeiçoar as ações de responsabilidade socioambiental;
- Melhorar a infraestrutura das unidades da Justiça Eleitoral;
- Construir conteúdo jornalístico e conteúdo digital que busque informar e esclarecer o eleitor a respeito do processo eleitoral e dos valores e ações institucionais;
- Aperfeiçoar o relacionamento da Justiça Eleitoral goiana com o Cliente-cidadão, referente à solicitação de informações, apresentação de sugestões, reclamações, denúncias relativas a prestação de serviços.

Desafios e perspectivas futuras

- Impacto no planejamento de ações em cidadania, em virtude da permanência da pandemia pelo novo coronavírus, evidenciada pelo surgimento constante de novas variantes; Realização de ações de cidadania com baixo acesso à internet pelas classes mais pobres;
- Aumento da demanda em ano eleitoral por informações junto a Ouvidoria;
- Melhorar a gestão de resíduos, com o aperfeiçoar da coleta e expandir a lista de materiais a serem coletados;
- Priorizar e gerenciar os riscos ambientais nos moldes da NBR ISO 14001.

Resultados dos Indicadores Associados



IA1.1: Índice de participação nos projetos de cidadania
 IA1.2: Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à ouvidoria
 IA1.3: Índice de satisfação do cliente da Justiça Eleitoral em Goiás

Resultados alcançados

- 9.157 pessoas beneficiados com projetos de cidadania da Justiça Eleitoral;
- Implantação de nova pesquisa manifestação social;
- 100% de satisfação dos eleitores atendidos pela Ouvidoria – Cliente Interno e Externo;
- 100% - Satisfação do atendimento pela ferramenta do Balcão Virtual;
- 95,62% de satisfação do cliente no atendimento (ICA);
- Campanha do primeiro voto: Em 2021 foram 41 posts focados em incentivo do jovem a votar, 8 previstos para 2022. Mais de 10 mil visualizações, correspondendo a mais de 10% do eleitorado jovem;
- Implantação da Ouvidoria da mulher
- Realização do evento TRE Mulher
- Redução de 34% no consumo médio de combustíveis, 71% de papel e 8% no consumo de energia.
- 7 reformas em edifícios com foco principalmente em acessibilidade às pessoas com deficiência. Cartórios de Luziânia, Valparaíso, Campos Belos, Morrinhos e Uruaçu, Edifício Sede. Concluídos dois projetos de reforma dos cartórios de Palmeiras de Goiás e Campos Belos.

Justificativa para o resultado

Objetivo estratégico foi alcançado.

Desempenho positivo dos projetos de cidadania, se deve muito as ações na modalidade remota e a realização do programa "Conversando com a Justiça Eleitoral".

A meta estabelecida para atendimento das demandas dirigidas à Ouvidoria, vem sendo atingidas nos últimos anos. Esta meta deverá ser elevada para patamares mais desafiadores.

No caso dos indicadores socioambientais no 2º semestre de 2021 mostrou-se satisfatória, com exceção do aumento de consumo de água em função de uma maior circulação de pessoas nos edifícios devido ao retorno parcial dos trabalhos presenciais.

Figura 35: Objetivo estratégico 1

OE 2 - Fortalecer a governança

Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-GO produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projeto.

Diretrizes Estratégicas:

- ✓ Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços
- ✓ Consolidar as metodologias de melhorias dos processos e gestão de riscos.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão institucional

Processos	Produto
Gestão da Estratégia	Plano estratégico elaborado, executado e monitorado
Gestão de Projetos	Projetos estratégicos executados e acompanhados, conforme metodologia de gestão de projetos implantada
Gestão de Processos	Processos estratégicos de trabalho mapeados, analisados e melhorados, conforme metodologia de gestão de processos implantada.
Gestão da Qualidade	Sistema de Gestão da Qualidade
Gestão Socioambiental	Meio ambiente equilibrado e condições sociais melhoradas, conforme plano de sustentabilidade
Gestão da informação/ Comunicação	Documentos Elaborados, identificados, catalogados, armazenados e disponibilizados.
	Comunicação institucional adequada.

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Aprimorar e aperfeiçoar os canais de comunicação interna;
- Aperfeiçoar a gestão da estratégia;
- Promover o desdobramento da estratégia por meio dos planos táticos das unidades;
- Promover a melhoria contínua dos macroprocessos da cadeia de valor;
- Aperfeiçoar a transparência na prestação de contas da Justiça Eleitoral.

Resultados alcançados

- TCU classificou o Tribunal no nível de governança intermediário, índice de 47,9%.
- 80,22% Do plano de aquisição e contratações (PAC) foram executadas.
- 86,83% das iniciativas estratégicas foram iniciadas ou concluídas no período, sendo 38 iniciativas de 44 definidas. 6 iniciativas foram impactadas pela permanente das restrições sanitárias impostas pelo COVID-19.
- 96,91% de alcance no Ranking da Transparência do Poder Judiciário - 2021;
- Implantação do sistema de acompanhamento de ações, SE SUITE PLANO DE AÇÃO, recursos tecnológicos de gestão de programas, projetos e ações desenvolvidos pelas unidades do Tribunal;
- Aprovação do Plano de Comunicação Institucional (SEI: 21.0.000005056-0).
- Aprovação e publicação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC 2021-2026.

Desafios e perspectivas futuras

- Aprimorar a governança baseada em gestão de riscos
- Superar os Impactos no planejamento de ações em cidadania, em virtude da permanência da pandemia pelo novo coronavírus, evidenciada pelo surgimento constante de novas variantes; Realização de ações de cidadania com baixo acesso à internet pelas classes mais pobres;
- Aumento da demanda em ano eleitoral por informações junto a Ouvidoria;
- Melhorar a gestão de resíduos, com o aperfeiçoar da coleta e expandir a lista de materiais a serem coletados;
- Priorizar e gerenciar os riscos ambientais nos moldes da NBR ISO 14001.

Resultados dos Indicadores Associados



- IA2.1: Índice de adequação ao planejamento das aquisições
- IA2.2: Índice de conformidade ao prazo
- IA2.3: Índice de desempenho do plano de logística sustentável
- IA2.4: Índice de transparência da Justiça Eleitoral (CNJ)

Justificativa para o resultado

No geral, o objetivo estratégico foi alcançado. O desempenho dos indicadores demonstra que as ações executadas levaram a superação das metas.

O desempenho positivo dos projetos de cidadania, se deve muito as ações na modalidade remota e a realização do programa "Conversando com a Justiça Eleitoral".

A meta estabelecida para atendimento das demandas dirigidas à Ouvidoria, vem sendo atingidas nos últimos anos. Esta meta deverá ser elevada para patamares mais desafiadores.

No caso dos indicadores socioambientais no 2º semestre de 2021 mostrou-se satisfatória, com exceção do aumento de consumo de água. Provavelmente, uma maior circulação de pessoas nos edifícios devido ao retorno parcial dos trabalhos presenciais.

O índice alcançado no ranking de transparência do CNJ é resultado do compromisso da Alta Administração do Tribunal em agregar valor público à sociedade.

Figura 36: Objetivo estratégico 2

OE 3 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

Diretriz Estratégica:

Certificar o Processo Eleitoral com padronização das práticas e definição de riscos, objetivando o melhor nível de qualidade.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Processo Eleitoral

Processos	Produto
Planejamento de Eleições	Plano de eleições
Cadastro Eleitoral	Cadastro atualizado
Gerenciamento de dados partidários	Órgão partidário gerenciado
	Filiação partidária gerenciada
	Propaganda partidária gerenciada
Registro de Candidaturas	Candidaturas julgadas
Propaganda Eleitoral	Propaganda eleitoral fiscalizada
Atos preparatórios	Mesário convocado/treinado
	Seções e locais de votação preparados e acessíveis
	Urnas preparadas
Votação	Votos e justificativas captados
Apuração e totalização	Votos apurados e totalizados
Divulgação de resultados	Resultado divulgado
Prestação de contas de campanha	Contas julgadas
Diplomação	Candidatos diplomados
Avaliação do processo eleitoral	Processo avaliado

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Promover ações para aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral
- Ampliar divulgação sobre a atuação da Justiça Eleitoral

Resultados alcançados

- Realizadas 10 (dez) inspeções, alcançando o índice de 55,88% da meta de unidades inspecionadas;
- Implantação de solução tecnológica de gestão do conhecimento denominada WIKICRE, onde são registradas as orientações, práticas cartorárias e demais assuntos de interesse das zonas eleitorais;
- Realização do I Seminário Estratégia com Qualidade, transmitido (YouTube), alcançando unidades da administração, incluindo as zonas eleitorais. A média de alcance de servidores que ocupam cargos (CJ1, CJ2, CJ3 e CJ4) e função comissionada (FC6) na sede deste Tribunal ficou em 26,78%.
- 116 Entrevistas concedidas a imprensa;
- 289 Matérias para o portal de internet do TRE-GO
- 1.263 matérias do TRE-GO veiculadas na imprensa.
- 55 vídeos produzidos com alcance de 46.505 visualizações no (YouTube), incluindo as sessões plenárias
- 1.550 publicações nas redes sociais do órgão (Campanhas de esclarecimento sobre: Conscientização do cidadão eleitor dos seus direitos, do voto consciente; Papel da Justiça Eleitoral, da transparência do processo eleitoral e da segurança da urna eletrônica), sendo: 512 (Instagram), 532 (Facebook) e 506 (Twitter)
- 512.794 alcanços nas redes sociais do órgão

Desafios e perspectivas futuras

- Consolidação da imagem e da credibilidade da Justiça Eleitoral, aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica;
- Enfrentamento de ambiente eleitoral hostil;
- Retorno da programação de inspeções cartorárias presenciais;
- Uso de formatos de trabalho híbridos na execução das atividades do processo eleitoral;
- Retomada da certificação (ISO 9001) de processos de eleição;
- Aprovação da nova Cadeia de Valor do Tribunal;

Justificativa para o resultado

O indicador IA3.1 é medido somente em anos eleitorais, quando acontece as eleições, neste sentido, tem seu desempenho aferido nos anos pares. Já o indicador IA3.3, teve seu desempenho prejudicado em decorrência das dificuldades na contratação de instituidora certificadora.

Quanto ao indicador IA3.2, a realização de inspeções cartorárias nas zonas eleitorais durante o período de aferição (2020/2021) foi substancialmente afetada pelo advento de medidas sanitárias restritivas decorrentes da pandemia de COVID-19, o que levou à edição do Provimento VPCRE/GO nº 3/2020 (de 18 de março de 2020) – que suspendeu a execução do Plano Anual de Inspeções de 2020. Destaca-se que em outubro de 2020, ainda sob efeito da suspensão das inspeções presenciais, por meio do Provimento VPCRE/GO nº 10/2020, foi regulamentada a modalidade de inspeções virtuais no âmbito deste TRE/GO.

Resultados dos Indicadores Associados



IA3.1: Índice de desempenho dos processos de eleição
 IA3.2: Índice de inspeções nos cartórios eleitorais
 IA3.3: Quantitativo de processos certificados da cadeia de valor

Figura 37: Objetivo estratégico 3

OE 4 - Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, priorizou-se a tramitação dos processos judiciais que tratem dos reflexos eleitorais decorrentes do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e da fiscalização do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral.

Diretriz Estratégica:

Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa

Cadeia de Valor - Macroprocesso Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus)

Processos	Produto
Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais	Dados atualizados quanto a processos protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados/baixados
Processamento de ações no 1º grau	Sentenças de 1º Grau
Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau	Acórdãos e decisões monocráticas

Cadeia de Valor - Macroprocesso Controle

Processos	Produto
Fiscalização da Gestão	Plano anual de fiscalização
Processamento do Controle Externo	Determinações e recomendações observadas
Auditoria Interna	Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA)
Correição	Relatório de Correição
Inspeção	Relatório de Inspeção

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa

Resultados dos Indicadores Associados



IA4.1: Índice de execução do plano anual de auditoria

IA4.2: Índice de implementação das recomendações expedidas pelo órgão de auditoria

A4.3: Índice de julgamento de processos prioritários 1º grau (Meta 4 CNJ)

A4.4: Índice de julgamento de processos prioritários 2º grau (Meta 4 CNJ)

Resultados alcançados

- Foram planejadas quatro atividades para o primeiro semestre e quatro para o período seguinte, todas as auditorias programadas tiveram seus trabalhos inaugurados tempestivamente;
- Cumprimento de 106% da meta estabelecida para a implementação das recomendações expedidas pela unidade de auditoria;
- Elaboração da Política e Programa de Integridade e Compliance do Tribunal. Aprovada em fevereiro/2022 - Resolução TRE-GO N°361/2022.
- No âmbito de 1º Grau, foram julgados 136,63% de processos prioritários em relação a meta estipulada;
- No âmbito do 2º grau, foram julgados 4 processos das eleições de 2018 e 27 das eleições de 2020 abrangidos pela Meta 4 do CNJ, com desempenhos, respectivamente, de 88,89% e 200% das metas do período 2021.

Justificativa para o resultado

Transferência da Auditoria de Contratação de Obras e Reformas para o primeiro semestre de 2022. Ações estratégicas junto as unidades para o cumprimento das recomendações de auditoria.

Recomendações de duas auditorias de 2020, totalmente implementadas e autorizada sua baixa pela Presidência.

Desenvolvimento de recurso com uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que viabilizou um desempenho superior à meta estabelecida para os processos do 1º grau.

Por se tratar de ações originárias, os feitos das eleições de 2018 possuem tramitação mais demorada, o que dificultou o alcance integral da Meta.

Desafios e perspectivas futuras

✓ Com os inesperados acontecimentos da COVID-19, mantém-se a perspectiva de avanço nas atividades desenvolvidas. De 32% de execução das recomendações expedidas de 2011 a 2019, em 2020 houve um avanço do índice para 69,5% de cumprimento das recomendações expedidas, já em 2021 o índice saltou para 72,2%, trazendo assim uma melhoria considerável para os processos de trabalho, inclusive no mapeamento das atividades que trazem um incremento na realização das auditorias nas unidades.

✓ Manter o desempenho das unidades na melhoria dos processos estruturantes e da governança corporativa apesar de um cenário externo que nos impõe obstáculos extraordinários com a necessidade de manutenção da máquina e dos serviços ao cidadão, com pouco fôlego corporativo para incrementos.

✓ O próximo exercício (2022), por ser posterior a ano de eleições gerais, e considerando a complexidade inerente a processos que possam importar em não diplomação ou perda de mandatos eletivos, por certo terá fatores complicadores ao cumprimento da meta estipulada.

Figura 38: Objetivo estratégico 4

OE 5 - Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

Diretriz Estratégica:

Assegurar a transparência, segurança e probidade no Processo Eleitoral.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus)

Processos	Produto
Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais	Dados atualizados quanto a processos protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados/baixados
Processamento de ações no 1º grau	Sentenças de 1º Grau
Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau	Acórdãos e decisões monocráticas

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Desenvolver ações para agilizar o trâmite processual

Resultados alcançados

- O índice de julgamento de processos de conhecimento 1º atingiu 100,94% da meta. No 2º grau alcançou 95,58%;
- Julgamento de + 27 mil processos de candidatos - Eleições 2020.
- 117,73% dos processos antigos 1º grau julgados;
- 119,81% dos processos antigos 2º grau julgados;
- Taxa de congestionamento no 1º grau, em 2021, foi de 18%, enquanto no 2º grau foi de 27,65%, diante de uma meta de 40% (índice quanto menor melhor).

Desafios e perspectivas futuras

- Estima-se um número elevado de casos novos a partir de agosto, razão pela qual revela-se importante julgar a maior quantidade possível de feitos no primeiro semestre;
- Por tratar-se de ano de eleições gerais, as unidades de primeiro grau serão orientadas a priorizarem os julgamentos dos processos ainda em estoque no primeiro semestre;
- Para 2022, a perspectiva é no sentido de que a taxa de congestionamento fique em torno de 35%.
- Tendo em vista que 2022 se trata de ano eleitoral, em que há distribuição de número elevado de processos no segundo semestre, considera-se desafio para o alcance das metas, realizar a baixa do maior número possível de feitos no primeiro semestre, especialmente porque as prestações de contas dos candidatos não eleitos ficarão pendentes, em razão da época da apresentação (novembro), e possivelmente uma parte das prestações de contas dos eleitos não estará em condições de arquivamento no final do exercício, por conta dos prazos processuais ainda em curso.

Resultados dos Indicadores Associados



IA5.1: Índice de julgamento de processos de conhecimento 1º grau (meta 1 CNJ)

IA5.2: Índice de julgamento de processos de conhecimento 2º grau (meta 1 CNJ)

IA5.3: Índice de julgamento de processos antigos 1º grau (Meta 2 CNJ)

IA5.4: Índice de julgamento de processos antigos 2º grau (Meta 2 CNJ)

IA5.5: Taxa de congestionamento 1º grau

IA5.6: Taxa de congestionamento 2º grau

Justificativa para o resultado

Nas Eleições Municipais de 2020 houve um aumento de aproximadamente 30% na quantidade de Registros de Candidaturas (em relação ao pleito anterior), o que levou a um aumento na mesma proporção na quantidade de Prestações de Contas Eleitorais – elevando a dificuldade para o atingimento da meta.

O Glossário das Metas Nacionais 2021, do CNJ, previu que as prestações de contas dos candidatos não eleitos, autuadas e não julgadas em 2020, são consideradas, para fins da Meta 1, como se fossem autuadas em 2021. Isso representou um incremento de 27.244 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta e quatro) de novos casos (processos).

Figura 39: Objetivo estratégico 5

OE 6 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-GO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e comportamentais dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Diretriz Estratégica:

Promover a valorização e capacitação do capital humano

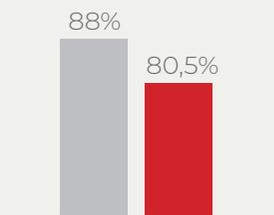
Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão de Pessoas

Processos	Produto
Gestão do quadro de pessoal	Pessoal selecionado, distribuído, em atividade e com posterior desligamento efetivado
Gestão de atos e registro de pessoal	Atos e registros organizados, direitos e deveres garantidos
Gestão das competências organizacionais	Pessoal qualificado com competências alinhadas aos objetivos organizacionais e comprometido com as responsabilidades e entregas
Atenção ao servidor	Pessoal motivado e com boa saúde física, mental e emocional

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Implantar a governança de pessoas

Resultados dos Indicadores Associados



IA 6.1

■ Meta ■ Resultado desfavorável ■ Resultado favorável

IA6.1: Índice de maturidade em gestão de pessoas - iGovPessoas

Resultados alcançados

- Nos últimos quatro anos, o Tribunal obteve avanço considerável no aperfeiçoando da Governança e Gestão de Pessoas. No exercício 2021 o indicador que aponta o nível de maturidade em gestão de pessoas atingiu 80,59%, cerca de 6,3 pontos percentuais maior que o observado em 2020 (74,33%), porém, inferior à meta de 88,3%.
- Aprovação da Política de Reconhecimento do servidor.
- Aprovação da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.
- 62 eventos de capacitação e desenvolvimento de servidores realizados, com investimento de R\$ 1.8 mi.
- 496 servidores capacitados.

Justificativa para o resultado

O alcance da meta prevista para o exercício 2021 dependia, em boa parte, da aprovação da Política de Avaliação de Desempenho, da conclusão do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho, da definição de ocupações críticas e do desenvolvimento da Gestão por Competências. São ações que se encontram em andamento, mas ainda não foram concluídas.

Por outro lado, a evolução do indicador em 2021 foi impactada positivamente pela aprovação da Política de Reconhecimento, do estabelecimento de metas individuais e/ou equipes alinhadas com as metas organizacionais para parte da equipe, da avaliação dos resultados do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, da identificação de razões para o desligamento voluntário de servidores no Tribunal, além das de caráter legal, bem como das movimentações internas, além do monitoramento de indicadores relevantes da força de trabalho, como turnover, absenteísmo, horas de capacitação, jornada de trabalho, dentre outros.

Desafios e perspectivas futuras

- Para o exercício 2022, a instituição tem o desafio de reformular a composição do indicador estratégico de gestão de pessoas, visando abarcar inovações trazidas no iGG (Índice integrado de governança e gestão públicas), o que implicará nova linha de base para o indicador. Mesmo na composição revisada, vislumbra-se boas possibilidades de impulso do indicador com a conclusão dos projetos em andamento.

Figura 40: Objetivo estratégico 6

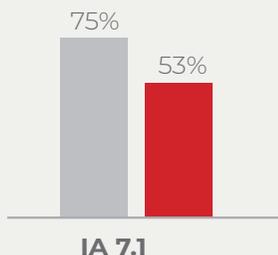
OE 7 - Aperfeiçoar a governança de tecnologia da informação

Visa orientar a utilização dos instrumentos de tecnologia da informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Modernizar a infraestrutura de TI
- Aprimorar os processos de governança de TI

Resultados dos Indicadores Associados



IA71: Índice de governança e gestão de TI (iGovTI)

Justificativa para o resultado

Importa assinalar que, de acordo com o Relatório final do TCU, das 378 organizações avaliadas, 82% encontram-se no estágio inicial e intermediário. Apesar do percentual alcançado em 2021 não ter atingido a meta proposta para o período, esse resultado é positivo perante às novas exigências incorporadas na versão do Questionário 2021, provenientes dos novos desafios impostos pelas atuais demandas que envolvem a Tecnologia da Informação, a exemplo das mudanças trazidas pela pandemia do Covid-19.

Diretriz Estratégica:

Aprimorar a eficiência na prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Resultados alcançados

Embora o cenário do levantamento 2021 não tenha sido similar ao ciclo anterior, é importante ressaltar que o resultado de 53%, possibilitou ao TRE-GO manter seu índice de governança de TI no nível intermediário. A implementação de diversas ações, tornou possível esse resultado, tais como:

- Modernização da infraestrutura de TI na sede e Zonas Eleitorais;
- Atualização do planejamento estratégico e do plano diretor de TI;
- Implantação de ferramenta de gestão de serviços de TI e do sistema de gerenciamento de ativos de TI;
- Implementação dos processos de gerenciamento de incidentes e de mudanças;
- Ações focadas no aprimoramento da segurança de TI;
- Alinhamento às diretrizes da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 e do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026 do TRE-GO;
- Elaboração do Plano de Iniciativas para o sexênio 2021-2026;
- Aderência a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral 2021-2024.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão de Tecnologia da Informação

Processos	Produto
Planejamento de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC)	Inovações e alinhamento de TIC às políticas e diretrizes da Instituição e órgãos superiores e de controle
Desenvolvimento e administração de soluções de TIC	Soluções compostas por bens e/ou serviços de TIC que se integram, visando contribuir para o alcance dos resultados pretendidos pelo TRE-GO.
Gestão de Infra-estrutura de TIC	Infra-estrutura de TIC apropriada à efetiva prestação dos serviços institucionais
Monitoramento e avaliação de TIC	Conformidade e performance das soluções de TIC aos requisitos estabelecidos pelo TRE-GO
Suporte técnico nas soluções de TIC	Continuidade das soluções de TIC

Desafios e perspectivas futuras

Considerando o cenário de utilização do trabalho remoto em grande escala; o crescente número de ataques cibernéticos; a vigência da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD); a defasagem da força mínima de trabalho específica de TI requerida; a ausência de perspectiva de incremento de servidores nos próximos anos; a restrição orçamentária; o posicionamento estratégico da TI como viabilizador da transformação digital dos processos de trabalho finalísticos, apoio, controle e gestão; apontam como principais desafios e futuras ações:

- Aumento da segurança da informação contra os ataques cibernéticos;
- Aprimoramento da gestão da Segurança da Informação e Gestão de Dados;
- Segurança de dados pessoais;
- Ampliação da oferta de serviços em meio digital;
- Simplificação de exigência de comprovantes, dados e dos serviços prestados;
- Participação dos usuários na concepção dos serviços;
- Interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade dos serviços de TI;
- Integração de canais digitais;
- Disponibilização de recursos tecnológicos que viabilizem o teletrabalho de forma segura e eficiente;
- Redesenho de estruturas organizacionais adequadas e suficientes para suportar todos os processos de governança, de gestão de serviços e de segurança cibernética compatíveis com a relevância e as demandas de TIC.
- Gestão da continuidade do negócio e dos serviços de TIC.

Figura 41: Objetivo estratégico 7

OE 8 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar às necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das exigências prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

Diretriz Estratégica:

Fortalecer a Gestão Orçamentária de modo a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico

Reduzir o prazo de execução dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços

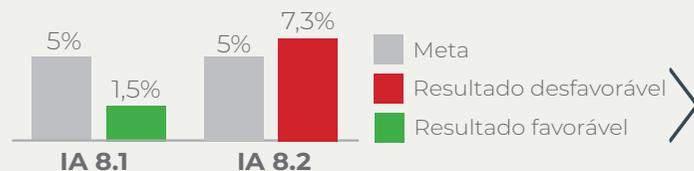
Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Aperfeiçoar a gestão de contratações e aquisições
- Alinhar o Planejamento Estratégico e o Orçamentário
- Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Resultados alcançados

- O indicador de desempenho Índice de perdas orçamentárias ficou em 4,36%.
- Já o Índice de inscrição em restos a pagar ficou em 5,92%.

Resultados dos Indicadores Associados



IA8.1: Índice de perdas orçamentárias

IA8.2: índice de inscrição de restos a pagar

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira

Processos	Produto
Planejamento Orçamentário	Proposta Orçamentária consolidada Proposta cadastrada e acompanhada no SIOF
Acompanhamento, Execução e Controle Orçamentário	Programação Orçamentária / QDD Relatório da Programação emitido Reserva Orçamentária - PE Atestado da disponibilidade orçamentária
Acompanhamento, Execução e Controle Financeiro	Programação Financeira Relatório de Execução Financeira Despesa Apropriada Despesa Empenhada Pagamento Realizado Registro da Conformidade Tributos Recolhidos
Informações Gerenciais	Tributos informados a fornecedores Dados consolidados para: Relatório de Gestão Fiscal Relatório Integrado de Gestão Relatório de Prestação de Contas Justiça em Números GFIP

Justificativa para o resultado

Os indicadores adotam a polaridade de quanto menor o resultado melhor.

O monitoramento do Plano de Aquisições e Contratações – PAC 2021 e o alinhamento do orçamento ao Planejamento Estratégico, possibilitou uma boa aplicação dos recursos disponibilizados, impactando positivamente no resultado alcançado pelo índice de perdas orçamentárias, superando a meta.

Quanto ao indicador de inscrição em Restos a Pagar acima da meta, é importante destacar: a execução orçamentária apresentou-se em percentuais satisfatórios considerando o cenário que a Administração Pública atravessa de adaptação a novas formas de trabalho em função da persistência da pandemia de COVID-19. Parte dos recursos antes utilizados em manutenções ordinárias de infraestrutura e administrativos, cuja necessidade se reduziu com o trabalho remoto, foram direcionados para renovação do parque de equipamentos de TIC, Softwares e outros bens permanentes. A Administração se empenhou em garantir que todos os contratos tivessem seus pagamentos realizados dentro do exercício. Entretanto, alguns fornecedores não conseguiram entregar parte dos serviços e/ou produtos até dezembro/2021, diante da escassez de insumos e mão de obra, reflexo ainda da pandemia de COVID-19, levando à necessidade maior de inscrições de valores em Restos a Pagar.

Figura 42: Objetivo estratégico 8

Plano de curto prazo (plano de gestão)

O Plano de Gestão é um desdobramento do Planejamento Estratégico 2016-2021, desenvolvido com a participação colaborativa e integrada das unidades a partir das diretrizes de priorização definidas pela gestão 2020-2022 do Presidente, Desembargador Leandro Crispim, alinhadas às estratégias do Judiciário e diretrizes da Justiça Eleitoral.

O planejamento estratégico institucional define o direcionamento estratégico do órgão através da Missão, Visão, Valores, objetivos estratégicos, indicadores e metas; o Plano de Gestão estabelece as iniciativas do órgão para que o direcionamento estratégico seja alcançado através do cumprimento de suas metas, tendo em vista um período específico.



Define as iniciativas em forma de programas, projetos e planos de ações impulsionadoras na execução da estratégia definida.

Duração 2 anos: Junho de 2020 a abril de 2022

Diretrizes da Gestão



Implementar melhorias dos processos visando a celeridade das ações e decisões administrativas e judiciais com efetividade;

Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços;

Aperfeiçoar a governança institucional;

Promover a colaboração e integração entre as pessoas.

Iniciativas por Objetivo Estratégico

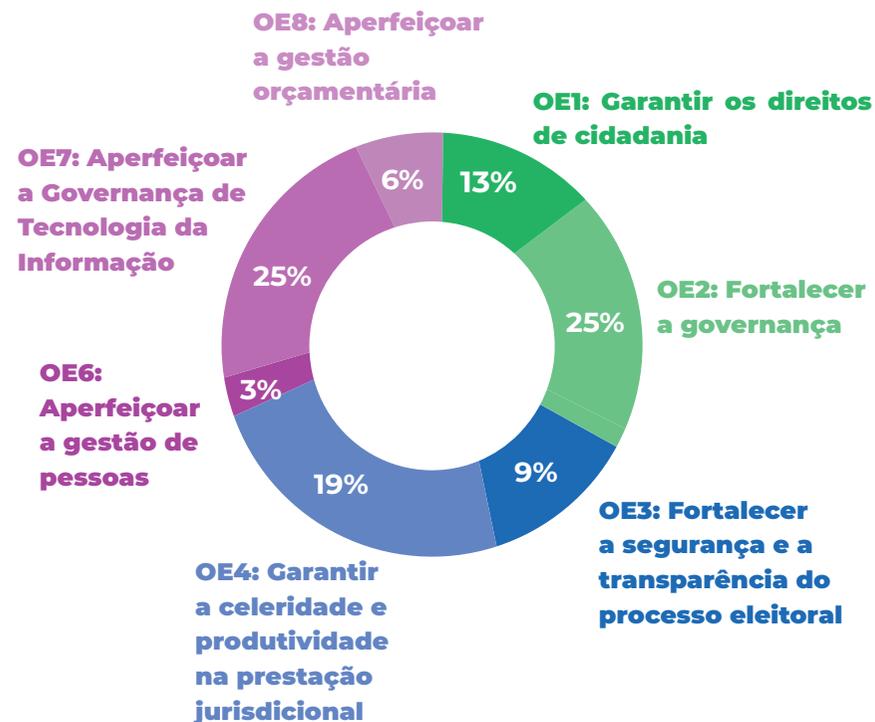


Figura 43: Iniciativas por Objetivo Estratégico

Execução do Plano de Gestão



Situação em 31/12/2021

Figura 44: Execução do Plano de Gestão

Programas / Projetos / Ações

OE1: Garantir os direitos de cidadania

- Descomplicando o Processo Eleitoral
- Pesquisa de manifestação social
- Cartório Eleitoral Online
- Campanha do Primeiro Voto

OE2: Fortalecer a governança

- Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas
- Implementar o Regimento Interno da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
- Implantação do módulo de gestão de riscos no sistema de gestão corporativa
- Elaborar o Plano de Gestão de Riscos das Contratações
- Elaborar nova Cadeia de Valor do TRE-GO
- Elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026
- Projeto Memória
- Revista comemorativa dos 90 anos da Justiça Eleitoral
- Expansão do escopo do Sistema de Gestão da Qualidade

OE3: Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

- Participação da mulher na política
- Plano Integrado de Eleições
- I Seminário Estratégia com Qualidade - edições 2021 e 2022

OE4: Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

- Implantar o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor
- Regulamentar o juízo 100% digital
- Migrar o acervo processual físico em tramitação no 1º grau para meio eletrônico de tramitação - Pje
- Redução do estoque dos processos de 1º grau e diminuição do seu tempo de julgamento
- Desenvolver sistema eletrônico em substituição aos livros de carga obrigatória
- Programa permanente de acompanhamento de zonas eleitorais

OE6: Aperfeiçoar a gestão de pessoas

- Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas

OE7: Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação

- Melhorias na infraestrutura das aplicações
- Otimização dos controles de acesso aos sistemas
- Implantar o Sistema de Sanções para cumprimento de sentenças
- Estrutura redundante de serviços de TI
- Melhoria da infraestrutura de microinformática dos Cartórios Eleitorais e atualização do parque computacional
- Plano de continuidade de serviços essenciais de TIC
- Elaboração do Planejamento Estratégico de TI 2022-2027
- JUS – Eleições 2020 e Atualização de Plataforma

OE8: Aperfeiçoar a gestão orçamentária

- IV Seminário de Orçamento do TRE-GO - 2021
- Aperfeiçoamento do processo de contratações do TRE-GO

Objetivo Estratégico 1

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Descomplicando o Processo Eleitoral</p> <p>Responsável: Escola Judiciária Eleitoral</p>	Ampliar os conhecimentos do eleitor acerca do processo eleitoral de forma simplificada e efetiva.	5.000 cidadãos atendidos	A iniciativa alcançou alunos do ensino fundamental e médio da rede educacional de Goiás. Contudo o impacto negativo do afastamento social provocado pela pandemia iniciada em meados de 2020, associado ao baixo acesso digital do principal público alvo (escolas públicas), impossibilitou o alcance da meta estimada. Não obstante, mesmo com as dificuldades apontadas, na ocasião foram beneficiados 1.130 (mil cento e trinta) alunos.
<p>Projeto: Pesquisa de manifestação social</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	Coletar dados e informações, que servirão de evidências baseadas em fatos para a tomada de decisão da Alta Administração.	Coletar e analisar 12.000 respostas até novembro de 2021.	Após indeferimento da contratação da plataforma de pesquisa, foi criado o Formulário Online por meio do Google Forms (gratuito) e submetido às diversas unidades de atendimento para sugestões e correções. O início da coleta de dados está previsto para março/2022.
<p>Projeto: Cartório Eleitoral Online</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	Ampliar o atendimento digital e online com certificação inicial dos cartórios de (Jataí e Alexânia), propiciando uma sistemática sólida e moderna de atendimento aos cidadãos-usuários dos produtos/serviços do TRE-GO.	Implementar atendimento online em 10 ou mais atividades essenciais dos cartórios eleitorais.	Nova versão do Aplicativo Título Net, Balcão Virtual, Juízo Digital incorporando diversos serviços de atendimento remoto ao eleitor.
<p>Projeto: Campanha do primeiro voto</p> <p>Responsável: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social</p>	Produzir e divulgar campanha de esclarecimentos ao eleitor de primeiro voto	Atingir 10% do eleitorado de primeiro voto, com base nas informações do cadastro eleitoral	Fortalecimento da forma de comunicação via redes sociais em conjunto com TSE, incentivo a participação do jovem votando nas Eleições 2022. Alcance de mais de 10 mil visualizações, correspondendo a mais de 10% do eleitorado jovem.

Objetivo Estratégico 2

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Programa: Parceria com instituição bancária para gerenciamento de depósito em contas judiciais</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	<p>Celebração de cooperação técnica entre o TRE-GO e instituição financeira.</p>	<p>Padronizar e otimizar a gestão dos recursos depositados em contas judiciais.</p>	<p>Iniciativa em execução no Tribunal, dentro do cronograma inicialmente previsto. (90% executada)</p>
<p>Projeto: Elaborar o Plano de Gestão de Riscos das Contratações</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	<p>Realizar atividades coordenadas com o objetivo inicial de gerenciar e controlar o processo das Contratações em relação a potenciais ameaças, por meio da metodologia de gestão de riscos do TRE-GO.</p>	<p>Implementar, trimestralmente, a metodologia de gestão de riscos em ao menos um processo da gestão das contratações</p>	<p>01 processo concluído - Contratação de Bens e Serviços</p>
<p>Projeto: Elaborar nova Cadeia de Valor do TRE-GO</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	<p>Identificar os processos de trabalhos em cada macroprocesso finalístico e de apoio.</p>	<p>Revisão da da Cadeia de Valor e aprovação pelo Conselho de Governança Corporativa..</p>	<p>A proposta da nova Cadeia de Valor foi apresentada para a Alta Administração em janeiro de 2022, com atraso decorrente dos desafios de se executar as revisões dos processos e atividades diante das restrições sanitárias em vigor. A previsão de aprovação da proposta está prevista para abril/2022.</p>
<p>Projeto: Elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	<p>Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 seguindo as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral</p>	<p>Publicação do Planejamento Estratégico Institucional até 30 de novembro 2021.</p>	<p>O Plano de longo prazo foi aprovado em 30 junho de 2021, conforme Portaria nº. 159/2021 – PRES e publicado</p>

Objetivo Estratégico 2

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Projeto Memória</p> <p>Responsável: Secretaria Judiciária</p>	Reunir e divulgar dados históricos da Justiça Eleitoral. Preservar a memória. Realizar evento em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário.	Concluir o projeto até 30/04/2022	Catologação do acervo histórico; criação do Memorial Virtual; levantamento de dados dos juízes que atuaram neste Tribunal, desde sua criação até os dias atuais, para confecção de linha sucessória; realização, em 10/05/2021, de evento em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 316/2020); participação no Prêmio Memória do CNJ, com inscrição em várias categorias (Resolução CNJ nº 429/2021).
<p>Projeto: Revista comemorativa dos 90 anos da Justiça Eleitoral</p> <p>Responsável: Secretaria Judiciária</p>	Celebrar os 90 anos da Justiça Eleitoral	Lançar a Revista comemorativa dos 90 anos da Justiça Eleitoral até 31/03/2022	Em 2021, a Comissão de Gestão de Memória selecionou o material para publicação na Revista, que será lançada em março/2022.
<p>Projeto: Expansão do escopo do Sistema de Gestão da Qualidade</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	Expandir o Sistema de Gestão da Qualidade, incluir, os processos de Capacitação Jurídica, Capacitação, Cadastro Eleitoral e Relação Institucional com a Sociedade.	Certificar 3 processos contidos na Cadeia de Valor do TRE-GO	O cronograma de certificação previsto para 2021 precisou ser reformulado, em razão da contratação da nova certificadora, tendo como nova data o mês de março de 2022.
<p>Projeto: Desenvolver o monitor de atividades da Corregedoria</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	Monitorar informações gerenciais que contribuem para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas no âmbito das unidades administrativas e judiciárias componentes da VPCRE.	Obter, em tempo real, informações gerenciais e estatísticas relacionadas à produtividade das unidades.	Desenvolvido, via business intelligence, o painel Monitor de Atividades da VPCRE – em funcionamento. (100% executada)

Objetivo Estratégico 2

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Realizar o evento semestral: Webinar “Encontro com a Corregedoria”</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	<p>Promover discussões sobre DATA-JUD, metas, parametrizações, tabelas processuais unificadas, projetos e sanar dúvidas.</p>	<p>Realizar, pelo menos uma vez por semestre, um encontro com representantes da Zonas Eleitorais para exposição de conteúdo e discussões de assuntos relevantes.</p>	<p>Realizado um evento com a Corregedoria em 3/2/2022. Prevista nova edição do encontro para o mês de março/22. (100% executada)</p>
<p>Projeto: Instituir o Selo de Boas Práticas Cartorárias</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	<p>Identificar e premiar rotinas de trabalho autênticas, inovadoras e que agreguem valor a produtos ou serviços oferecidos.</p>	<p>Implementar o Portal de Boas Práticas e efetivar a entrega do Selo para as propostas contempladas.</p>	<p>Iniciativa em execução na VPCRE/GO dentro do cronograma inicialmente previsto. (90% executada)</p>

Objetivo Estratégico 3

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Participação da mulher na política</p> <p>Responsável: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social</p>	Promover palestras com a participação de mulheres que se destacam na sociedade goiana para a promoção de debate sobre o papel da mulher na política;	Realizar 1 palestra por semestre até maio de 2022.	Meta alcançada. Evento de 2022 em execução, a ser realizado em março/2022.
<p>Plano de Ação: Implantar a Gestão do Conhecimento</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	Implementar um projeto de gestão do conhecimento produzido no âmbito da Corregedoria no exercício da atribuição de orientação.	Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-GO e a sociedade.	Desenvolvida e implementada a ferramenta de gestão do conhecimento denominada WIKI-CRE, onde são registradas as orientações sobre práticas cartorárias e demais assuntos de interesse das zonas eleitorais. (100% executada)
<p>Projeto: Plano Integrado de Eleições</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	Orientar as atividades relativas ao planejamento, monitoramento e avaliação das eleições, com a integração e aperfeiçoamento dos processos envolvidos e foco na melhoria contínua da prestação de serviços ao cidadão.	Avaliar o desempenho dos processos de eleição, visando identificar as dificuldades que impossibilitaram o cumprimento das metas de cada processo de eleição e o atendimento das expectativas, para que sejam adotadas as devidas ações corretivas para os próximos pleitos.	A leitura dos indicadores demonstrou resultado um pouco diverso do esperado nas Eleições 2020, mas satisfatório, ao consideramos à pandemia. O desafio para as próximas eleições, por se tratar de eleições gerais, será a consolidação da imagem e da credibilidade da Justiça Eleitoral, além de aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica.
<p>Projeto: I Seminário Estratégia com Qualidade - edições 2021 e 2022</p> <p>Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão</p>	Instituir no TRE-GO evento no formato de seminário, cujo objetivo é apresentar cases de sucesso na execução das estratégias, novos modelos de desenvolvimento ágeis, melhores práticas de governança alinhados à NBR ISO 9001:2015. Realizar a primeira reunião de análise da estratégia do exercício durante o evento.	Realizar duas edições do evento até abril de 2022; Atingir 90% dos servidores investidos em função; apresentar relatório de resultado da análise da estratégia 10 dias após sua realização.	O evento aconteceu de 8 a 11 de março, em conjunto com o Seminário de Orçamento/2021, no formato online pelo canal do YouTube do TRE-GO. O evento não atingiu a meta de 90% dos servidores investido em função. No entanto, alcançou mais unidades da administração, incluindo as zonas eleitorais. A média de alcance de servidores que ocupam cargos (CJ1, CJ2, CJ3 e CJ4) e função comissionada (FC6) na sede deste Tribunal ficou em 26,78%, conforme frequência registrada nas palestras.

Objetivo Estratégico 4

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Implantar o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	<p>Implantar sistema de registro, controle e tramitação de procedimentos de competência exclusiva da Corregedoria Regional Eleitoral.</p>	<p>Concluir a configuração interna, regulamentar e implantar o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor na unidade.</p>	<p>Regulamentado e implantado o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor na VP-CRE/GO. Atualmente, já em funcionamento. (100% executada)</p>
<p>Plano de Ação: Regulamentar o juízo 100% digital Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	<p>Permitir acesso à Justiça virtualmente, de modo que todos os atos processuais sejam praticados por meio eletrônico, inclusive audiências e sessões de julgamento.</p>	<p>Regulamentar o programa no âmbito deste TRE-GO, contratar solução informática para a realização de atos processuais à distância e extensão do programa para todas as unidades do primeiro grau.</p>	<p>Regulamentado o programa no âmbito deste TRE-GO, contratada solução informática para a realização de atos processuais à distância e definidas todas as zonas eleitorais como integrantes do Juízo 100% Digital. (100% executada)</p>
<p>Projeto: Migrar o acervo processual físico em tramitação no 1º grau para meio eletrônico de tramitação – PJe Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	<p>Cadastramento dos processos físicos pendentes nas zonas eleitorais para meio eletrônico PJe.</p>	<p>Digitalizar e cadastrar 100% do acervo de processos judiciais físicos em tramitação no primeiro grau no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe até o final de setembro de 2021.</p>	<p>Todos os processos físicos de 1º grau foram digitalizados e cadastrados no Processo Judicial Eletrônico - PJe. (100% executada)</p>
<p>Projeto: Desenvolver sistema eletrônico em substituição aos livros de carga obrigatória Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	<p>Permitir a conversão para meio eletrônico do controle de registros manuais em livros de guarda obrigatória pelos cartórios eleitorais.</p>	<p>Converter para meio eletrônico o controle de registros manuais, dispensando o uso de livros de guarda obrigatória pelos cartórios eleitorais.</p>	<p>Iniciativa em execução no Tribunal, dentro do cronograma inicialmente previsto. (20% executada)</p>

Objetivo Estratégico 4

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Desenvolver a Central de Sistemas da Corregedoria</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	Ampliar e reunir, em página única na web, os sistemas de restrição patrimonial, de apoio à atividade jurisdicional e de operação do cadastro eleitoral administrados pela VPCRE/GO	Firmar termos de cooperação, regulamentar e concluir a implementação dos sistemas SERASAJUD, SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SINIC, Banco de Peritos, SINIC, SEEU, CNIB.	Firmados termos de adesão e de cooperação com todas as instituições, regulamentados e implantados todos os sistemas indicados. (100% executada)
<p>Projeto: Programa permanente de acompanhamento de zonas eleitorais</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	Acompanhar as Zonas Eleitorais com dificuldade no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo na tramitação do acervo processual.	Elaborar plano de trabalho, regulamentar e iniciar o primeiro ciclo e inspecionar as zonas indicadas ao programa de acompanhamento.	Apresentado o Plano de Trabalho, regulamentado o Programa e realizado o 1º ciclo de atividades, com inspeções em todas as zonas indicadas. (100% executada)
<p>Projeto: Implementar a Central de Indicadores Estratégicos da Corregedoria</p> <p>Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral</p>	Desenvolver, com base em business intelligence, página na internet onde se promova o acompanhamento dos indicadores estratégicos sob responsabilidade da VPCRE/GO.	Reunir, em um mesmo ambiente eletrônico, os painéis em BI a partir dos quais se monitora, em tempo real, os indicadores estratégicos sob responsabilidade da VPCRE.	Desenvolvida e implementada a Central de Indicadores da Corregedoria, pela qual se monitoram os indicadores estratégicos cadastrados no Planejamento Estratégico 21-26 como de responsabilidade da unidade. (100% executada)
<p>Projeto: Migrar o acervo processual físico em tramitação no 2º grau para meio eletrônico de tramitação – Pje</p> <p>Responsável: Secretaria Judiciária</p>	Migrar 100% do acervo processual físico em segundo grau para meio eletrônico de tramitação – Pje.	Concluir a migração até fevereiro/2021	Em 2021, a Secretaria Judiciária concluiu a digitalização e migração dos processos físicos para o PJe, de forma que todos os feitos judiciais tramitam atualmente em meio eletrônico.

Objetivo Estratégico 6

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas</p> <p>Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas</p>	Promover a informatização e automação de processos de gestão de pessoas.	Implantar seis sistemas até novembro de 2020, quatro sistemas até novembro de 2021 e um até março de 2022.	Foram implantados três sistemas em 2020, um no exercício 2021 e os seis restantes se encontram com 55,9% de execução, com expectativa de finalização até maio de 2022.
<p>Projeto: Prevenção e combate ao assédio moral</p> <p>Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas</p>	Proposição de Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Cartilha de Prevenção. O objetivo da iniciativa é promover um ambiente de trabalho saudável e coibir condutas que configurem assédio moral.	Aprovação de política de prevenção e combate ao assédio moral até julho de 2020.	O projeto foi concluído com a aprovação da Portaria nº 142/2021 PRES, que instituiu a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

Objetivo Estratégico 7

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Melhorias na infraestrutura das aplicações</p> <p>Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	Melhoria da infraestrutura utilizada nos sistemas de informação desenvolvidos no TRE-GO.	Aperfeiçoar a infraestrutura das aplicações para novos projetos até julho/21 e, quando possível, em aplicações existentes até novembro de 2021.	Projeto concluído.
<p>Projeto: Otimização dos controles de acesso aos sistemas</p> <p>Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	Unificar a sistemática de acesso aos sistemas de informação desenvolvidos no TRE-GO.	Implantar a tecnologia de acesso unificado aos sistemas para novas aplicações até julho de 2021 e, quando possível, em aplicações existentes até novembro de 2021.	Projeto concluído.

Objetivo Estratégico 7

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Implantar o Sistema de Sanções para cumprimento de sentenças</p> <p>Responsável: Secretaria Judiciária</p>	Controle digital das sanções aplicadas por esta Corte.	Implantar até dezembro de 2021.	Projeto concluído.
<p>Projeto: Estrutura redundante de serviços de TI</p> <p>Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	Melhoria da infraestrutura dos Datacenters do TRE-GO.	Etapa 2: Implementar 100% dos equipamentos previstos até agosto de 2021.	Projeto concluído.
<p>Projeto: Melhoria da infraestrutura de microinformática dos Cartórios Eleitorais e atualização do parque computacional</p> <p>Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	Otimizar o atendimento nos Cartórios Eleitorais, das atividades cartorárias e eleições.	Etapa 2: Atualização de toda infraestrutura de microinformática para os usuários de TI e diminuir a necessidade de suporte.	Foi executado 37% do previsto, em decorrência de indisponibilidade de orçamento para aquisição de microcomputadores. Ainda assim, o procedimento de aquisição foi iniciado em 2021.
<p>Projeto: Plano de continuidade de serviços essenciais de TIC</p> <p>Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	Elaborar normativo visando a regulamentação dos procedimentos necessários à continuidade dos serviços essenciais de TIC.	Implementar ações até fevereiro de 2021.	Projeto com 35% de execução. Encontra-se em andamento a análise conjunta com outras unidades, visando definir os serviços essenciais do Tribunal.

Objetivo Estratégico 7

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Elaboração do Planejamento Estratégico de TI 2021-2026</p> <p>Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	Alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026 e em consonância com as diretrizes institucionais estabelecidas para o período.	Publicar o PETIC 2021- 2026 até o mês subsequente à publicação do Planejamento Estratégico Institucional para o mesmo sexênio.	Projeto concluído. De acordo com a nova ENTIC-JUD 2021-2026, o planejamento estratégico de TI passou a integrar o PDTIC 2021-2026, extinguindo o PETI.
<p>Projeto: JUS - Eleições 2020 e Atualização de Plataforma</p> <p>Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	Atualizar a plataforma Microsoft de sistemas operacionais de computadores servidores e desktops.	Atualizar a plataforma Microsoft de sistemas operacionais de computadores servidores e desktops até junho/21	Projeto em andamento com 67% de execução, em decorrência de indisponibilidade de orçamento para aquisição de microcomputadores.

Objetivo Estratégico 8

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: IV Seminário de Orçamento do TRE-GO – 2021</p> <p>Responsável: Secretaria de Administração e Orçamento</p>	Que os gestores e demais participantes desempenhem seus papéis com mais segurança e comprometimento, assegurando a melhoria no planejamento da gestão orçamentária e de contratações. Além disso, visa conhecer a realidade de outros órgãos, adquirir novos conhecimentos e aperfeiçoar os já existentes, assim como difundir a ideia de bem planejar o orçamento.	Alcançar 70% do público alvo, entre secretários, coordenadores, assessores, chefes de seção e 20% dos demais servidores do Tribunal, por meio presencial e/ou EAD.	O evento ocorreu entre os dias 08 e 11 de março de 2021, pelo canal do YouTube do TRE-GO. Todavia, embora o seminário tenha tido grande média de público interno e externo, inclusive com a participação das zonas eleitorais, não conseguiu atingir a meta de frequência entre servidores que ocupam os cargos CJ1, CJ2, CJ3 e CJ4 e função comissionada FC6 na sede deste Tribunal. A média de frequência registrada por período nas palestras foi de 26,78% deste público.

Objetivo Estratégico 8

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
<p>Projeto: Aperfeiçoamento do processo de contratações do TRE-GO</p> <p>Responsável: Secretaria de Administração e Orçamento</p>	Melhoria no Processo de Contratação, e ajuste às normas atuais e Regentes..	· Elevar o Índice de Governança e Gestão de Contratações (iGovContrat) para no mínimo 70%;	65,2% no indicador iGovContrat, com a possibilidade de melhoria já no ano de 2022 assim que forem concluídos os projetos ainda em andamento,

Tabela 04: Principais projetos por Objetivos Estratégico

Visão geral da execução das iniciativas



Figura 45: Execução das iniciativas do Plano de Gestão

Perspectivas e desafios para os próximos exercícios

Com o término da gestão do Desembargador Leandro Crispim, prevista para o final de abril de 2022, um novo ciclo será planejado e novas diretrizes serão determinantes para o desempenho da estratégia aprovada para o sexênio 2021-2026. Serão priorizadas iniciativas de baixo desempenho diante da crescente demanda por serviços ágeis que resolvam problemas para cidadãos cada vez mais exigentes com a gestão pública.

Para saber mais sobre o desempenho do Plano de Gestão 2020-2022, visite o [painel de acompanhamento](#).

Eleições 2022



Figura 46: Logotipo Eleições 2020

O cenário de polarização político da população e os constantes ataques à segurança e credibilidade da votação eletrônica trazem muita preocupação para a Justiça Eleitoral.

O Tribunal Superior Eleitoral firmou compromisso de parceria para o enfrentamento de comportamentos inadequados nas redes sociais com todos os representantes das principais plataformas de mídias sociais e provedores de internet. O TSE e todos os Regionais terão que implementar diversas iniciativas visando o enfrentamento da desinformação divulgada contra o processo eleitoral, principalmente para garantir a legitimidade e a integridade das Eleições Gerais de 2022.

Outrossim, não podemos olvidar que o processo eleitoral envolve uma série de outras atividades complexas, em que se busca constantemente harmonizá-las às expectativas da so-

O Pleito de 2022 promete ser a disputa eleitoral mais tensa desde a redemocratização do país, principalmente para a definição do cargo de Presidente da República.

O cenário de polarização político da população e os



Figura 47: Relatório de avaliação Eleições 2020

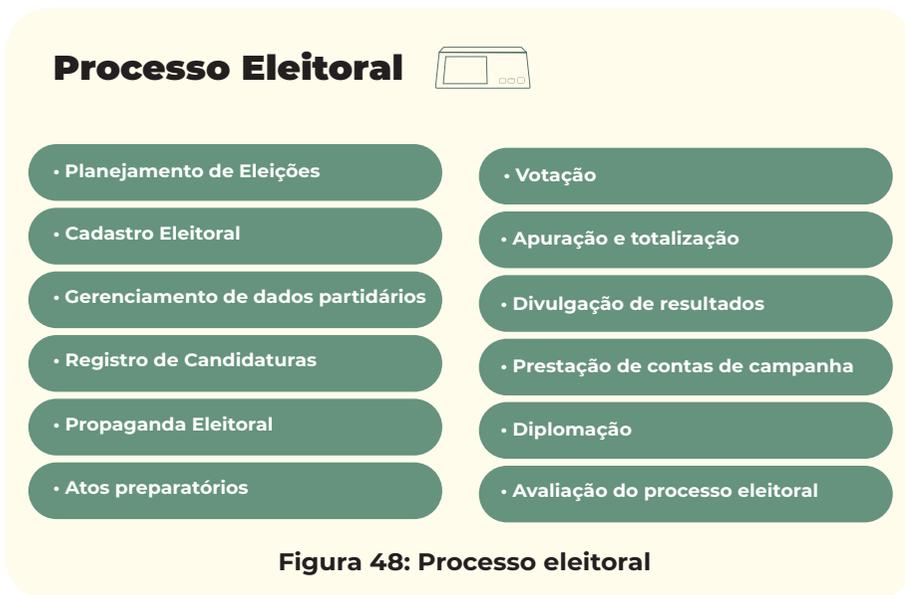
cidade.

As Eleições de 2020, realizadas em um cenário pandêmico, que impactou diversos processos, exigiu demasiadamente da Administração no enfrentamento de novas demandas e essa experiência contribuiu bastante para o aperfeiçoamento de várias atividades do Tribunal. Destacam-se os aprimoramentos de infraestrutura de tecnologia da informação e do mapeamento dos riscos dos processos das eleições.

cidade.

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) tem procurado aperfeiçoar o seu processo eleitoral a partir da avaliação dos processos anteriores, com a intenção de garantir, com o fortalecimento da governança, os subsídios necessários para a tomada de decisões, primando pelo fortalecimento e alinhamento estratégico de três objetivos: garantir legitimidade do processo eleitoral, assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e aperfeiçoar a gestão administra-

No primeiro semestre de 2021 foi iniciada a elaboração do Planejamento Integrado das Eleições 2022. O objetivo do referido plano, que envolve desde atividades de gerenciamento do Cadastro Eleitoral até a Diplomação dos Eleitos, é de servir como instrumento de apoio para melhoria dos processos de trabalho das eleições e do sistema de controle interno.



No planejamento integrado são mapeados vinte e três processos, consubstanciado em diagramas de escopo e de processo, definição de indicadores dos processos e identificação dos riscos.

Ademais, para o gerenciamento das informações estratégicas e monitoramento do processo eleitoral de 2022 serão utilizados **painéis de business intelligence**. Esses painéis auxiliarão na tomada de decisões, com informações orçamentárias, administrativas, processuais, contratações, e contribuirão para a transparência do processo eleitoral.



O desafio para as Eleições de 2022 será a consolidação da imagem e da credibilidade da Justiça Eleitoral, além de aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica.

Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados

Desde 2012, o Tribunal de Contas da União vem realizando levantamentos para conhecer a situação da governança no setor público federal e de outros entes jurisdicionados do TCU e estimular suas organizações a adotarem boas práticas no tema.

O levantamento realizado em 2017 resultou no [Acórdão 2.699/2018](#), que determinou o acompanhamento, por cinco anos, da capacidade de governança e gestão dos órgãos e entidades jurisdicionados, a fim de identificar riscos sistêmicos. Diante dos resultados, a instituição elaborou uma agenda de melhorias em 2018, cujo acompanhamento é realizado por meio do Procedimento Administrativo Digital (PAD nº 5223/2018).

Em 2019 e 2020 o TCU não aplicou os questionários de levantamentos para o ciclo. Entretanto, em decorrência da relevância das medições e da importância da continuidade do processo de levantamentos com o uso da metodologia adotada pelo órgão de controle, bem como das medidas em curso em relação aos resultados dos indicadores de governança e gestão levantados nos anos de 2017 e 2018, o TRE-GO fez constar na revisão do seu Planejamento Estratégico 2016-2021, realizada em 2019, o indicador geral de governança (iGG).

O TRE-GO foi avaliado nos anos de 2017, 2018 e 2021, obtendo os seguintes resultados:

Indicadores	2017	2018	2021
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	46%	49%	47,9%
iGovPub (índice de governança pública)	63%	64%	59,4%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	39%	49%	47,7%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	23%	32%	33,9%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	68%	66%	52,9%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	53%	53%	48,9%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	54%	63%	65,2%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	54%	48%	47,8%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	-	-	67,0%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	-	-	44,1%

Tabela 05: Indicadores de governança 2017/2018 e 2021

Principais medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

- 1.** Edição do Provimento nº 04/2021 – VPCRE/GO, que instituiu o Programa Permanente de Acompanhamento das Zonas Eleitorais que apresentarem maior dificuldade em alcançar as Metas Nacionais do Poder Judiciário nº 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo na tramitação do acervo processual pendente em cumprimento à Diretriz Estratégica nº 1 da Corregedoria Nacional de Justiça.
- 2.** Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre diversos órgãos e entidades públicas do estado de Goiás para a constituição do Fórum Permanente do Sistema de Justiça em Goiás - FORJUS-GO;
- 3.** Revisão trimestral das listas de verificação usadas nos processos de contratações com atualização da legislação, caso ocorra;
- 4.** Elaboração da Matriz de Qualificação Funcional para atuação de servidores da Presidência e Diretoria Geral nos processos de contratações;
- 5.** Resolução nº 359/2021, que institui a Política de Reconhecimento dos Magistrados, Servidores e Colaboradores da Justiça Eleitoral em Goiás;
- 6.** Resolução nº 358/2021, que institui a Política de Privacidade, Tratamento e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral em Goiás;
- 7.** Realização de cursos e aperfeiçoamentos de servidores. Dentre os temas, destacam-se: curso sobre a Resolução CNJ nº 347/2020; Planejamento de Contratações e Gestão e Fiscalização de Contratos, já de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021); curso sobre o sistema “COMPRAS.GOV.BR - Contratos” e o curso de Suprimentos de Fundos e Cartão de Pagamento com Atualização do PCASP - Teoria e Prática Sifaweb;
- 8.** Continuidade ao estudo para atualização da Portaria nº 861/2011 - PRES, que trata do estabelecimento de normas para contratações de obras, serviços e bens no âmbito deste Regional. O projeto está em fase final, com previsão de conclusão até meados de abril/2022 e regulamentará o Planejamento das Contratações do Tribunal;
- 9.** Reformulação da Portaria nº 423/2013 - PRES, que trata dos prazos e atividades a serem desenvolvidas no processo de contratações, retomada em 2021. Está em fase final, com previsão de conclusão até meados de abril/2022, e objetiva celeridade processual, economia de recursos e cumprimento do cronograma do Plano Anual de Contratações;
- 10.** Implementação da gestão e fiscalização dos contratos através de ferramenta eletrônica de acompanhamento e elaboração de normativo, que está em fase final, com previsão de conclusão até meados de abril/2022;
- 11.** Instituição de contratações sustentáveis no TRE-GO, que foi finalizada em 2021. As solicitações de contratações no âmbito do Tribunal passaram a se atentar às boas práticas de sustentabilidade, previstas como requisitos nos formulários aprovados pela Portaria nº 35/2021 – DG a serem utilizados na fase de Planejamento da Contratação;
- 12.** Padronização dos instrumentos convocatórios e contratuais, já finalizada. Medida utilizada para imprimir celeridade, eficiência e segurança à tramitação dos procedimentos de contratações ordinárias e reduzir custos às contratações que possibilitem tratamento uniforme. A autorização para a utilização de minutas padronizadas no âmbito do Tribunal se deu por meio da Portaria nº 190/2021 - PRES;
- 13.** Início do mapeamento de Riscos no macroprocesso de contratações, de acordo com a Resolução CNJ nº 347/2020. O projeto tem o fim de implementar a gestão de riscos no macroprocesso de contratações para identificar e tratar as potenciais ameaças que possam comprometer as aquisições no Tribunal.
- 14.** Continuidade da execução do Plano de Gestão de Pessoas - 2016-2021, que tem como base o referencial teórico do TCU. Desde sua implementação, o Tribunal vem alcançando desempenho satisfatório. Em levantamento interno, alcançou 74,3% do Índice iGovPessoas-TRE-GO.

O rol de medidas acima representa as principais ações no sentido de se alcançar o aprimoramento da capacidade da Alta Administração, da gestão dos riscos da organização e assegure a continuidade do negócio, o planejamento das eleições, promova a transparência, a prestação de contas, a gestão da aquisição de bens e contratação de serviços, a governança e gestão de TI e a gestão de pessoas.

Neste sentido, os resultados alcançados pelo TRE-GO nos últimos ciclos demonstram o comprometimento e nível crescente de maturidade na implantação das boas práticas de governança e gestão.

Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas

A função correcional consiste na orientação, padronização e fiscalização permanente dos serviços eleitorais, com o fim de prevenir a ocorrência de falhas, aferir a qualidade e a regularidade das atividades cartorárias, promovendo a melhoria contínua dos processos de trabalho. É realizada de forma direta, mediante inspeções e correições.

Denomina-se inspeção a ação exercida pela Corregedoria Regional Eleitoral que visa orientar e fiscalizar as atividades específicas desempenhadas pelas unidades de 1º grau, podendo ser realizada pessoalmente pelo Corregedor ou por comissão de servidores por ele designada. As inspeções podem ser realizadas na modalidade presencial ou virtual, executadas com ou sem aviso prévio.

Deverão ser inspecionadas anualmente, no mínimo:

I – 15% (quinze por cento) das zonas eleitorais, na modalidade presencial;

II – 10% (dez por cento) das zonas eleitorais, na modalidade virtual.

Nenhuma zona eleitoral poderá ficar mais do que cinco anos sem ser inspecionada presencialmente.

Resumo geral das inspeções e correições

ATIVIDADE	ANO DE 2021
Inspeções realizadas	10
Correições Ordinárias julgadas	92
Total de ações realizadas	102

Tabela 06: Resumo geral das inspeções e correições Corregedoria

Durante a instrução dos respectivos procedimentos administrativos de correições e inspeções, diversas determinações e/ou recomendações foram prescritas aos magistrados eleitorais visando esclarecer ou normalizar as inconsistências detectadas e a adoção de medidas para garantir a celeridade dos julgamentos e a redução da taxa de congestionamento de processos na unidade.

Por outro lado, foram realizados os mapeamentos das inconformidades cujas atribuições para tratamento são de áreas técnicas ou de gestão deste Tribunal – questões não relacionadas à regularidade das atividades cartorárias propriamente – e juntados aos autos dos procedimentos administrativos digitais SEI nº 263-5 (achados em correições ordinárias) e nº 266-0 (achados em inspeções cartorárias). Ambos os procedimentos foram encaminhados à Presidência do Tribunal para a adoção das providências cabíveis.

É importante destacar que a manutenção, ao longo do ano de 2021, das medidas sanitárias restritivas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal Superior Eleitoral e por este Tribunal Regional Eleitoral de Goiás visando evitar a propagação do novo coronavírus afetaram substancialmente o desempenho das atividades correcionais nas unidades de 1º grau.

De fato, desde a edição do Provimento VPCRE nº 3/2020, de 17 de março de 2020, ficaram suspensas as inspeções cartorárias presenciais enquanto vigorarem as medidas sanitárias restritivas.

[1] Resolução CNJ nº 313, de 19.3.2020 e Resolução CNJ nº 314, de 20.4.2020.

Por outro lado, em 9 de junho de 2021, foi aprovado o Plano Anual de Inspeções Cartorárias, prevendo a realização de dez inspeções, todas de modo virtual. Foram incluídas as cinco zonas eleitorais indicadas para o Programa Permanente de Acompanhamento - por apresentarem alta taxa de congestionamento processual e baixo desempenho no cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário -, além de outras cinco selecionadas a partir do critério de priorização daquelas não inspecionadas nos últimos cinco anos.

Segue abaixo quadro descritivo das inspeções realizadas ao longo do ano de 2021:

CIDADES	ZONA ELEITORAL	DATA
Goiânia	127ª	24/06/2021
Aparecida de Goiânia	145ª	30/06/2021
Novo Gama	4ª	06/07/2021
Rio Verde	30ª	08/07/2021
Cidade Ocidental	42ª	13/07/2021
Rio Verde	140ª	07/10/201
Nerópolis	54ª	14/10/2021
Santo Antônio do Descoberto	24ª	21/10/2021
Goiânia	146ª	04/11/2021
Crixás	85ª	10/11/2021

Tabela 07: Calendário de inspeções

Em cada uma das dez unidades inspecionadas, uma comissão de servidores desta Corregedoria Regional, em ação com finalidade primordialmente educativa e preventiva, avaliou remotamente a regularidade dos serviços eleitorais prestados em geral, inclusive referentes à tramitação de processos judiciais e administrativos.

Não foi realizada qualquer correição de natureza extraordinária durante o ano de 2021.

Ainda no exercício da função correicional, destaca-se que foram autuados três novos procedimentos administrativos de natureza disciplinar no período de referência, sendo uma Sindicância (autuada em 22/04/2021, julgada em 16/07/2021 e baixada em 24/08/2021), uma investigação preliminar (autuada em 15/06/2021, julgada em 01/12/2021, atualmente pendente) e um Processo Administrativo Disciplinar – PAD (autuado em 29/03/2021, julgado em 04/08/2021 e baixado em 17/08/2021).

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

No Exercício de 2021 é importante destacar que não houve inquéritos ou processos administrativos disciplinares instaurados com a finalidade de apurar especificamente danos ao erário, fraudes ou corrupção.

Auditoria Interna

O Tribunal alçou a antiga Coordenadoria de Auditoria Interna ao status de Secretaria de Auditoria Interna, em conformidade com as Resoluções do CNJ nº 308/2020 e nº 309/2020, ambas do Conselho Nacional de Justiça. A Secretaria de Auditoria Interna teve sua transformação efetivada pela alteração do Regulamento Interno da Secretaria e da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, expressa na Resolução TRE-GO n. 349/2021, que trouxe em seus artigos 17 a 25 modificações significativas para unidade de Auditoria Interna.

Com nova nomenclatura e em conformidade com os padrões internacionais de auditoria interna, alinhada às Resoluções do CNJ, a atuação da Unidade está restrita à atuação em terceira linha no tocante às antigas "linhas de defesa", sendo-lhe vedada a participação em decisões gerenciais que possam caracterizar cogestão.

Índice de execução do Plano Anual de Auditoria 2021

O Plano Anual de Auditoria 2021 foi aprovado em novembro de 2020, SEI nº 20.0.000003299-0.

Começando o ano de 2021, foram concluídas auditorias planejadas e iniciadas em 2020, quais sejam:

- Auditoria Integrada do Tribunal Superior Eleitoral em Gestão de Infraestrutura de TIC;
- Auditoria e Contratação de Serviços Contínuos;
- Auditoria Especial de Avaliação de Gestão Orçamentária do Exercício de 2019.

A Auditoria Integrada do Tribunal Superior Eleitoral - Processo de Gestão da Execução Orçamentária - 2021 foi executada regularmente, mas por sua natureza, os exames se iniciam em um ano, com a entrega do relatório preliminar (novembro de 2021) e são concluídos no exercício financeiro subsequente. Será, assim, concluída em março de 2022.

Já a Auditoria de Transparência - Gestão da Informação/Comunicação, prevista para ser realizada pela Seção de Auditoria de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, foi transferi-

da para a Seção de Auditoria de Regularidade e está sendo concluída no ano de 2022 devido à readequação de equipes, modificação autorizada pela Alta Administração mediante justificativa apresentada, baseada na evasão de servidores daquela unidade originária.

No que diz respeito aos trabalhos planejados, executados e concluídos no ano de 2021, temos:

- Auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade
- Auditoria de Gestão de Riscos e Controles Internos da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Auditoria de Capacitação de Pessoas.



Figura 51: índice de execução de auditorias

Das auditorias programadas para 2021 que são mensuradas por indicador semestral, verificou-se que foram alcançadas 50% no primeiro semestre e mais 50% no segundo semestre. Portanto, todas as auditorias programadas foram iniciadas, totalizando 100% de cumprimento do Plano Anual de Auditoria planejado para o exercício.

Plano Anual de Capacitação para 2021

Aprovado em dezembro de 2020, o Plano Anual de Capacitação (Execução 2021) contemplava os cursos de Contratação de Serviços sob regime de execução indireta, com o objetivo de capacitar servidores sobre a forma adequada de realizar as contratações, envolvendo, além da Secretaria de Auditoria Interna, outras unidades.

De igual modo, foi realizado o Curso sobre os Controles Internos e Ambiente de Controle, objetivando a melhoria contínua na realização das auditorias.

Na sequência, foi ministrado o curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, que permitiu aos servidores ligados ao tema desenvolver melhor gerenciamento da gestão e fiscalização dos contratos, bem como capacitar a equipe de auditoria na matéria.

Finalmente, foi realizado o Curso de Gestão da Contratação de obras públicas, que permitiu capacitar a equipe de auditoria para realização de exames, bem como atualizar as áreas técnicas.

Todos os cursos contratados e executados tinham como escopo qualificar os auditores e demais servidores das mais diversas unidades desse Regional, bem como aprimorar o conhecimento das unidades que receberiam as auditorias, a exemplo da Secretaria de Administração e Orçamento, da Diretoria-Geral e da Presidência.

Monitoramento das Recomendações

O monitoramento das recomendações está regulamentado internamente pelo Artigo 6º e seu parágrafo único da [Porta-](#)

ria PRES nº 78/2018, onde a Unidade de Auditoria Interna disponibilizará relatório sintético com as recomendações pendentes e cumpridas onde constarão informações estatísticas sobre o atendimento das recomendações, indicando os respectivos percentuais e a data da leitura das informações, com os seguintes parâmetros implementada (atendida); em implementação (parcialmente atendida); não implementada (não atendida) e sem informação (sem manifestação da unidade).

O acompanhamento e verificação da implementação das melhorias propostas à Organização por intermédios das recomendações decorrentes das auditorias realizadas serve como mapa evolutivo para se aferir o índice de implementação das recomendações expedidas pelo órgão de auditoria e será transformado em percentual para verificação da Meta proposta pela administração.



Ao final do ano de 2021, das 72 (setenta e duas) recomendações expedidas compreendendo o período de 2011 até 2021, o status era de 52 (cinquenta e duas) recomendações em implementação e 20 (vinte) totalmente implementadas com baixa homologada pela presidência desse Regional.

Assim, conforme o indicador IA4.2 que representa o índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Auditoria, alcançou no ano de 2021 o desempenho de 72,2 % das recomendações expedidas em implementação.

Sistema de Gestão da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade do TRE-GO vem sendo reestruturado desde o início de 2020 para permitir que as expansões de escopo se integrem melhor ao núcleo do sistema. O acompanhamento das ações corretivas e de mudanças vem sendo aperfeiçoado. Estes dois programas de ação possibilitaram a redução das constatações de auditoria em 2020. Destaque-se que o parâmetro de trabalho utilizado pelo Sistema de Gestão da Qualidade é a NBR ISO 9001:2015.



Figura 52: Quadro auditorias - Qualidade

3.1

Gestão

Orçamentária

e Financeira



Perfil do gasto

A dotação orçamentária inicial autorizada para o TRE-GO na Lei Orçamentária Anual nº 14.144/2021 - LOA 2021 foi de **R\$ 213.901.830,00**, à qual se somaram créditos adicionais obtidos ao longo do exercício no valor líquido de **R\$ 3.850.959,00**, totalizando **R\$ 217.752.789,00**. Esse orçamento constante na LOA 2021 para o TRE-GO é denominado “Orçamento Ordinário”.

Foi ainda descentralizado pelo Tribunal Superior Eleitoral o valor de **R\$ 779.177,00** a este Regional, com a finalidade detalhada no tópico “Provisões Recebidas” deste relatório.

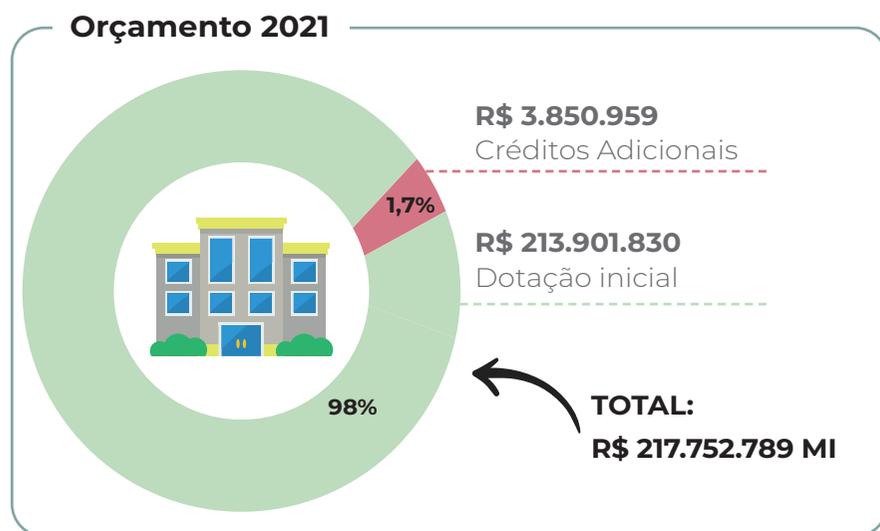


Figura 53: Orçamento 2021

Dotação por Identificador de Resultado Primário

Para permitir a visualização de uma forma mais clara, cabe demonstrar as despesas por identificador de resultado primário. Com isto, pretende-se destacar as despesas obrigatórias por lei, nas quais não há margem para decisão do Gestor, das despesas discricionárias, sobre as quais cabe ao Gestor decidir as prioridades da Administração. Destacam-se, ainda, as despesas financeiras.

Abaixo, uma rápida explanação sobre a finalidade de cada tipo de despesa referida:

Despesas obrigatórias - consistem em despesas com folha de pagamento ao pessoal ativo, inativo e pensionistas, bem como os benefícios, como auxílio-transporte, auxílio-creche, assistência médico-odontológica, auxílio-alimentação, auxílio natalidade e funeral.

Despesas financeiras – são as despesas com contribuição patronal da União sobre a folha de pagamento de servidores ativos.

Despesas discricionárias – são aquelas para as quais o Gestor tem a escolha do gasto de acordo com o seu planejamento e sua estratégia.

Em 2021, as despesas discricionárias corresponderam a 12% do total do orçamento, observando-se que as despesas de contratos contínuos já comprometem parte dessa fatia do orçamento. Esse percentual é menor que o do exercício anterior, fato justificado pela ocorrência do pleito eleitoral em 2020.

Evolução da execução orçamentária dos últimos exercícios:

Para fins de comparação da dotação e execução dos últimos exercícios considerou-se apenas o orçamento ordinário, visto que as despesas com pleitos eleitorais não ocorrem todos os anos e variam em função do tipo de eleições (gerais e municipais).

Ano	Dotação inicial (R\$ milhões)	Pago (R\$ milhões)	% Pago
2021	217.752.789	210.000.284	96,4%
2020	216.180.174	210.684.514	97,5%
2019	213.353.351	208.343.331	97,6%
2018	198.879.345	189.798.783	95,4%

Tabela 08: Evolução da execução orçamentária

Dotação classificada por identificador de resultado primário 2021

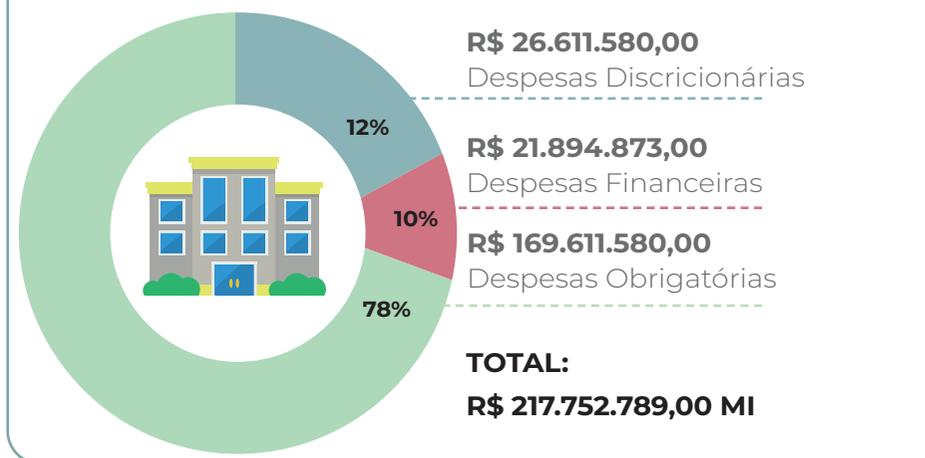


Figura 54: Dotação classificada por identificador de resultado primário 2021

Evolução dos gastos

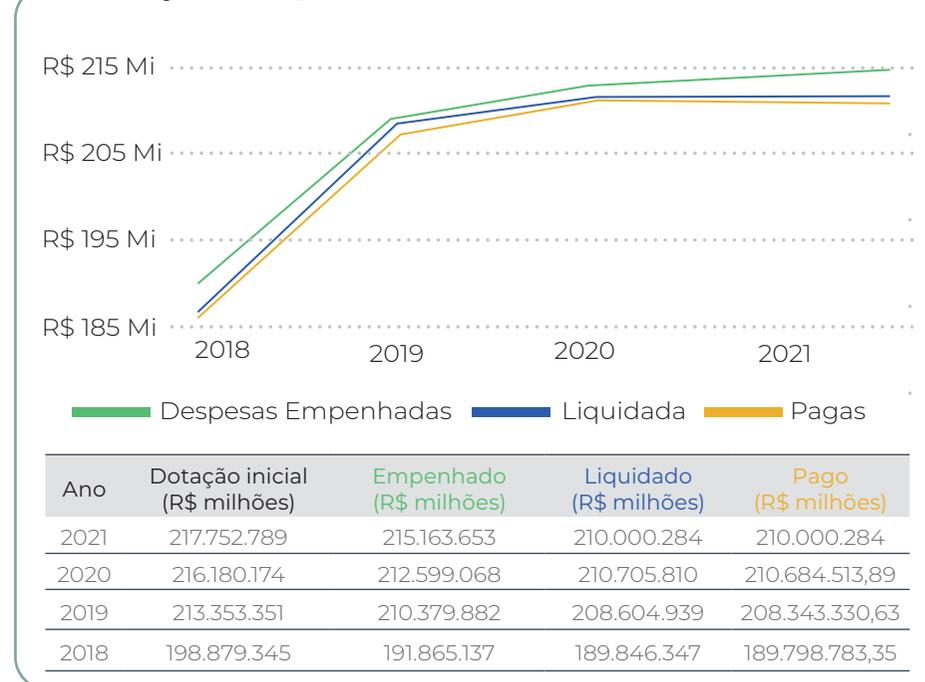


Figura 55: Evolução dos gastos

Evolução dos gastos por finalidade (maiores despesas)

Em 2021, o total dos gastos de custeio, que representa a manutenção ordinária do órgão, se manteve no mesmo patamar, enquanto que as despesas de investimento foram reduzidas em relação aos exercícios anteriores, o que está dentro da normalidade, pois os investimentos são demandas pontuais que não têm natureza contínua.

Para atender à finalidade de comparação das despesas ao longo dos últimos três exercícios, foram considerados os valores empenhados, visto que a ocorrência de valores inscritos em Restos a Pagar de Investimentos em 2021 poderia gerar uma distorção na visualização da comparação se calculados sobre valores pagos.

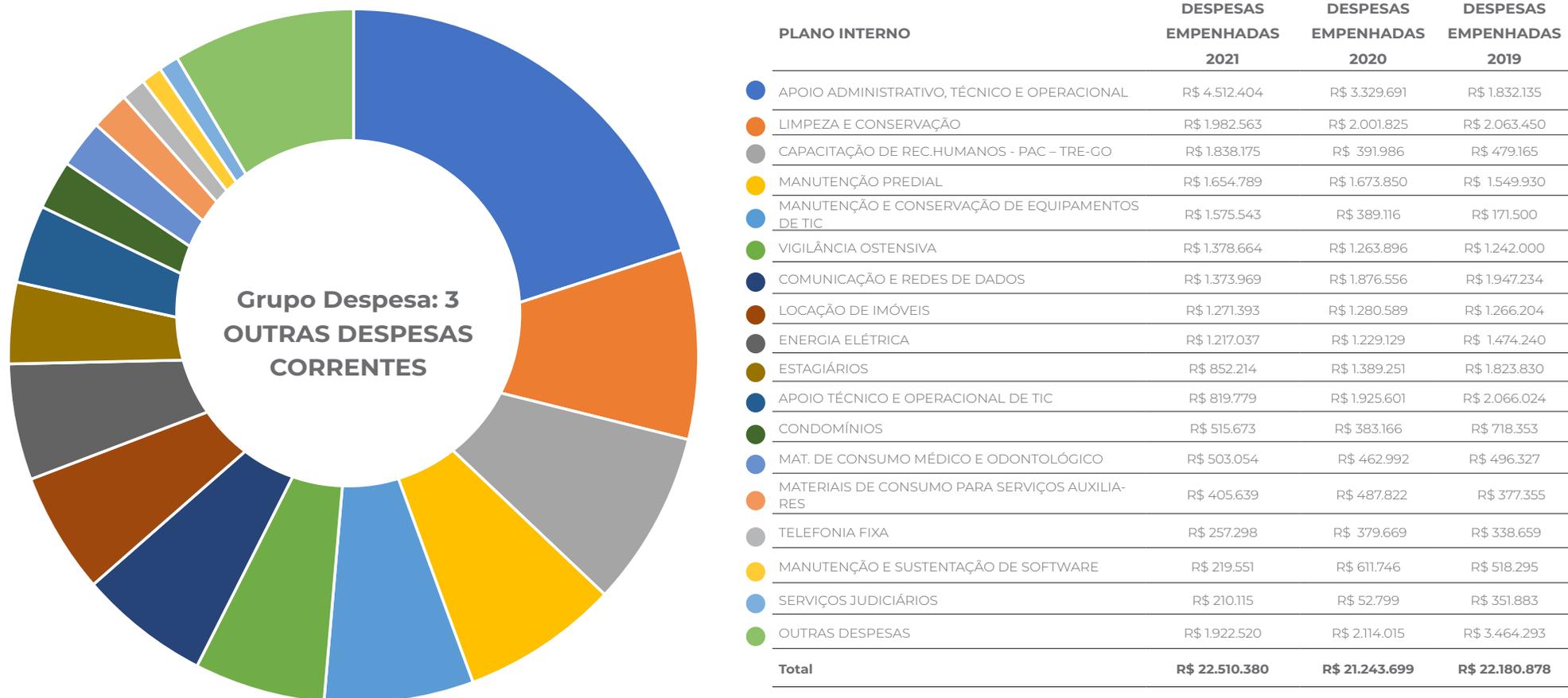


Figura 56: Grupo Despesa: 3 - Outras despesas correntes



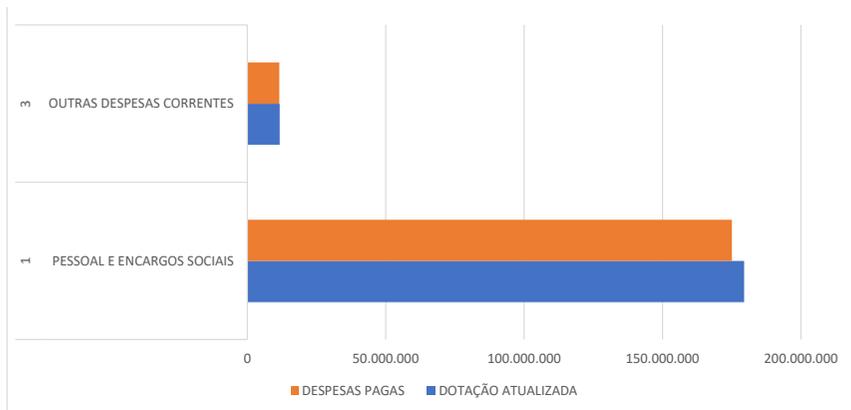
PLANO INTERNO	DESPESAS EMPENHADAS 2021	DESPESAS EMPENHADAS 2020	DESPESAS EMPENHADAS 2019
● AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	R\$ 1.381.486	R\$ 146.436	R\$ 1.473.547
● OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	R\$ 909.204	R\$ 433.388	R\$ 788.325
● MÓVEIS	R\$ 155.200	R\$ 5.000	R\$ 49.185
● EQUIPAMENTOS DE TEC. DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R\$ 33.075	R\$ 3.226.832	R\$ 2.445.519
● VEÍCULOS	R\$ 1.162.006		R\$ 595.204
● OUTRAS DESPESAS	R\$ 4.048	R\$ 1.709.385	-
TOTAL	R\$ 3.645.018	R\$ 5.521.040	R\$ 5.351.779

Figura 57: Grupo Despesa: 4 - Investimentos

Detalhamento da despesa por grupo e elemento

Para melhor entendimento deste relatório, as despesas foram separadas, primeiramente, entre obrigatórias, financeiras e discionárias, cujas definições foram comentadas anteriormente, e depois por grupo e elemento de despesa.

Despesas Obrigatórias e Financeiras



Grupo da despesa	Dotação atualizada	Pago R\$	% Pago
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 179.468.235	R\$ 175.070.121	97,5%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 11.672.974	R\$ 11.552.179	99,0%
TOTAL:	R\$ 191.141.209	R\$ 186.622.300	97,6%

Figura 58: Despesas obrigatórias e financeiras



Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais	
Elemento de despesa	Valor pago em 2021
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 127.494.160 (72,8%)
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 21.675.130 (12,4%)
01 - APOSENTADORIAS RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 18.558.215 (10,6%)
03 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 4.726.373 (2,7%)
OUTRAS DESPESAS	R\$ 2.616.243 (1,5%)
TOTAL:	R\$ 175.070.121 (100%)

Figura 59: Despesas obrigatórias - Grupo 1: Pessoal e encargos sociais

Grupo 3 - Outras despesas correntes	
Elemento de despesa	Valor pago em 2021
46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R\$ 5.858.881 (50,7%)
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (PLANO DE SAÚDE)	R\$ 4.462.265 (38,6%)
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	R\$ 1.212.688 (10,5%)
49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	R\$ 18.345 (0,2%)
TOTAL:	R\$ 11.552.179 (100%)

Figura 60: Despesas obrigatórias - Grupo 3: Outras despesas correntes

Despesas Discricionárias

Esta categoria tem por finalidade a manutenção de serviços administrativos, de informática e de infraestrutura física. A seguir, são apresentadas as despesas por Grupo, Elemento de Despesa e maiores gastos por finalidade:

Valores autorizados em relação aos pagos

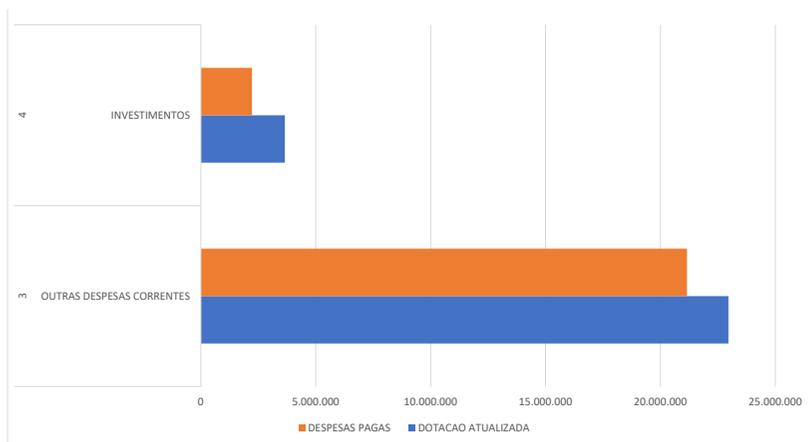


Figura 61: Valores autorizados em relação aos pagos

Grupo da despesa	Dotação atualizada	Pago R\$	% Pago
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.954.347	21.153.811	92,2%
4 - INVESTIMENTOS	3.657.233	2.224.172	60,8%
TOTAL:	26.611.580	23.377.984	87,8%

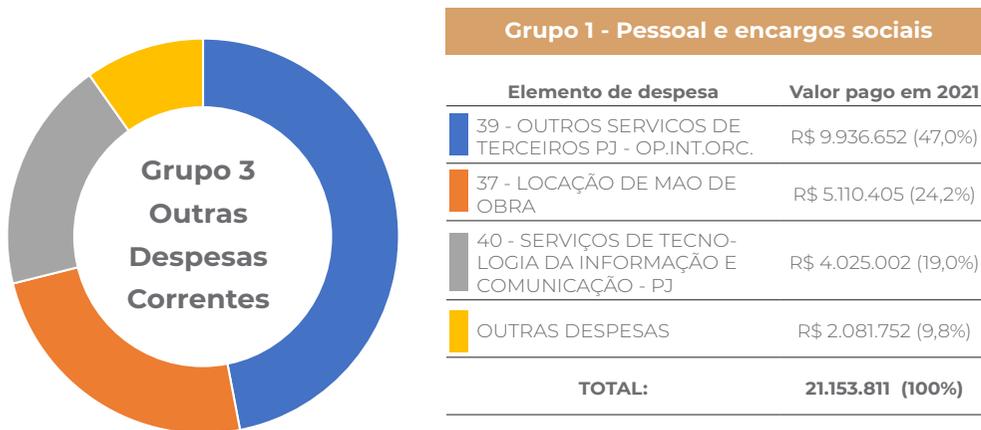


Figura 62: Valores autorizados em relação aos pagos - Grupo 3: Outras despesas correntes



Figura 63: Valores autorizados em relação aos pagos - Grupo 4: Investimentos

Despesas Discricionárias por finalidade do gasto (plano interno)



	PLANO INTERNO	Pago R\$
21,3%	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	4.510.536
9,2%	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.948.405
8,7%	CAPACITAÇÃO DE REC.HUMANOS - PAC - TRE-GO	1.838.175
7,4%	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	1.575.543
6,5%	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.378.664
6,5%	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	1.372.721
6,0%	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.268.662
5,8%	ENERGIA ELÉTRICA	1.217.037
5,7%	MANUTENÇÃO PREDIAL	1.196.186
4,0%	ESTAGIÁRIOS	852.214
3,7%	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	786.747
2,4%	CONDOMÍNIOS	515.673
12,7%	OUTRAS DESPESAS	2.693.252



	PLANO INTERNO	Pago R\$
62,1%	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	1.381.486
36,2%	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	805.563
1,5%	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	33.075
0,2%	EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	4.048
TOTAL:		20.175.701

Figura 64: Classificação das despesas discricionárias por Grupo e Plano Interno

Execução orçamentária dos principais Programas/Projetos/Ações:

O TRE-GO tem sua dotação classificada no programa de governo 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, sendo as seguintes as ações em 2021:

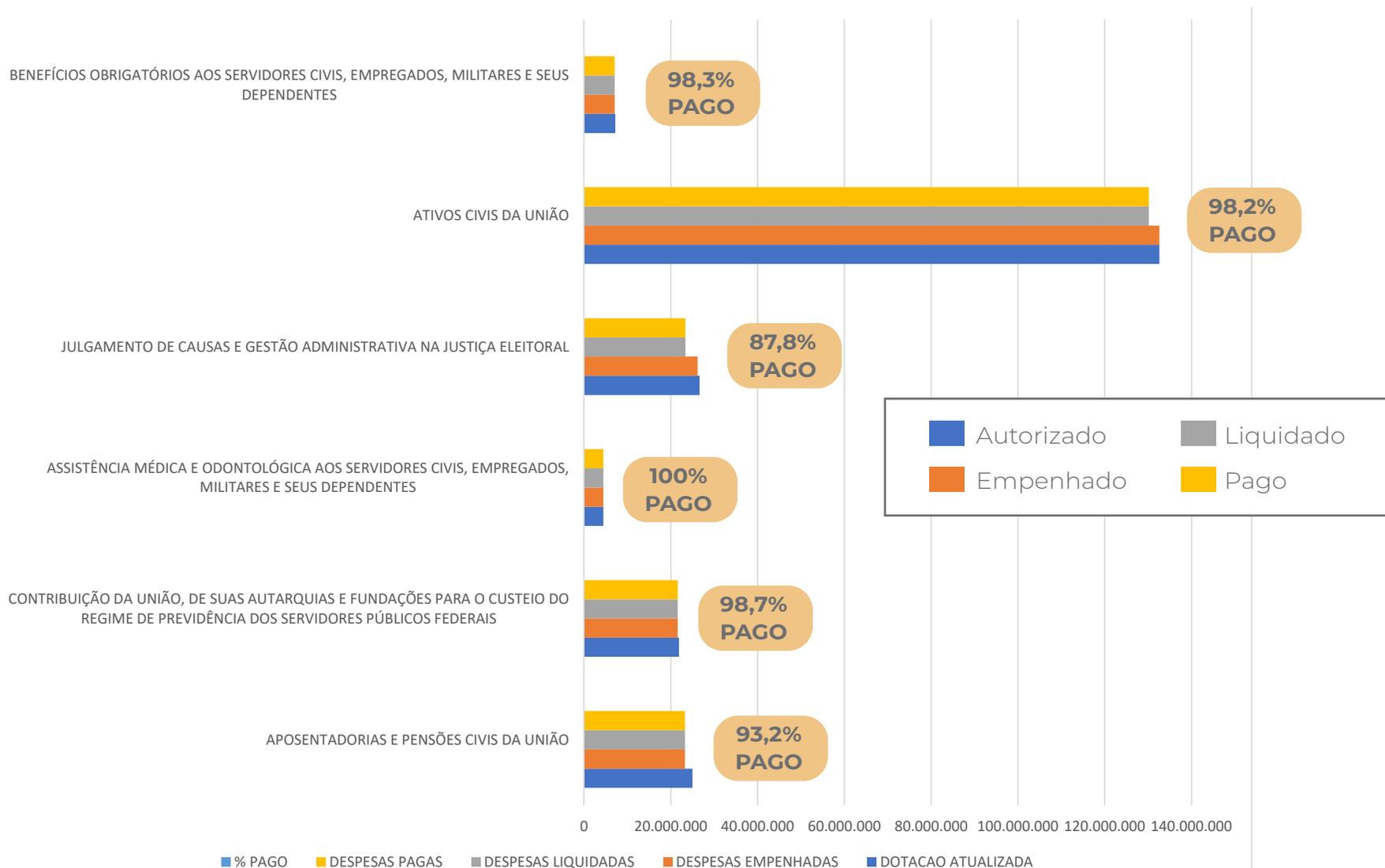


Figura 65: Execução orçamentária dos principais Programas/Projetos/Ações

Execução de Restos a Pagar não Processados em 2021:

Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro do ano anterior.

Nesta análise, foram considerados os Restos a Pagar não Processados relativamente às despesas discricionárias dos grupos 3 - custeio e 4 - investimento, da Unidade Orçamentária 14109 (TRE-GO), por se tratar das despesas sobre as quais a Administração possui maior poder de decisão. O total inscrito nestes grupos foi de R\$ 1.915.692,13, do qual foram pagos 71,91% e cancelados 20,56%, restando a pagar 7,53%.

A análise com todos os grupos de despesas, incluindo o orçamento ordinário e o das Eleições 2020, consta no tópico “Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis”. Cabe observar que algumas despesas foram inscritas por seus valores estimados e, após a verificação efetiva da despesa em sua fase de liquidação, os respectivos empenhos tiveram seus saldos cancelados.

As principais despesas inscritas em 2020 para pagamento em 2021 foram as seguintes:

PLANO INTERNO	RP Inscrito Líquido	RP Pago
MANUT E CONSERV DE MAQ, EQUIP, E BENS MÓVEIS	R\$ 329.479	R\$ 173.697
APOIO ADMINISTRATIVO TÉCNICO E OPERACIONAL	R\$ 326.696	R\$ 326.696
MODERNIZAÇÃO ELEVADORES ANEXO I ED.SEDE-TRE-GO	R\$ 268.650	R\$ 268.650
REFORMA DOS SANITÁRIOS DO ED ANEXO I - TRE-GO	R\$ 250.168	R\$ 250.168
MATERIAIS DE CONSUMO PARA SERVIÇOS AUXILIARES	R\$ 112.088	R\$ 44.844
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	R\$ 107.952	R\$ 105.703
SUBSTITUIÇÃO SIST CLIMAT ED ANEXO I - TRE-GO	R\$ 107.247	R\$ 107.247
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 105.410	R\$ 13.084
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 101.740	R\$ 20.875
OUTRAS DESPESAS	R\$ 206.261	R\$ 66.618
TOTAL:	R\$ 1.915.692	R\$ 1.377.582

Tabela 09: Execução de Restos a Pagar em 2021

Provisões Recebidas:

As provisões recebidas em 2021 foram descentralizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral com as finalidades e valores da execução abaixo:

Ação	Provisão Recebida	Empenhado	Pago
0625 - SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR	R\$ 32.560	R\$ 32.560	R\$ 32.560
4269 - PLEITOS ELEITORAIS	R\$ 746.616	R\$ 688.814	R\$ 688.814
Soma:	R\$ 16.777.933	R\$ 14.397.874	R\$ 12.096.142

Tabela 10: Provisões recebidas 2021

GRUPO DA DESPESA	Plano Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhado	Pago
1-PESSOAL	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS (despesas complementares do Pleito Eleitoral 2020, principalmente da atividade de análises de prestação de contas eleitorais)	R\$ 505.020	R\$ 453.614	R\$ 453.614
3-OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO (Manutenção periódica de Urnas Eletrônicas)	R\$ 235.200	R\$ 235.200	R\$ 235.200
3-OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	R\$ 6.396		
3-OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (pagamento de honorários de sucumbência)	R\$ 32.560	R\$ 32.560	R\$ 32.560
Soma R\$		R\$ 779.177	R\$ 721.374	R\$ 721.374

Tabela 11: Provisões recebidas 2021 - grupo de despesa

Desempenho atual em comparação com o esperado:

Considera-se que foi muito bom o desempenho do Regional na gestão orçamentária, mesmo diante do cenário complexo do trabalho em tempos de pandemia.

Não houve grande variação no desempenho da execução orçamentária em relação aos últimos 4 exercícios financeiros. A meta estabelecida de perdas orçamentárias, de 5%, foi atendida e superada, com índice de perda de 1,55%.

Houve melhoria na execução orçamentária, tendo os valores empenhados alcançado o percentual de 98,8% enquanto o percentual de pagamento atingiu 96,4%, mantendo-se assim o patamar histórico do Regional, como se vê na tabela abaixo:

Ano	Dotação inicial (R\$ milhões)	DESPESAS EMPENHADAS	% EMPENHADO	Pago (R\$ milhões)	% Pago
2021	217.752.789	215.163.654	98,8%	210.000.284	96,4%
2020	216.180.174	212.599.069	98,3%	210.684.514	97,5%
2019	213.353.351	210.379.882	98,6%	208.343.331	97,6%
2018	198.879.345	191.865.138	96,5%	189.798.783	95,4%

Tabela 12: Desempenho atual x esperado

Limite de Pagamentos

Quanto aos limites de pagamento anual, estabelecidos pela [Emenda Constitucional nº 95/2016](#) como forma de limitar o gasto público, o Tribunal Superior Eleitoral atualiza periodicamente os valores no âmbito da Justiça Eleitoral para garantir a melhor execução financeira no órgão.

O limite final em 2021, definido na [Portaria nº 823, de 13 de dezembro de 2021](#), de R\$ 196.797.527,00, foi considerado satisfatório, analisando-se os valores autorizados e pagos:

Resultado Lei (cod/desc)	Limite Financeiro	Pago	% Pago financeiro
1 - DESP. PRIM. OBRIGATÓRIA	169.571.343	165.022.800	97,3%
2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	27.226.184	23.377.984	85,9%
Soma:	196.797.527	188.400.784	95,7%

Tabela 13: Limite de pagamentos

Ações de melhoria da gestão do gasto público

A gestão do gasto público no âmbito deste Tribunal passa por um processo de amadurecimento nos últimos anos. Para tanto, verifica-se que a disponibilização das informações, cada vez mais exatas e em tempo real, com o uso de ferramentas de tecnologia (Business Intelligence), tem permitido aos gestores agilidade na tomada de decisões e priorização das demandas.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Implementação com sucesso da rotina para administração dos depósitos em conta vinculada que garantem o cumprimento de direitos trabalhistas nos contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- Redução significativa do índice de perdas orçamentárias, que teve o menor percentual dos últimos quatro exercícios, ficando em 1,55%. Essa melhoria representa o trabalho integrado dos gestores de re-

curso no órgão, que se empenharam no aperfeiçoamento da gestão dos processos de licitação, aquisição/contratação em todas as suas fases.

- Redução das despesas com energia elétrica, comunicação e redes de dados, locação de imóveis, entre outras. Com isso, foi possível remanejar recursos para promover a manutenção predial de sedes de cartórios para as quais não havia recursos suficientes, bem como para a troca de parte da frota de veículos do Tribunal, desfazendo-se de veículos antigos, onerosos e antieconômicos.
- Transferência das zonas eleitorais e da central de atendimento ao eleitor da Capital, de imóvel locado, e de parte da Secretaria do Tribunal para instalações compartilhadas, cedidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – TRT, o que eliminará a despesa de locação e proporcionará melhores condições de atendimento ao eleitor. No presente caso, vale registrar que os reflexos financeiros dessa transferência só ocorrerão neste exercício de 2022.

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

A meta de pagamento do orçamento de investimentos não foi alcançada, especialmente pela aquisição de veículos, cujo fornecedor não conseguiu entregar os bens durante o exercício 2021 em decorrência do cenário momentâneo, com escassez do produto para entrega imediata. Assim, os empenhos foram inscritos em Restos a Pagar. Também não tiveram execução satisfatória as obras de reforma dos prédios dos cartórios eleitorais de Valparaíso e Luziânia, em decorrência do atraso na execução dos serviços, especialmente em razão da dificuldade das contratadas em conseguir mão de obra qualificada na região, do início dos trabalhos em período chuvoso e da aprovação tardia do orçamento 2021.

Os principais desafios enfrentados durante o ano, como ocorreu em 2020, dizem respeito à Pandemia de covid-19, que ensejou atraso de entrega de produtos e serviços, dificuldades diversas para pesquisas de preços e execução de ações programadas.

Análise e perspectivas para 2022-2023

Com base no nível de amadurecimento e consolidação de conhecimentos sobre a gestão orçamentária alcançados nos últimos exercícios, são otimistas as expectativas para os exercícios de 2022 e 2023.

A experiência adquirida é fundamental para superar os desafios da economia, com previsão de cenário de inflação para os próximos períodos e de restrições orçamentárias. Em tal cenário desafiador, verifica-se oportunidade de melhoria constante na alocação dos recursos públicos.

As principais ações futuras da gestão, especialmente no alcance do objetivo estratégico de “Aperfeiçoar a gestão orçamentária”, são:

- Melhoria da performance do indicador estratégico “Inscrições em Restos a Pagar não processados” com enfoque no acompanhamento da execução orçamentária, visto que a consequência direta da boa execução orçamentária é a redução das inscrições de empenhos em Restos a Pagar.
- Antecipação dos processos de repactuação de valores de contratos administrativos, visto que a demora na tramitação desses processos tem gerado necessidade de reconhecimentos de despesas no exercício seguinte.

3.2

Gestão de Pessoas



Conformidade legal

Legislação Aplicada

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) atende e observa normativos aplicáveis à área oriundos de diversas fontes do Direito:

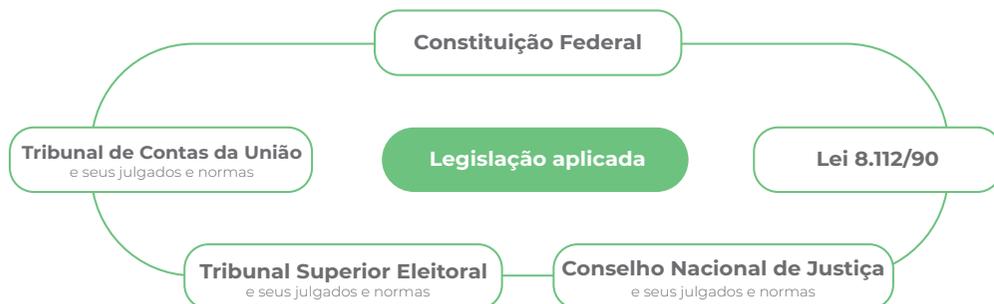


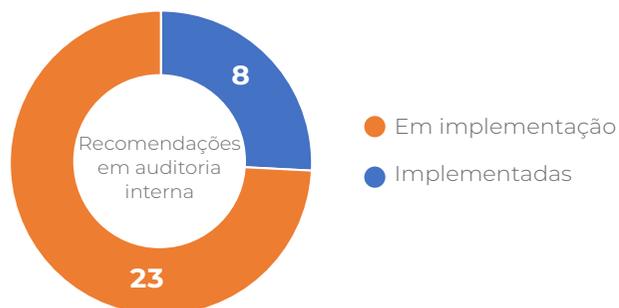
Figura 66: Legislação aplicada Gestão de Pessoas

Confiabilidade e acesso às informações prestadas

As informações prestadas são íntegras e podem ser verificadas mediante acesso aos sistemas administrativos estruturantes do TRE-GO, do TSE ou da Administração Pública Federal. Também estão disponíveis na [página da Transparência do Tribunal](#).

Apontamentos da unidade de auditoria interna

A Secretaria de Auditoria Interna em 2021 monitorou e avaliou o cumprimento das recomendações de auditoria mediante o procedimento administrativo PAD nº 11169/2020.



Das recomendações de auditoria implementadas no exercício 2021, destacam-se melhorias no processo de cálculos de benefícios especiais, por meio de mapeamento de processos e gestão de riscos; aperfeiçoamentos no processo de capacitação de servidores, como desenvolvimento de ações de capacitação para todos os gestores do Tribunal e melhoria da avaliação dos resultados dessas ações.

A Secretaria continuará concentrando esforços no monitoramento das atividades que visem ao cumprimento das recomendações, ampliando o grau de conformidade aos requisitos regulamentares e de partes interessadas.

Governança e Estratégia

Comitês

Em 2021, o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, formado por servidores e magistrados, eleitos e indicados, atuou na apreciação de matérias relevantes para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas no Tribunal. Foram objeto de apreciação e discussões, dentre outros, ações de capacitação de gestores, alocação de pessoas e Política de Reconhecimento, tendo essa última resultado na aprovação da [Resolução TRE-GO nº 359/2021](#).

Plano de Gestão

O Plano de Gestão 2020-2022 prevê significativa melhoria nos processos operacionais na área de gestão de pessoas, com a automação de diversos procedimentos de maior impacto operacional, com considerável redução de tempo despendido pelos servidores e pela Administração na apreciação de requerimentos de direitos e outros procedimentos. Ao final de 2021,

cerca de 75% das ações previstas para o biênio (maio de 2020 a abril/2022) estavam concluídas, com substanciais ganhos de produtividade para o órgão.

Estratégia

O Tribunal superou, no exercício, a marca de 80% de atingimento do indicador estratégico de maturidade em gestão de pessoas, avanço de 6,26 pontos percentuais em relação à mensuração de 2020. O índice é baseado no iGov-Pessoas e foi desenvolvido para o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas 2016/2021, tendo apresentado evolução de 34,68% em 2016 para 80,59% ao final do exercício 2021, demonstrando significativo avanço na governança de gestão de pessoas no período. Em 2022, o referido índice será reformulado visando incorporar inovações trazidas pelo Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (iGG-TCU).



Figura 67: Índice de maturidade em gestão de pessoas

Avaliação da força de trabalho

As medidas restritivas trazidas pela **Emenda Constitucional nº 95/2016**, que fixou teto de gastos a ser observado pelos órgãos da União, estabeleceu limites para a expansão de pessoal mediante novos provimentos.

Tais medidas limitam o ingresso de novos servidores, seja para ampliação do quadro, seja para reposição dos servidores que deixam o órgão. A análise do quadro abaixo, permite verificar que tem se confirmado a tendência de perda de força de trabalho:

ADMISSÕES - 2021

Não houveram admissões

DESLIGAMENTOS - 2021

Cargo	Área	Quantitativo
Analista Judiciário	Judiciária	3
Técnico Judiciário	Apoio especializado programação de sistemas	1
Técnico Judiciário	Administrativa	3
TOTAL		7

Tabela 14: Desligamentos - 2021

REDISTRIBUIÇÕES - 2021

Cargo	Área	Quantitativo
Analista Judiciário	Apoio especializado - Análise de sistemas	1
Analista Judiciário	Judiciária	4
Técnico Judiciário	Administrativa	7
TOTAL		12

Tabela 15: Redistribuições - 2021

Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT

O cenário restritivo no tocante à reposição da força de trabalho exige da Administração a busca de alternativas para melhor aproveitamento dessa força, o que envolve revisão e automação de processos, além do melhor dimensionamento do quantitativo de pessoas nas zonas eleitorais e nas unidades da Secretaria.

Nesse sentido, o TRE-GO está realizando a revisão da metodologia do DFT das zonas eleitorais e em processo de aplicação da mesma metodologia para as unidades da Secretaria do Tribunal, a partir de projeto coordenado pelo Tribunal Superior Eleitoral e equipe da Fundação Universidade de Brasília.

Em 2021, houve avanços na revisão dos quantitativos necessários de servidores das zonas eleitorais, com expectativa de conclusão no 1º trimestre/2022. Espera-se, ao final do projeto, a obtenção de parâmetros objetivos do quantitativo de pessoas necessário para a execução dos trabalhos nas diversas unidades do Tribunal, o que propiciará melhor aproveitamento da força de trabalho e, em consequência, economia de recursos.

A situação da força de trabalho ao final do exercício em exame é a seguir demonstrada.

Tipologias dos Cargos Situação funcional	Lotação
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	769
1.1. Membros de poder e agentes políticos	7
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	762
1.2.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão*	468
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0

1.2.3. Servidores de carreira removidos e em exercício provisório	55
1.2.4. Servidores requisitados	239
2. Servidores com Contratos Temporários	0
Total de Servidores (1+2+3)	769

Tabela 16: Situação força de trabalho - 2021

* - Não contempla servidores do quadro próprio em exercício em outros órgãos da Administração Pública

Carreira

O ingresso na carreira dá-se mediante concurso público, em que o servidor é posicionado na classe e padrão A1, podendo progredir um nível a cada ano até alcançar a classe e padrão C13. Atualmente, cerca de 80% dos servidores se encontram no último nível da carreira.

Quantidade de servidores por Classe/Padrão Dezembro de 2020					
CARREIRA / CLASSE ESCOLARIDADE / PADRÃO			Ativos		
			Total	Remuneração (VB+GAJ)	
ANALISTA	C	SUPERIOR	13	172	18.701,52
			12	6	18.156,82
			11	6	17.627,98
	B	SUPERIOR	10	3	17.114,54
			9	-	16.616,06
			8	3	15.720,02
			7	7	15.262,15
			6	6	14.817,62
			5	8	14.386,03
			4	1	13.967,04
			3	1	13.213,82
			2	-	12.828,96
			1	-	12.455,30
TOTAL ANALISTA			213		

TÉCNICO	C	MÉDIO	13	233	11.398,39
			12	7	11.066,40
			11	7	10.744,08
	B		10	5	10.431,14
			9	6	10.127,30
			8	6	9.581,18
			7	14	9.302,11
			6	11	9.031,20
			5	7	8.768,16
	A		4	2	8.512,75
			3	1	8.053,70
			2	-	7.819,13
			1	-	7.591,37
TOTAL TÉCNICO			299		
TOTAL GERAL			512		

Tabela 17: Quantidade de servidores por Classe/Padrão Dez/2021

Ao vencimento básico e gratificação de atividade judiciária devem ser acrescentadas as vantagens pecuniárias e benefícios previstos em lei como, por exemplo, a Lei 11.416/2006 e posteriores alterações.

A força de trabalho dos servidores do quadro próprio do Tribunal é composta pelos seguintes cargos/especialidades, contando com 512 pessoas em 2021, a saber:

Área de trabalho

Servidores por cargo e área - Dezembro 2021						
	ÁREA	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	
ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	-	18	-	18	
		CONTABILIDADE	3	-	3	
	APOIO ESPECIALIZADO	ANÁLISE DE SISTEMAS	9	-	9	
		ARQUITETURA	1	-	1	
		BIBLIOTECONOMIA	1	-	1	
		ENGENHARIA	2	-	2	
		ENGENHARIA ELÉTRICA	2	-	2	
		MEDICINA	3	-	3	
		ODONTOLOGIA	1	-	1	
		PSICOLOGIA	1	-	1	
		JUDICIÁRIA	-	172	3	179
	NÍVEL SUPERIOR			213	3	220

Servidores por cargo e área - Dezembro 2021					
	ÁREA	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	-	258	7	265
	ADMINISTRATIVA	ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES	6	-	6
		SEGURANÇA	6	-	6
		SEGURANÇA JUDICIÁRIA	1	-	1
		TELEFONIA	1	-	1
	APOIO ESPECIALIZADO	DIGITAÇÃO	8	-	8
		ENFERMAGEM	1	-	1
		OPERAÇÃO DE COMPUTADORES	7	-	7
		PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS	11	1	12
	NÍVEL MÉDIO			299	8
TOTAL GERAL			512	15	527

Tabela 18: Área de trabalho - 2021

Perfil da força de trabalho

Total de força de trabalho por gênero



Total de pessoas com deficiência



Etnia/raça



Servidor de carreira - faixa etária



Unidade de exercício - servidores de carreira



Figura 68: Perfil da força de trabalho

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Além do recrutamento de pessoas por meio de concurso público, o Tribunal também provê oportunidade de aprendizado a cerca de uma centena de jovens em Goiás, preparando-os para o mercado de trabalho por meio de estágio remunerado.



Figura 69: Estágio remunerado

Durante o processo eleitoral o Tribunal conta com o apoio de Mesários Voluntários, conforme programa desenvolvido pela SGP. Atualmente, há um superávit de mais de 40 mil mesários no estado de Goiás, disponibilidade essa que se mostrou muito valiosa ante aos desafios enfrentados para a realização das Eleições 2020.

Mesários Voluntários



Figura 70: Mesário Voluntários

Para o adequado cumprimento dos atos processuais de citação, intimação e notificação, bem como para realização de diligências, a Justiça Eleitoral de Goiás serviu-se de Oficiais de Justiça estaduais ad hoc.



Figura 71: Valor aplicado e n. de diligências

Detalhamento da despesa de pessoal

As despesas com pessoal ativo em 2021 cresceram 1,9%. Essa evolução decorreu, principalmente, das progressões funcionais dos servidores que ainda se encontram em desenvolvimento na carreira (remuneração e encargos) e, também, da maior concentração de usufruto de férias em 2021 (ano não eleitoral), o que amplia os gastos com pagamento do 1/3 (um terço) constitucional. Quanto a inativos e pensionistas, nota-se redução no exercício, majoritariamente devida ao corte de teto constitucional, determinado pelo Tribunal de Contas da União, para determinados grupos de servidores e pensionistas.

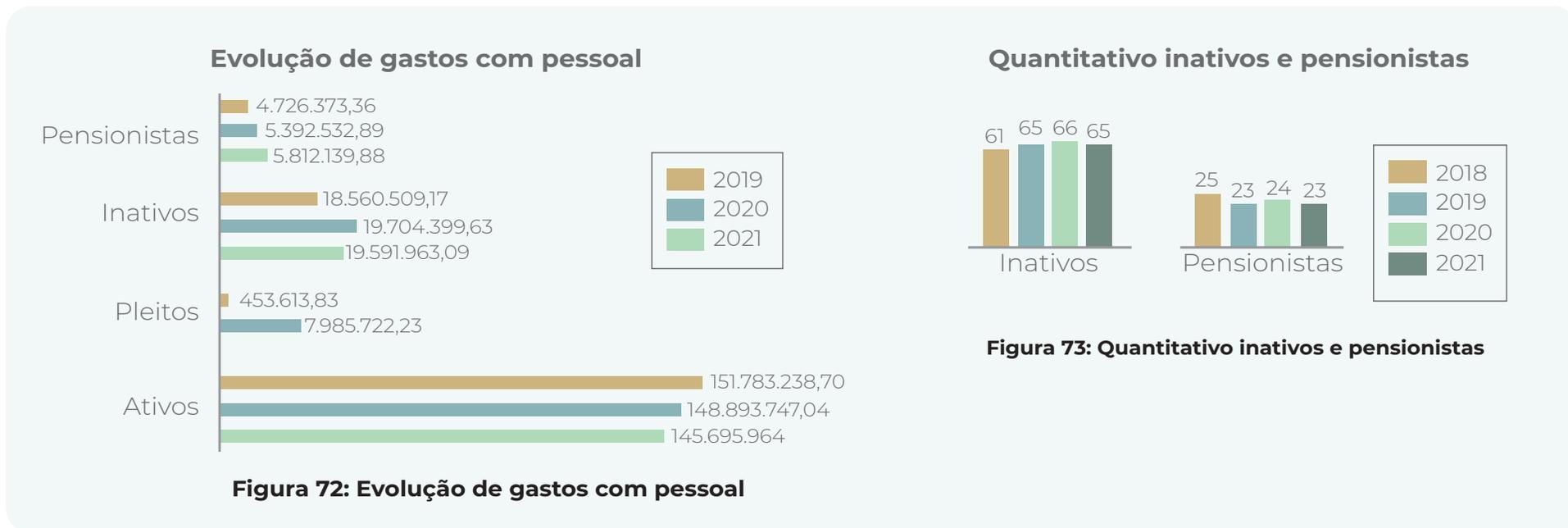


Figura 73: Quantitativo inativos e pensionistas

Figura 72: Evolução de gastos com pessoal

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A avaliação de desempenho, aplicável aos servidores que ainda se movimentam na carreira, é regida pela [Resolução TSE nº 22.582/2007](#). A metodologia prevê o uso de questionário, anualmente, no qual servidor e chefe avaliam a performance em diversos quesitos.

Após estudos conduzidos pelo Tribunal, encontra-se em apreciação, pela Administração, proposta de reformulação do modelo de avaliação de desempenho, de modo que essa seja aplicada aos servidores durante toda a sua vida funcional, independentemente de esses se encontrarem na última classe e padrão da carreira, além de avaliação específica para os gestores. Com isso, busca-se estimular o desenvolvimento dos servidores ao longo de toda a sua trajetória na carreira. Apresenta-se ainda, em fase final de conclusão, a adoção de sistema informatizado para a avaliação de desempenho, que tornará o processo significativamente mais ágil e menos oneroso.

Estágio probatório

O estágio probatório dos servidores, assim como a avaliação de desempenho, é regido pela [Resolução TSE nº 22.582/2007](#)

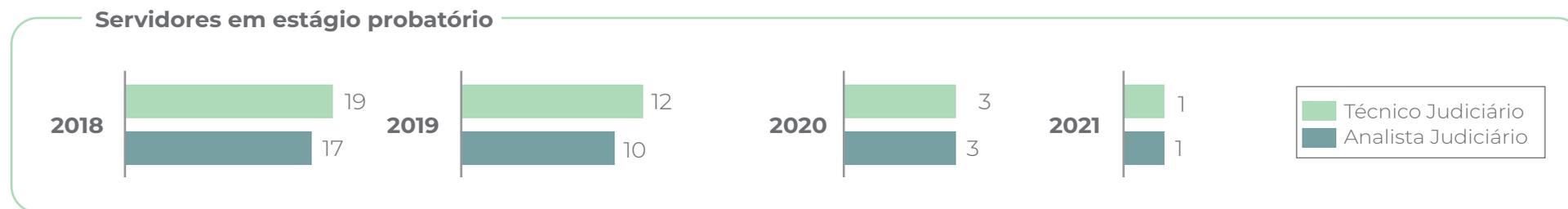


Figura 74: Servidores em estágio probatório

O gráfico acima demonstra um decréscimo significativo na quantidade de servidores não estáveis nos últimos anos, contando com apenas 2 em 2021, em virtude da movimentação na carreira, da não realização de concurso público e das restrições aos novos provimentos.

Progressão e promoção funcional

A movimentação na carreira, entre classes e padrões, ocorre se o servidor for aprovado em avaliação de desempenho, de acordo com critérios previstos no citado normativo.

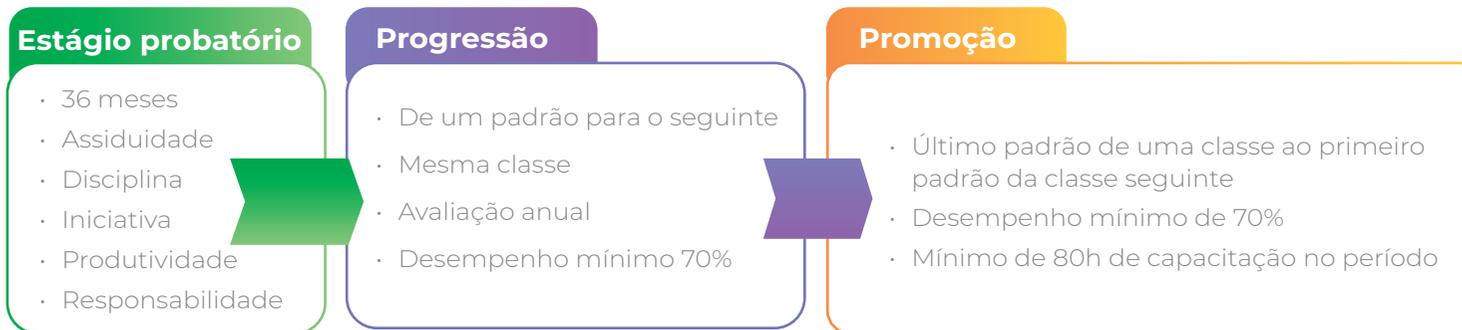


Figura 75: Progressão e promoção funcional

Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos.

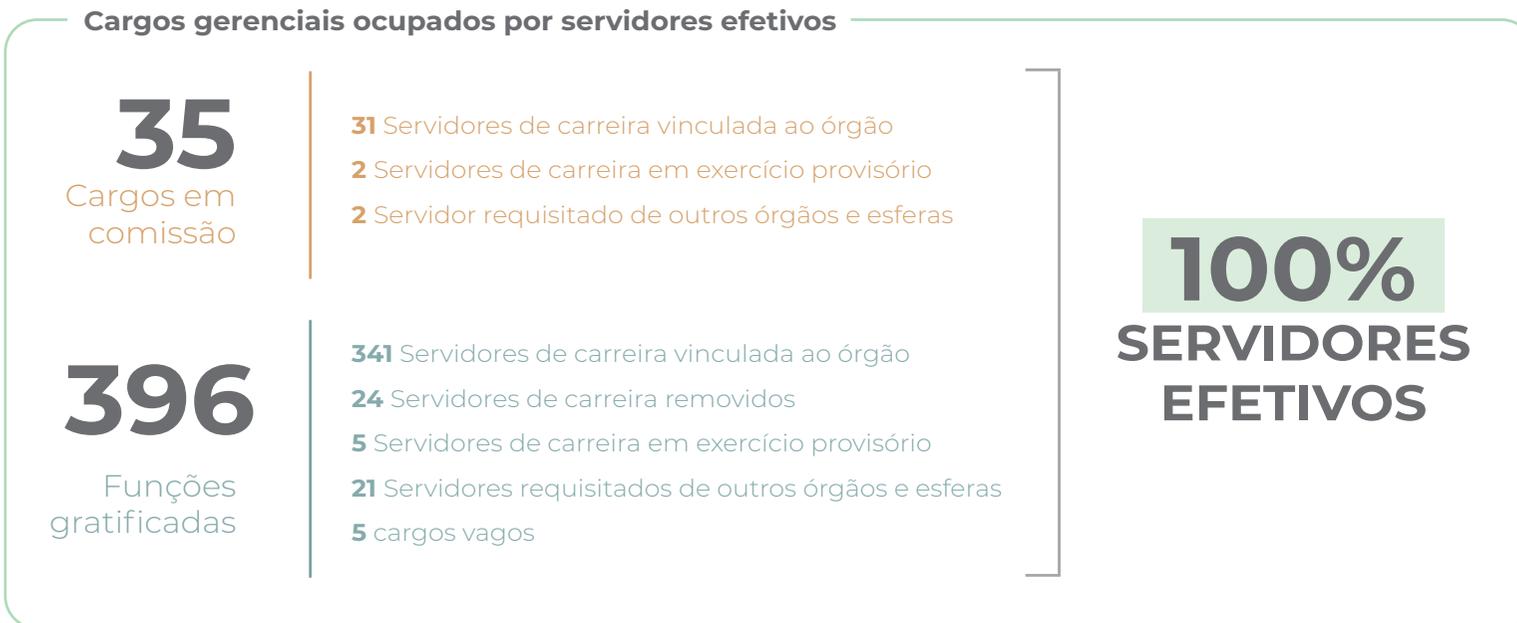


Figura 76: Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Capacitação: estratégia e números

O Tribunal reconhece a relevância do desenvolvimento do capital humano da Justiça Eleitoral como fator primordial para a adequada prestação de serviços ao público e para o alcance das metas institucionais.

A Justiça Eleitoral em Goiás investe ano após ano na formação e aperfeiçoamento de suas equipes, tendo quase quintuplicado os investimentos em 2021, com forte ênfase no desenvolvimento de gestores. Busca-se, com isso, um novo patamar de investimentos em capacitação visando ampliar as competências e a produtividade dos servidores, otimizando os gastos com pessoal, fator responsável por mais de 80% do orçamento anual do Tribunal.

O aprendizado formal ocorre de forma indireta, mediante o custeio parcial em cursos de graduação e pós-graduação, restritos às áreas de interesse da Justiça Eleitoral, conforme estabelecido na [Resolução TSE n. 23.380/2012](#).

Auxílio-Bolsa - Pós-Graduação



Direito: **4**

User Experience: **1**

Gestão em projetos e processos: **1**

Gestão Estratégica de Pessoal no Setor Público: **1**

Desenvolvimento Humano e Psicologia Positiva: **1**

Governança e Gestão em Contratações e Aquisições Públicas: **1**

Auxílio-Bolsa - Graduação



Direito: **14**

Psicologia: **1**

Gestão Pública: **2**

Figura 77: Auxílio-Bolsa - Graduação e Pós-graduação

As ações de formação e aperfeiçoamento não formais ocorrem de diversas maneiras. As que são estruturadas como capacitações podem apresentar as seguintes modalidades:

Modalidade de contratação

- Instrutoria interna ou externa em EaD
- Instrutoria interna presencial ou semipresencial
- Instrutoria externa in company
- Ações fora das dependências do Tribunal

Os treinamentos e capacitações são aprovados anualmente, compondo o Plano Anual de Capacitação (PAC). No ano de 2021 foram realizados **65 cursos, 1.648 participações**, alcançando um total de **496 pessoas**.

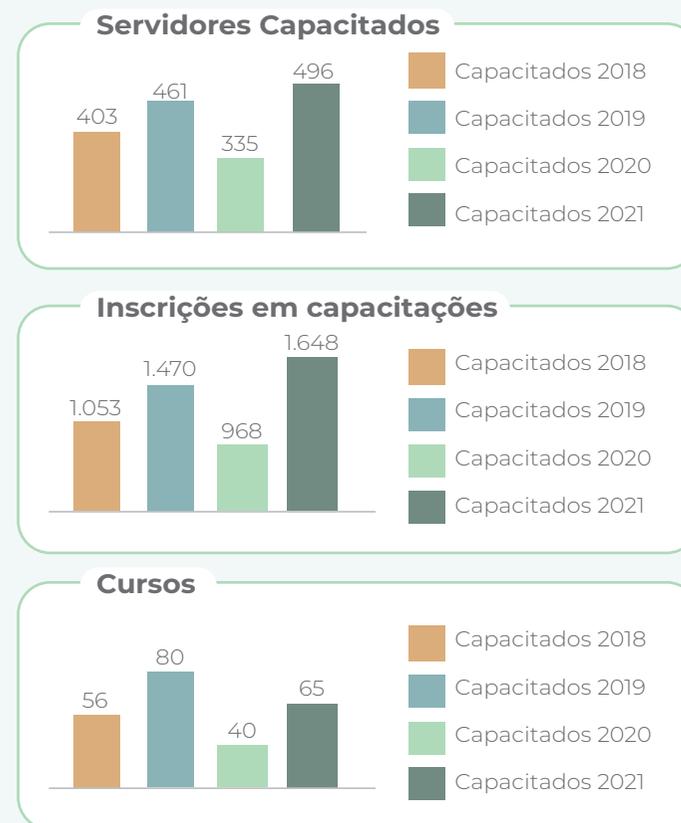


Figura 78: Capacitações e capacitados

Visando melhorar continuamente a prestação de serviços, o Tribunal iniciou em 2020 procedimentos visando obter a certificação ISO 9001 do processo de capacitação dos servidores, oferecendo, assim, real contribuição para o aperfeiçoamento dos mecanismos de Gestão e Governança deste Regional, o qual encontra-se em estágio final de conclusão.

Foi desenvolvido em 2021 o “Mural de Capacitação”, disponibilizado no espaço do servidor, na intranet, que viabilizou o acesso de servidores e colaboradores a diversas plataformas de ensino gratuitas para capacitação e desenvolvimento de pessoas, apresentando, de maneira fácil e intuitiva, diferentes cursos, desde os básicos aos mais avançados, além de cursos desenvolvidos na plataforma Moodle em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

O Projeto de Desenvolvimento de Gestores teve grande impulso em 2021, com o oferecimento do treinamento "Relações Humanas, Liderança e Comunicação Eficaz" a todos os servidores ocupantes de funções gerenciais. Foram capacitados 210 servidores do Tribunal, o que representa quase 100% dos gestores lotados na Secretaria e Zonas Eleitorais.

Com isso, observa-se no exercício a intensificação dos investimentos em capacitação, saltando de R\$ 391,9 mil em 2020 para R\$ 1.907,7 em 2021.

Além do treinamento de gestores, foram desenvolvidas diversas capacitações técnicas. Essas iniciativas, associadas à melhoria de processos operacionais, visam aumentar a produtividade dos servidores, o que atenua, em parte, os efeitos da falta de servidores. Com o advento da pandemia de covid-19, quase a totalidade das capacitações ocorreu por meio de treinamentos em ambiente virtual, sendo algumas realizadas nas próprias dependências do Tribunal, todas praticamente sem gastos com deslocamentos e diárias.

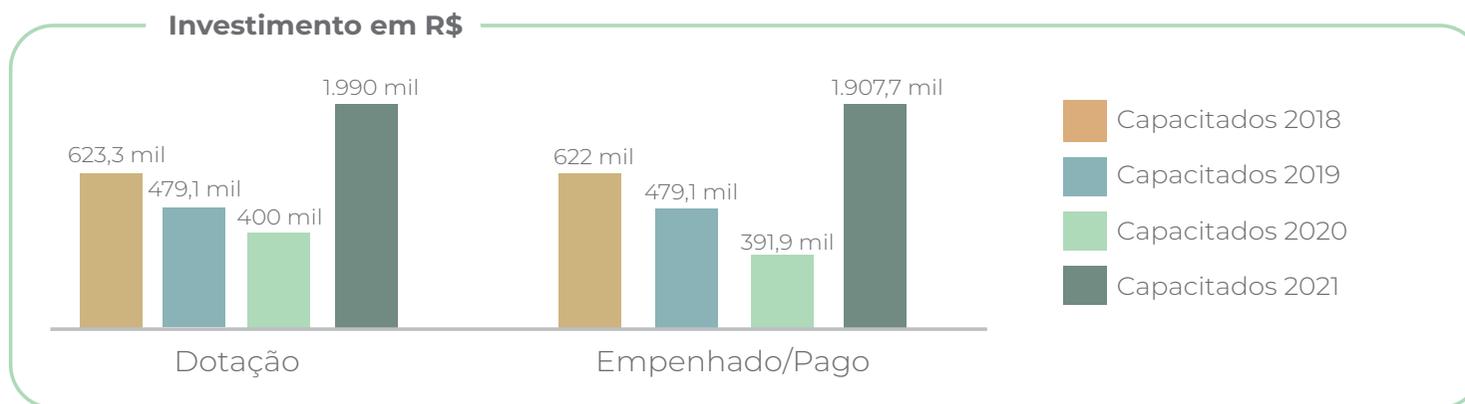


Figura 79: Investimento

Atenção à saúde

Em 2021, com a continuidade da pandemia de Covid-19, o Tribunal manteve as ações voltadas à preservação da saúde e bem-estar dos servidores, com a observância dos protocolos sanitários e manutenção de parte dos servidores em trabalho remoto, especialmente aqueles pertencentes a grupos de risco.

Os atendimentos médicos, odontológicos (orientações) e psicológicos continuaram sendo prestados de forma remota, por meio de teleconsultas, tendo sido restabelecido o retorno presencial desses serviços no último trimestre/2021, com o arrefecimento dos casos de Covid-19.

Adicionalmente, foram realizadas várias ações e atividades visando prevenção à saúde e bem-estar, dentre as quais destacam-se:

- ✓ Projeto TRE em Cores, onde mensalmente são feitas campanhas de conscientização social, prevenção a problemas de saúde e melhoria de relacionamento, tais como: manutenção de saúde mental; melhoria da comunicação e desenvolvimento de relacionamentos; semana da mulher; conscientização sobre o autismo; prevenção ao assédio moral e sexual; incentivo à doação de sangue; apoio às vítimas de violência doméstica; valorização da vida; prevenção ao câncer de mama; prevenção ao câncer de próstata e conscientização sobre o Dia Internacional da Luta contra a AIDS.
- ✓ Realização da Semana do Servidor, que aconteceu de maneira virtual, nos dias 25 e 26 de outubro de 2021. As palestras oferecidas promoveram a interação entre os servidores e impactaram na melhoria do clima organizacional. A semana do servidor alcançou mais de 600 pessoas, entre públicos interno e externo. Destaca-se que as ações realizadas promoveram saúde e qualidade de vida no trabalho, além de estarem em consonância com a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (Resolução CNJ N° 207 de 15/10/2015) e com a Meta 10 do CNJ aprovada no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário.

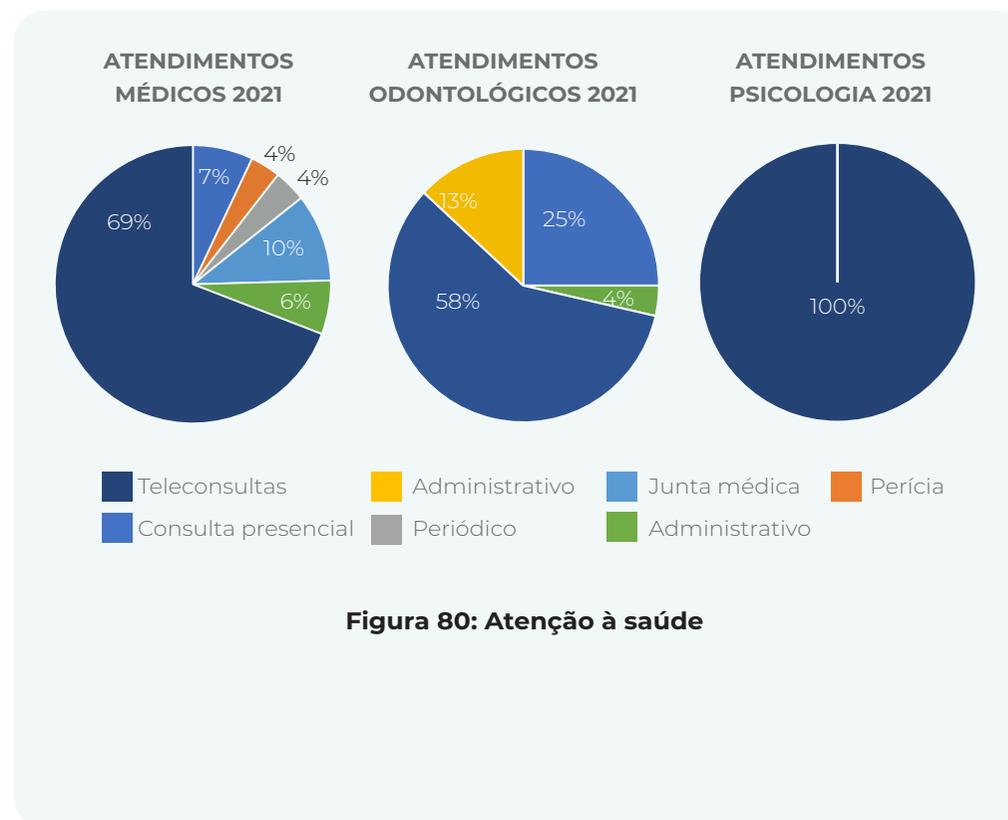


Figura 80: Atenção à saúde

Assim, o TRE-GO atuou de forma incisiva para atenuar os efeitos da pandemia entre os servidores e colaboradores, por meio de ações preventivas, educativas, bem como a rigorosa observância dos protocolos de segurança sanitária. Isso resultou no índice quase inexistente de casos de contaminação comunitária nas dependências do Tribunal, considerando-se o período do início da pandemia até o presente.

Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios que se apresentam atualmente são ainda relacionados aos cuidados com a pandemia, preservando os servidores, colaboradores e cidadãos da infecção da Covid-19, aliados à manutenção da adequada qualidade de vida no trabalho.

As Eleições Gerais 2022, ainda no contexto da pandemia, apresentam desafios potencialmente menores que os enfrentados em 2020, dado que a maior parte da população já possui esquema vacinal completo contra a Covid-19.

O Tribunal continuará empregando esforços para promover avanços estratégicos na gestão de pessoas, notadamente por meio do estabelecimento de novas metas para ampliação da maturidade em gestão de pessoas, incorporando inovações trazidas no iGG (índice integrado de governança e gestão públicas / Tribunal de Contas da União) na composição do indicador estratégico “índice de maturidade em gestão de pessoas”.

Além disso, deverão continuar sendo empreendidas iniciativas visando à racionalização e automação de processos com o intuito de ampliar a produtividade da força de trabalho, dadas as restrições para recomposição do quantitativo de pessoas, em razão, principalmente, das aposentadorias, remoções, pedidos de vacância e da impossibilidade de provimento.

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás continuará, conforme expresso no [Planejamento Estratégico 2021-2026](#), prezando pela ampliação dos níveis de governança em gestão de pessoas, adoção de programa de valorização e reconhecimento do servidor e implantação e aprimoramento contínuo do teletrabalho e da qualidade de vida no trabalho.

3.3

Gestão de
Licitações e
Contratos



Conformidade legal

As contratações do TRE-GO são submetidas à análise da Coordenadoria de Assessoramento Jurídico da Diretoria-Geral e da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência visando à conformidade com as normas vigentes, principalmente as Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 7.892/2013 e nº 10.024/2019, as Resoluções CNJ nº 182/2013 e TSE nº 23.234/2010 e recomendações do TCU.

Cumprir destacar que no ano de 2021 não houve nenhuma contratação realizada com base na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Principais normas direcionadoras:

- Portaria nº 423/2013 – PRES
- Portaria nº 318/2019 – PRES
- Portaria nº 657/2016 – PRES
- Portaria nº 190/2021 – PRES
- Portaria nº 94/2018 – PRES
- Portaria nº 204/2018 – PRES
- Resolução TRE-GO nº 320/2020
- Portaria nº 70/2019 – PRES
- Portaria nº 276/2018 – PRES
- Portaria nº 246/2018 – PRES
- Portaria nº 674/2014 – PRES.

Mecanismos de controle e de prevenção de irregularidades ou falhas utilizadas

No que concerne aos mecanismos de controle, salienta-se que as organizações devem adotar um processo de gerenciamento periódico e sistemático de riscos, sejam eles estratégicos, táticos ou operacionais. No âmbito da gestão de licitações e contratações foram adotadas e sistematizadas rotinas administrativas de aplicação de controles internos administrativos com a utilização de listas de verificação em todas as etapas internas do procedimento licitatório.

Ademais, auditorias internas realizadas no ano de 2021, especialmente as que trataram sobre os serviços de limpeza e conservação e a contratação de apoio administrativo objetivaram, por meio de recomendações, prevenir eventuais irregularidades que possam vir a existir, bem como corrigir falhas encontradas.

Detalhamento dos gastos

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:



Figura 81: Principais enquadramentos contratações

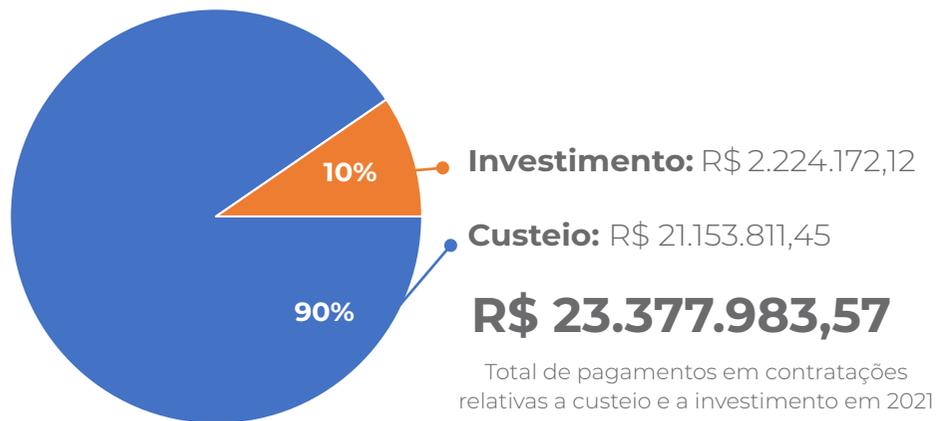


Figura 82: Total de pagamentos em contratações relativas a custeio e investimento em 2021

Gastos das Contratações por Finalidade	Pago
Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 4.510.535,58
Limpeza e conservação	R\$ 1.948.404,86
Capacitação de rec.humanos - pac – tre-go	R\$ 1.838.174,52
Manut e conserv de equipamentos de tic	R\$ 1.575.542,82
Aquisição e desenvolvimento de software	R\$ 1.381.486,27
Vigilância ostensiva	R\$ 1.378.663,88
Comunicação e redes de dados	R\$ 1.372.721,12
Locação de imóveis	R\$ 1.268.661,69
Energia elétrica	R\$ 1.217.036,68
Manutenção predial	R\$ 1.196.185,91
Estagiários	R\$ 852.213,76
Outros materiais permanentes e equipamentos	R\$ 805.563,27
Apoio técnico e operacional de tic	R\$ 786.746,51
Condomínios	R\$ 515.672,60
Mat. De consumo médicos e odontológicos	R\$ 478.154,29
Telefonia fixa	R\$ 253.838,29
Manutenção e sustentação de software	R\$ 219.551,00
Servicos judiciários	R\$ 204.313,88
Água e esgoto	R\$ 180.010,47
Outros (diárias e ajuda de custo, demais serviços, outros materiais de consumo, reformas, seguros, etc.)	R\$ 1.394.506,17
Total	R\$ 23.377.983,57

Tabela 19: Gastos das Contratações por Finalidade - 2021

Contratações mais relevantes

As contratações firmadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás foram planejadas e executadas em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral de Goiás, com o objetivo de garantir a infraestrutura adequada às atividades institucionais a partir da prestação de serviços de qualidade, visando assegurar boas condições de habitabilidade nos locais de trabalho e atendimento ao público.

Destacam-se as contratações:

- limpeza e conservação;
- vigilância e segurança;
- serviços de engenharia;
- serviços de tecnologia da informação.

Além das contratações de reformas e de aquisição de mobiliário que, dentre outras finalidades, irão viabilizar a transferência dos Cartórios Eleitorais da Capital e da Central de Atendimento do Eleitor de Goiânia para o novo edifício anexo - Edifício Ialba-Luza, imóvel da União sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e cedido a este Tribunal para uso de suas instalações.

Justificativas referentes às contratações

Considerando as condições excepcionais de trabalho em razão da pandemia de Covid-19, foram tratadas como relevantes também as contratações que garantiram as condições de funcionamento do Tribunal, bem como as atividades remotas e aquelas desenvolvidas presencialmente.

CONTRATAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	JUSTIFICATIVA
Serviços de internet dedicada	Garantir a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.	Necessidade da existência de uma forma alternativa de acesso aos sistemas em caso de falha ou indisponibilidade da operadora principal.
Serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio e vídeo;	Garantir a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas;	Cumprimento das Resoluções nº 105/2010 e nº 337/2020 do CNJ;
Aquisição de Equipamentos de videoconferência, Webcam e microfones de mesa.	Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Necessidade de utilização de sistemas de videoconferência para realização de audiência com recurso de gravação de áudio e vídeo.
Serviços de licenças de softwares.	Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao Judiciário; Garantir a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.	Padronização dos recursos e funcionalidades entre os ambientes tecnológicos da Sede e das Zonas Eleitorais; ampliação do uso da ferramenta de escritório para os usuários do TRE-GO e disponibilização de ferramenta para resolução de chamados aos usuários da SJD.
Contratação de empresa de engenharia para executar serviços comuns de adaptação do pavimento térreo do Edifício Ialba Luza Guimarães de Melo;	Garantir os direitos da cidadania; Aperfeiçoar a gestão orçamentária.	Reforma no Edifício Ialba-Luza, cedido ao TRE-GO, para acomodar a Central de Atendimento ao Eleitoral de Goiânia, Cartórios Eleitorais de Goiânia e Unidades Administrativas da Secretaria.
Aquisição de mobiliário sob medida, guichê de atendimento para compor a central de atendimento com nove lugares e apoio.		
4º Termo Aditivo ao Contrato TRE-GO nº 59/2019.	Fortalecimento da Governança; Aperfeiçoar a gestão orçamentária.	Acréscimo de 12 postos de trabalho ao Contrato de Prestação de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo.
Contratação do curso de "Relações humanas, liderança e comunicação eficaz - Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG" – inexigibilidade de licitação.	Aperfeiçoar a gestão de pessoas.	Contratação do curso de "Relações humanas, liderança e comunicação eficaz - Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG".
Contratação de empresa de engenharia para executar a obra de reforma do prédio que abriga o Cartório da 19ª Zona Eleitoral de Goiás, em Luziânia.	Garantir os direitos da cidadania; Aperfeiçoar a gestão orçamentária.	Atendimento de demandas ocasionadas pelo desgaste natural das edificações. Obras inseridas no Plano de Obras 2021/2023, aprovado pela Resolução TRE-GO nº 320/2020
Contratação de empresa de engenharia para executar obra de reforma do prédio que abriga o Cartório da 33ª Zona Eleitoral de Goiás, em Valparaíso.	Garantir os direitos da cidadania; Aperfeiçoar a gestão orçamentária.	Atendimento de demandas ocasionadas pelo desgaste natural das edificações. Obras inseridas no Plano de Obras 2021/2023, aprovado pela Resolução TRE-GO nº 320/2020

Tabela 20: Justificativas referentes às contratações

Contratações diretas

Durante o ano de 2021, foram realizadas 57 contratações diretas. Destas, 43 foram feitas por dispensa de licitação, sendo 37 fundamentadas no art. 24, inciso II, da [Lei nº 8.666/93](#), cujos valores são inferiores a R\$ 17.600,00, tais como alguns cursos de capacitação, assinaturas de periódicos e contratações de pequena monta. Já no regramento estabelecido pelo art. 24, inciso X, da [Lei nº 8.666/93](#), foram realizadas seis locações/renovações de imóveis para abrigar sedes de cartórios eleitorais do estado.

As contratações por inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da [Lei nº 8.666/93](#), foram em sua maioria ações de formação e aperfeiçoamento de temáticas variadas solicitadas pelas diversas áreas do Tribunal, dentre os quais se destacou o curso “Relações humanas, liderança e comunicação eficaz - Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG”, com a empresa Integrar Desenvolvimento Pessoal e Empresarial LTDA (Dale Carnegie), no investimento total de R\$ 1.234.998,00.

Principais gastos com contratação direta

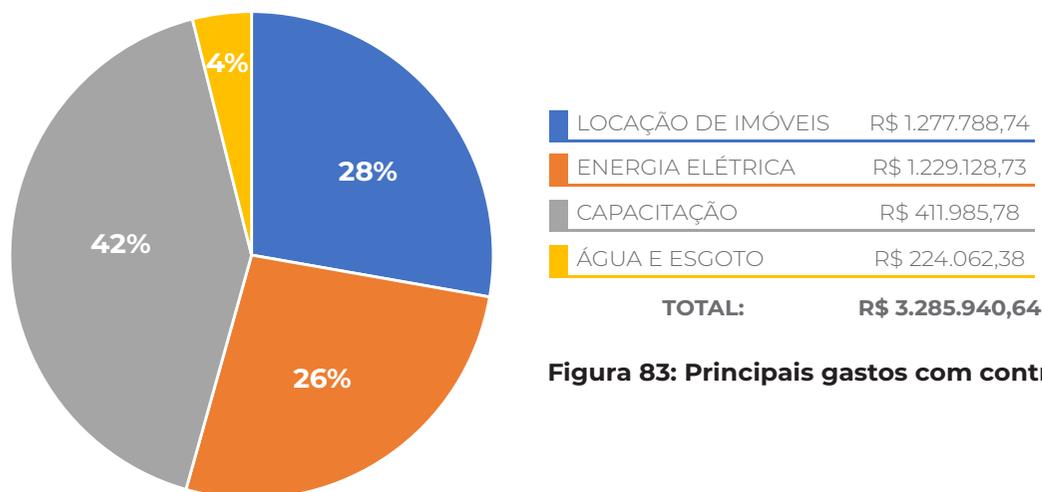


Figura 83: Principais gastos com contratações diretas

Desafios, fraquezas e riscos nas gestão de licitações e contratos

Um dos principais desafios dos agentes envolvidos nas áreas de licitações e contratos é a adaptação das rotinas de trabalho às inúmeras alterações legislativas sobre a matéria, mais especificamente com a promulgação da **Lei Federal nº 14.133/2021**. O grande desafio atual e futuro é a disseminação do conhecimento da nova legislação com a sua implantação e adaptação às práticas do órgão. Nesse contexto, considerando que a nova lei se tornará a principal referência normativa no campo das contratações públicas, é essencial o preparo dos profissionais que trabalham na área de licitações, contratos e fiscalização para melhor desenvolvimento das atividades, com a realização de capacitação específica, que aliás já foi iniciada no ano de 2021, assim que foi promulgada a lei.

Outro grande desafio é a implementação das estruturas de governança necessárias à plena aplicação da lei, bem como a consolidação de uma cultura de responsabilidade, rigor e inovação nas contratações públicas, tanto no planejamento, como na formação e execução dos contratos administrativos, ditames previstos na **Resolução CNJ nº 347/2020**, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.

Ressalta-se que a Administração já vem implementando ações importantes como a adoção do **Plano Anual de Contratações**, a **Matriz de Risco**, em algumas contratações, e os **Estudos Técnicos Preliminares**.

Destaca-se que foi implementada em 2021 a padronização de editais e de contratos e elaborada minuta de portaria que dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos firmados pelo TRE-GO.

Foi realizado também treinamento para uso de um novo sistema informatizado, o **Compras.gov.br Contratos**, que irá possibilitar maior eficácia nas gestões contratual, orçamentária e financeira de contratos.

Por fim, é imperioso registrar que um grande obstáculo para o bom êxito das contratações públicas em 2021 foi a escassez de produtos e a insuficiência de prestadores de serviços, em parte em razão da pandemia de COVID-19, que ainda persiste, com atraso na entrega de mercadorias e o impedimento da realização de algumas licitações previstas no Plano Anual de Contratações-2021. Um dos maiores desafios para o ano de 2022 será o de compreender o mercado fornecedor diante da necessidade de contratações relacionadas ao pleito eleitoral.

3.4

Gestão

Patrimonial

e de Infraestrutura



Conformidade legal

As atividades do Tribunal na área de gestão patrimonial estão alinhadas à legislação federal correlata ao tema, bem como ao Decreto nº 9.373/2018, alterado pelo Decreto nº 10.340/2020, Portaria SPU nº 318/2014, Resolução TSE nº 23.544/2017, Portaria PRES nº 504/2014, Resolução TRE-GO nº 160/2010, Resolução TRE-GO nº 261/2016, Resolução TRE-GO nº 320/2020, e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial no âmbito da União. Toda a legislação interna encontra-se publicada na página da internet deste Regional.

Alinhados a estes normativos, para evitar falhas ou irregularidades na gestão, são utilizados no TRE-GO os sistemas de Gerenciamento dos Imóveis de uso Especial da União – SPIUnet - e ASIweb. No primeiro são cadastrados todos os dados dos imóveis próprios. No segundo, em seus módulos patrimônio e almoxarifado, são feitos os controles de entrada de bens, tombamento, movimentação e baixa. Também é utilizado o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União – SISREI para consulta quanto à disponibilidade de imóveis que atendam às necessidades deste Regional.

Ainda, como resultado do planejamento, é elaborado o Plano de Obras. Aprovado por meio de Resolução, contém informações sobre os imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral de Goiás, política imobiliária, bem como ordenação das obras/reformas que serão executadas no Tribunal. O documento passa por atualizações sempre que necessário.

Principais investimentos de capital



Após a **Emenda Constitucional nº 95/2016**, os investimentos no Tribunal passaram a ser direcionados a ações que representem, no futuro, redução dos custos.

A modernização do sistema de climatização dos prédios sede e Anexo I e a modernização dos elevadores do edifício Anexo I, iniciadas em 2020, foram concluídas em 2021. Estas duas intervenções trouxeram maior conforto térmico e diminuição dos níveis de ruído nos ambientes, melhorando substancialmente o bem-estar dos servidores, além de significativas reduções no consumo de energia. Também os elevadores ficaram mais acessíveis, proporcionando maior independência e comodidade aos deficientes físicos.

Em 2021 foram investidos R\$ 2.224.172,12, assim distribuídos:

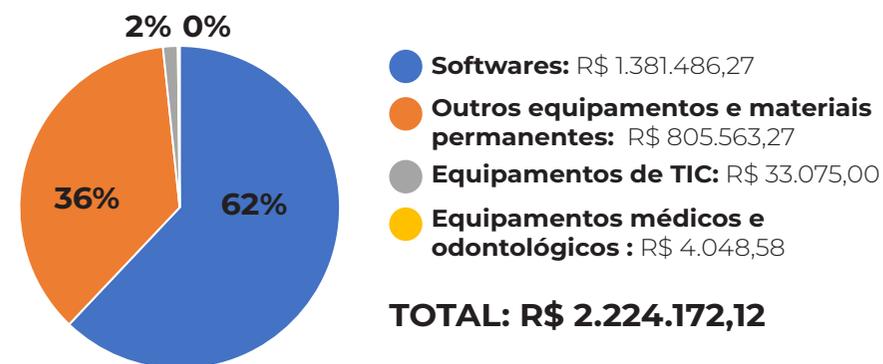


Figura 84: Distribuição dos recursos por atividade - investimento

Os investimentos realizados estão relacionados aos seguintes objetivos previstos no mapa estratégico do Tribunal:

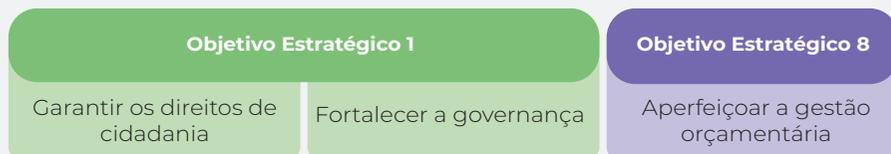


Figura 85: Investimentos por objetivo estratégico

Dentre os investimentos, destacam-se a **aquisição de licenças de software de escritório Office e softwares para monitoramento de vulnerabilidades de segurança**.

Estas aquisições visaram manter a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações sob a guarda desta Justiça especializada.

Cabe destaque, ainda, à aquisição de **sistema de arquivo deslizante com acionamento mecânico** para adequação e otimização de estrutura física destinada à guarda permanente do arquivo deste Regional.

Também, através da aquisição de **biblioteca digital**, primou-se pela disponibilização de conhecimento e oportunidade de atualização para os servidores quanto a temas afetos ao trabalho.

Foram aqui considerados, como despesas com investimento, os valores pagos no exercício de 2021. Apesar disso, deve ser ressaltado que o valor empenhado foi de **R\$ 3.645.018,36**.

Dá-se destaque à aquisição de **dois veículos de carga**, do tipo furgão, e **dois veículos de representação, tipo SUV**, totalizando **R\$ 1.162.006,00**. Apesar de as contratações terem acontecido naquele ano, devido ao atraso dos fabricantes no fornecimento, os veículos serão entregues em 2022, tendo o valor sido inscrito em Restos a Pagar.

Em análise do Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, percebe-se que houve uma grande movimentação no item “123110201 – Equipamentos de Processamento de Dados”. A alteração foi ocasionada pelo recebimento de novas urnas eletrônicas, adquiridas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e pela reavaliação e atualização de valores das que já estavam sob a gestão do TRE-GO.

Ainda, no mesmo relatório, o item “124110201 – Softwares com vida útil indefinida” recebeu lançamento significativo, como entrada, ocasionado pelo registro de diversos softwares existentes no Tribunal, sendo novas e antigas aquisições para propiciar a contabilização de ativos intangíveis, em razão de achado apontado em Auditoria.

Desfazimento de ativos

Desfazimento de bens inservíveis classificados como:

- Ocioso
- recuperável
- antieconômico
- irrecuperável

Legislação aplicada:

- Lei nº 8.666/93
- Decreto nº 9.373/2018
- Decreto 5.940/2006, c/c art. 8º do
- Decreto 9.373/2018, alterado pelo Decreto nº 9.813 de 2019

Resolução TRE-GO nº 261/2016 art. 3º: “até o dia 30 do mês de maio de cada ano, a Seção de Controle Patrimonial deverá vistoriar os bens permanentes e os materiais de consumo existentes no depósito e no almoxarifado e emitir os respectivos relatórios, os quais subsidiarão os procedimentos de desfazimento daqueles considerados inservíveis para a Administração”.

Com isso, foi realizado procedimento administrativo para doação de bens de informática, conforme publicado no SIAFI em 29/07/2021, com número da mensagem 2021/0408132, e Diário Oficial da União, em 03/08/2021. Os bens foram doados ao Centro de integração à cultura, esporte e habitação de Planaltina – DF, CNPJ nº 06.965.507/0001-66.

Foi realizada, ainda, doação de mobiliário e equipamentos, conforme publicado no SIAFI em 29/07/2021, com número da mensagem 2021/0408044, e Diário Oficial da União, em 03/08/2021. Estes bens, após tramitação regular do procedimento, também foram doados ao Centro de integração à cultura, esporte e habitação de Planaltina – DF.

Em outubro de 2021, foi realizado o primeiro Leilão Administrativo do Tribunal, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24/09/2021. Foram leiloados vinte e dois veículos automotores, considerados inservíveis ou antieconômicos para a Administração Pública. O arremate arrecadou aos cofres da União a importância de R\$ 451.400,00.

Locações de imóveis e equipamentos

Para abrigar as 92 zonas eleitorais em funcionamento, a Sede Administrativa e seus 3 anexos, a estrutura imobiliária disponibilizada é de 39 imóveis próprios, 34 cedidos a título oneroso pelo TJ-GO e 11 locados. A Justiça Eleitoral conta ainda com 33 postos de atendimento em unidades do VAPT-VUPT espalhados por todo o Estado.

Imóveis do TRE-GO em 2021



39 Imóveis próprios

11 Imóveis locados

34 Imóveis compartilhados com o TJ/GO

33 Postos de atendimento em unidades do VAPT-VUPT espalhados por todo o Estado.

Figura 86: Imóveis do TRE-GO em 2021

Evolução da locação de imóveis

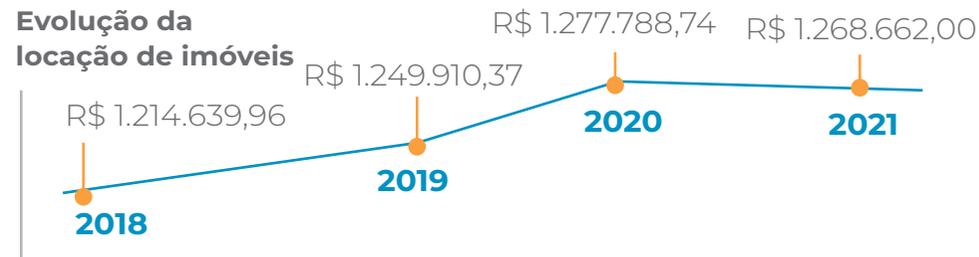


Figura 87: Evolução da locação de imóveis



Figura 88: Assinatura termo de cessão de uso pelos presidentes do TRE-GO e TRT18

Foi assinado, em novembro de 2021, **termo de cessão de uso com o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região**. O instrumento objetiva a cessão de uso, a título não oneroso, do edifício Ialva-Luza, situado em Goiânia-GO, no intuito de abrigar as nove Zonas Eleitorais de Goiânia, a Central de Atendimento ao Eleitor e outras unidades administrativas.

O TRE-GO está promovendo adequações no edifício, visando atender às necessidades funcionais das unidades e atendimento com excelência ao cidadão. Desta forma, o Regional terá instalações acessíveis e adequadas ao bom atendimento ao usuário. Salienta-se que a mudança para o prédio representará uma economia anual de aproximadamente R\$ 1.027.148,00 em aluguéis de imóveis.

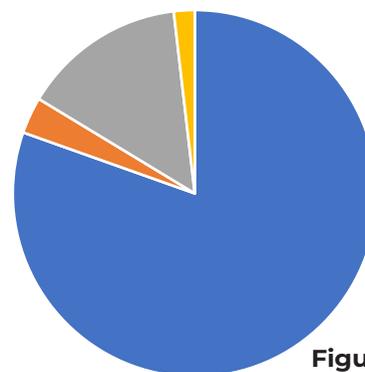
Em manutenção da infraestrutura mobiliária e imobiliária, foram despendidos R\$ 21.153.811 distribuídos da seguinte forma:

Distribuição dos recursos por atividade - custeio (principais)



Figura 89: Distribuição dos recursos por atividade - custeio

A frota do TRE-GO é composta por **56 veículos**. Para utilização deles, foram realizados os gastos conforme segue:



Motoristas: R\$ 805.913,83

Manutenção: R\$ 32.277,84

Combustível: R\$ 145.672,21

Seguro: R\$ 18.587,70

TOTAL: R\$ 1.002.451,58

Figura 90: Frota do TRE-GO

Mudanças e desmobilizações relevantes

Em decorrência da [Resolução TRE-GO nº 307/2019](#), que fixou critérios para a extinção de postos de atendimento ao eleitor, considerando indicadores quantitativos de atendimento ao público e de processos judiciais, bem como o custo de manutenção das referidas unidades administrativas, foram desmobilizados postos em São Simão, Cocalzinho, Joviânia, Taquaral de Goiás e Araçu, com recolhimento de todo mobiliário e equipamentos de informática e respectiva desocupação dos imóveis do Tribunal de Justiça de Goiás.

Principais desafios e ações futuras

Um dos grandes desafios atualmente é manter uma infraestrutura mobiliária e imobiliária de qualidade, encontrando alternativas para redução de custos. A meta requer uma mudança de cultura e busca por inovação à qual muitos resistem a aderir.

Muito mais do que cumprir leis e regulamentos, é essencial a percepção de que o bem público deve ser gerido por todos com responsabilidade. A busca por objetivos institucionais, através do trabalho em equipe, gera bons resultados.

Assim, para que a melhoria seja constante nos processos de trabalho da instituição, busca-se cada vez mais incentivar o planejamento. Através de um bom estudo, com definição de objetivos, análise de cenários e possíveis riscos, as soluções se tornam mais satisfatórias.

Por fim, aliado ao planejamento está o incentivo por compartilhamento e promoção da sustentabilidade. Busca-se cada vez mais promover projetos que instituem e deem força a estes três temas no Regional.

3.5

Gestão da Tecnologia da Informação



Conformidade legal

O TRE-GO, visando garantir a conformidade legal da gestão de TI, observa um acervo de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, além de cumprir os normativos internos, por exemplo: *Lei Complementar nº 101/00, Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Resolução nº 182/13-CNJ, Resolução CNJ nº 370/2021, Resolução nº 23.644-TSE, Resolução nº 355/2021-PRES.*

Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de TIC do TRE-GO tem como instância diretiva o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC). Esse Comitê tem como objetivo definir políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás. O CGTIC é composto por:



- Diretor-Geral (presidente do comitê)
- Titular da Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão .
- Titulares das Secretarias do Tribunal
- Representante da Comissão Permanente de Apoio à Estratégia e Integração das Zonas Eleitorais.
- Assistência da Qualidade

Ressalta-se que, dentre as atribuições do CGTIC, estão a orientação e aprovação dos planos estratégico, tático e de contratações de TIC. Além disso, o CGTIC destaca-se como importante

estrutura deliberativa que visa à consecução de projetos estratégicos e de alto valor para a sociedade.

A Gestão de TIC é realizada pelo Comitê Técnico de Gestão de Tecnologia da Informação (CTGTI), sendo composto:



- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação
- Titulares das Coordenadorias de Infraestrutura, de Sistemas Corporativos e de Sistemas Eleitorais e Logística
- Titular da Assessoria de Planejamento, Governança e Gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação.

O CTGTI é responsável pela gestão dos planos estratégicos, táticos e operacionais no âmbito da TI.

No ano de 2021, em consonância com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 e com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026, o TRE-GO aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2026 que passou a contemplar, também, as linhas estratégicas de atuação de TIC.

O desempenho dos indicadores, estabelecidos para o ciclo estratégico 2016-2021, obteve o resultado geral de 86% para o ano de 2021.

Indicadores de desempenho



Figura 91: Desempenho indicadores

Este resultado assegura a disponibilidade dos serviços essenciais, a segurança das informações e a infraestrutura adequada, além de fomentar ações voltadas à implantação da governança, da melhoria da gestão e do gerenciamento dos serviços de TIC.

Ainda no quesito governança, os resultados alcançados no iGovTI, que integra o Índice Geral de Governança (IGG) do TCU, e no iGovTIC-JUD, promovido pelo CNJ, foram:

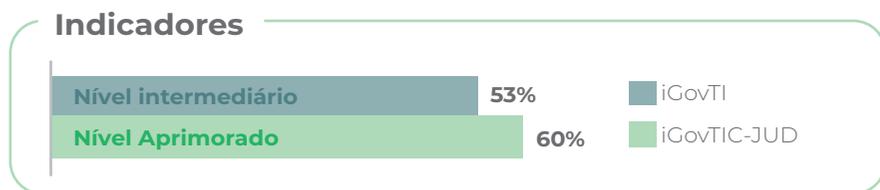


Figura 92: iGovTI e iGovTIC-JUD

Embora os índices tenham adotado novos critérios e modificado, substancialmente, alguns tópicos, incluindo temáticas inéditas, o TRE-GO manteve-se nas mesmas categorias do ano anterior.

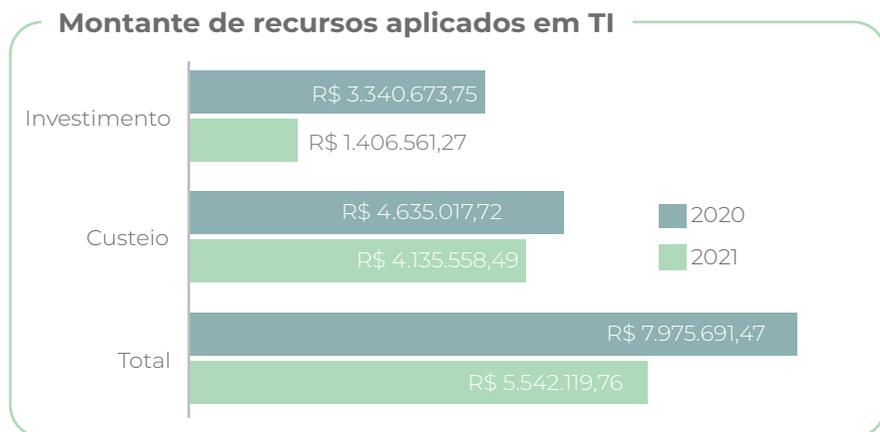


Figura 93: Montante de recursos aplicados em TI
Fonte: Painéis de BI

Em decorrência da utilização do teletrabalho, do crescimento do número de ataques cibernéticos, assim como das novas demandas e das tecnologias a serem implantadas, os recursos orçamentários no ano de 2021 foram direcionados, principalmente, para os serviços de manutenção, suporte e garantia de equipamentos que integram a infraestrutura da rede e de armazenamento de dados, bem como para a aquisição de softwares.

Isto permitiu implementar uma maior segurança na rede de dados, aumentar a performance e evitar a indisponibilidade dos serviços em funcionamento no Tribunal. No que se refere ao teleprocessamento, os valores continuaram reduzidos em razão da contratação do ano anterior, que gerou economia com a diminuição dos valores dos links.

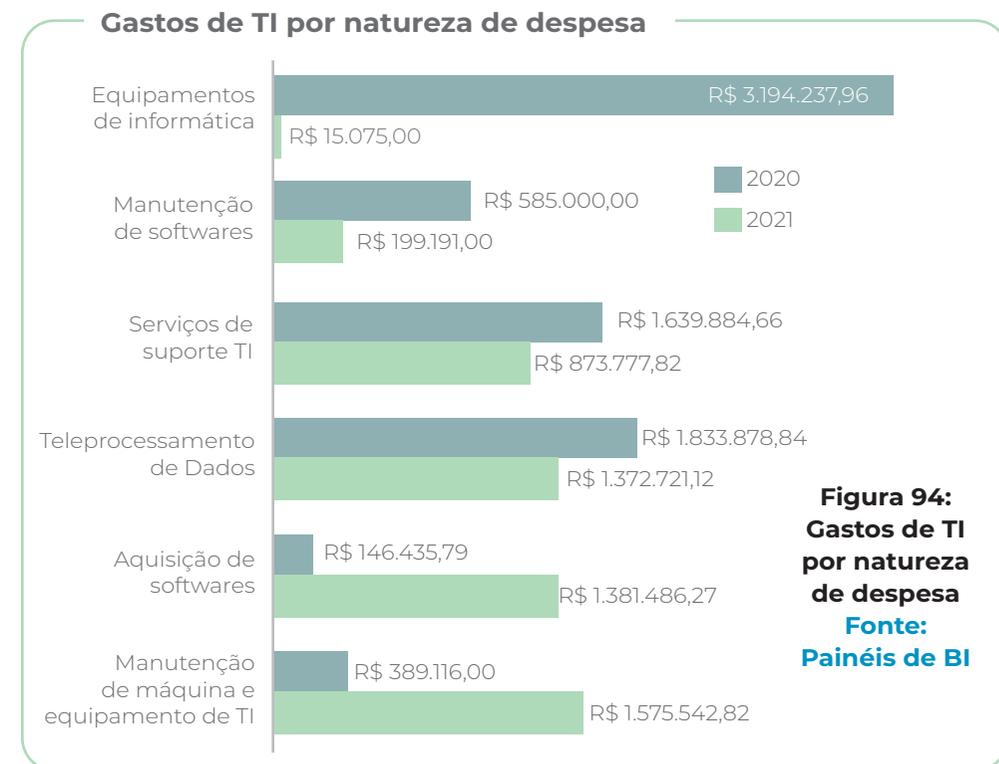


Figura 94: Gastos de TI por natureza de despesa
Fonte: Painéis de BI

Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2021)

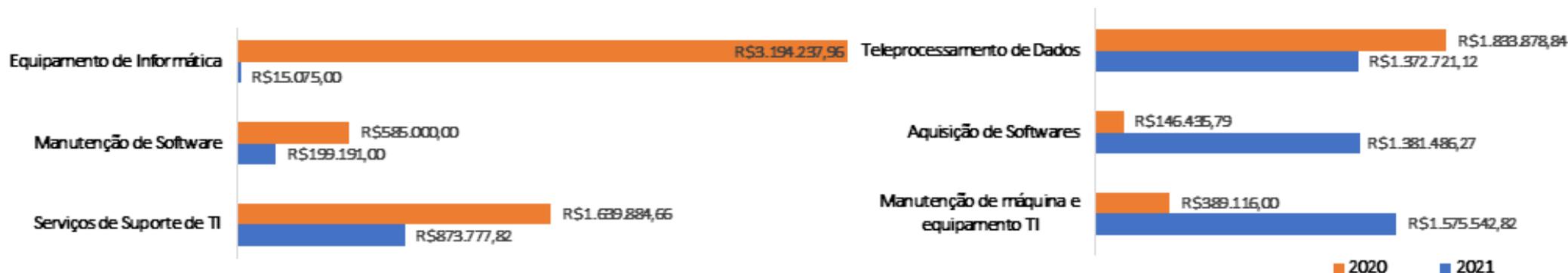


Figura 95: Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2021) Fonte: Painéis de BI

Principais iniciativas e resultados na área de TI por Cadeia de Valor do TRE-GO

Objetivo Estratégico	Principais iniciativas na área de TI (sistemas e projetos)	Cadeia de Valor	Principais resultados (benefícios e impactos)
Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Eleições não oficiais	Macroprocessos Finalísticos Processo Eleitoral Relação institucional com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização das eleições da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção de Goiás, que abrangeu 58 municípios e 38.956 eleitores, tendo 254 seções eleitorais com urnas eletrônicas ✓ Projeto Eleitor do Futuro ✓ Divulgação do voto informatizado ✓ Transparência e segurança no processo eleitoral das instituições

Objetivo Estratégico	Principais iniciativas na área de TI (sistemas e projetos)	Cadeia de Valor	Principais resultados (benefícios e impactos)
Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação	Escritório Remoto	Macroprocessos Governança Gestão Institucional Macroprocessos Apoio Gestão de TI	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Permissão de acesso externo a sistemas web internos da Justiça Eleitoral, para os servidores em trabalho remoto, por meio de navegador ✓ Aprimoramento da segurança com a utilização do duplo fator de autenticação
	Balcão Virtual	Macroprocessos Finalísticos Processo Eleitoral Relação institucional com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de um canal de atendimento telepresencial ao público externo para tirar dúvidas e obter orientações relativas a processos ✓ Agilidade e eficiência do atendimento a advogados, partes de processos, membros do Ministério Público Eleitoral, Defensoria Pública da União e autoridades policiais atuantes nos processos judiciais em trâmite nos respectivos graus de jurisdição ✓ Desburocratização do acesso aos serviços da Justiça Eleitoral
	Espaço do Servidor	Macroprocessos Apoio Gestão de TI Gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incremento dos serviços de Reembolso Farmacêutico e Gerenciamento de Licenças Médicas ✓ Aprimoramento, desburocratização e simplificação destes processos ✓ Agilidade, otimização de recursos e ganho de eficiência

Objetivo Estratégico	Principais iniciativas na área de TI (sistemas e projetos)	Cadeia de Valor	Principais resultados (benefícios e impactos)
Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação	Elaboração do Plano Diretor de TIC (PDTIC) 2021-2026	Macroprocessos Governança Gestão Institucional Macroprocessos Apoio Gestão de TI	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alinhamento às diretrizes da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 e do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026 do TRE-GO ✓ Objetivos e indicadores estratégicos definidos para o ciclo 2021-2026 ✓ Plano de Iniciativas para o sexênio 2021-2026
	Gerenciamento de Projetos de TIC	Macroprocessos Governança Gestão Institucional Macroprocessos Apoio Gestão de TI	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formalização do Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC ✓ Definição da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TIC ✓ Gestão das demandas encaminhadas à STI no que tange ao planejamento e acompanhamento das iniciativas em consonância com o PDTIC

Tabela 21: Principais iniciativas e resultados na área de TI por Cadeia de Valor do TRE-GO

Segurança da Informação

O ano de 2021, assim como o anterior, foi caracterizado pelo cenário pandêmico da Covid-19, condicionando as instituições a seguirem com o trabalho remoto em grande escala, o que demandou a continuidade da implementação de medidas relacionadas à questão da segurança da informação, visto que alguns órgãos governamentais continuaram sendo alvo de ataques cibernéticos. Sendo assim, no âmbito do TRE-GO, destacam-se as seguintes ações realizadas:

- ✓ Implementação do Escritório Remoto para viabilizar o acesso aos serviços internos, disponibilizados pela TI, de forma remota e segura;
- ✓ Por meio da [Resolução nº 396/2021](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituída a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-JUD). Em consonância com a ENSEC-JUD, foi estabelecida a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral 2021-2024 para nortear as ações de segurança cibernética (capacidade de identificação, proteção, detecção, resposta e recuperação de incidentes de segurança) no âmbito do TSE, TREs e Zonas Eleitorais;

- ✓ Definição de equipe para tratar de assuntos relacionados à cibersegurança no TRE-GO e, eventualmente, compor subgrupos de tribunais eleitorais no sentido de conduzir iniciativas a partir dos eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral 2021-2024;
- ✓ Elaboração de planos de ação, no âmbito do TRE-GO, visando à construção dos Protocolos de Prevenção, Gerenciamento e de Investigação para crises, incidentes e ilícitos cibernéticos;
- ✓ Proposta de criação de uma unidade de cibersegurança no Tribunal responsável por estudar, propor e fomentar a implantação e a melhoria contínua dos processos de segurança cibernética;
- ✓ Adoção, no âmbito do TRE-GO ([Resolução nº 355/2021](#)), da Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral estabelecida pela [Resolução TSE nº 23.644/2021](#);
- ✓ Instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD) e de Grupo de Trabalho Técnico para atuarem na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás;
- ✓ Instituição da Política de Privacidade, Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito da Justiça Eleitoral em Goiás, por meio da [Resolução nº 358/2021](#);
- ✓ Adequação do sítio do TRE-GO com a inclusão dos termos de uso e privacidade, criação de uma página para informações sobre a LGPD, disponibilizando meio de contato aos titulares de dados pessoais, bem como a definição do Encarregado de Dados do Tribunal;
- ✓ Orientação e ações de conscientização, junto aos usuários, no que diz respeito à Segurança da Informação, divulgando informações sobre temas relacionados ao assunto, tais como: utilização de senhas, acessos indevidos, propagação de vírus e medidas preventivas de segurança.

Principais desafios e ações futuras

Considerando-se a utilização do trabalho remoto em grande escala; o crescente número de ataques cibernéticos; a vigência da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD); a defasagem da força mínima de trabalho específica de TI requerida; a ausência de perspectiva de incremento e reposição de servidores nos próximos anos; a restrição orçamentária e o posicionamento estratégico da TI como viabilizador da transformação digital dos processos de trabalho finalísticos, apoio, controle e gestão, apontam-se como principais desafios e futuras ações:

- ▲ Aumento da segurança da informação contra os ataques cibernéticos;
- ▲ Aprimoramento da gestão da Segurança da Informação e Gestão de Dados;
- ▲ Transformação digital de serviços;
- ▲ Integração de canais digitais;
- ▲ Disponibilização de recursos tecnológicos que viabilizem o teletrabalho de forma segura e eficiente;

▲ Redesenho de estruturas organizacionais de TIC adequadas e suficientes para suportar todos os processos de governança, de gestão de serviços e de segurança cibernética compatíveis com a relevância e as demandas de TIC.

Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

Objetivo Estratégico 7: Aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação

Indicador estratégico: IE7 – Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação

Indicador de Apoio: IA7.1 - Índice de governança e gestão de TI (iGovTI)

Resultado 2021

O iGovTI, que compõe o Índice Integrado de Governança e Gestão públicas (IGG) do TCU, alcançou o índice de 53%, para o ciclo 2021, mantendo-se no nível intermediário. A mensuração do iGovTI 2021, comparada à edição anterior, adotou critérios mais rigorosos, com um maior detalhamento das práticas avaliadas e, conseqüentemente, uma maior quantidade de novos itens a serem atendidos. Além disso, houve modificações substanciais em alguns tópicos, como também a inclusão de temas não abordados nas versões precedentes. Portanto, embora a meta estabelecida não tenha sido alcançada, considera-se o resultado positivo perante às novas exigências incorporadas ao levantamento 2021, provenientes dos novos desafios impostos pelas atuais demandas que envolvem a Tecnologia da Informação.

Iniciativas

- ✓ Modernizar a infraestrutura de TI
- ✓ Aprimorar os processos de governança de TI

Ações

- ✓ Melhoria da infraestrutura dos Datacenters, assegurando a prestação dos serviços de TIC;
- ✓ Atualização da plataforma Microsoft de sistemas operacionais de computadores servidores e desktops;
- ✓ Elaboração do Plano Diretor de TIC (PDTIC) 2021-2026;
- ✓ Implantação de novas funcionalidades da ferramenta de Gestão de serviços de TI;
- ✓ Instituição da Política de Gerenciamento de Serviços de TIC (PGSTI) composta pelos seguintes processos: incidentes, problemas, catálogo de serviços, requisições, capacidade, configuração, conhecimento, continuidade, disponibilidade, evento, liberação, mudança e nível de serviço;
- ✓ Ações focadas no aprimoramento da segurança de TI;
- ✓ Instituição do Processo de Gerenciamento de Projetos de TI.

Tabela 22: Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

3.6

Gestão de Custos



Conformidade legal

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da [Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE](#), foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Principais normas direcionadoras:

- §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da [Portaria nº 90/2014](#) do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela [Portaria nº 157/2011](#), da Secretaria do Tesouro Nacional -

STN, denominada “[Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC](#)”. A partir do exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Estimativa de custos

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada, de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Uma vez que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SI-GEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Figura 96: Fluxo processo custos

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta-se a destinação dos recursos utilizados pela Justiça Eleitoral.



Figura 97: Centro de custos - destinação dos recursos

No eixo das “Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “Para Quê?”, e apresenta-se o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados.



Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Figura 98: Centro de custos - serviços prestados

Para a apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas para melhor retratar a atuação desta Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividade/serviços e a classificação dos custos pro atendimento ao público e funcionamento da se-

cretaria. Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Figura 99: 10 maiores itens de custo

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

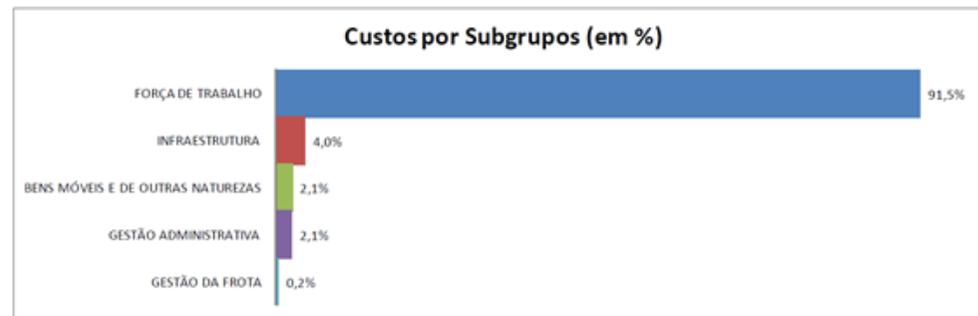


Figura 100: Custos por subgrupo

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Figura 100: Custos por atividades/serviços

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

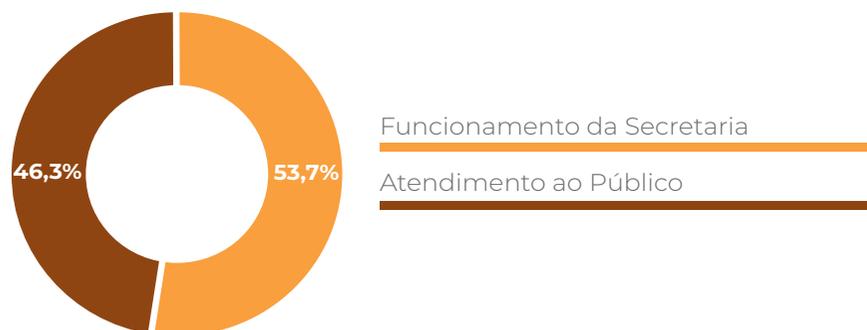


Figura 101: Distribuição dos custos

Principais desafios e ações futuras

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento. A incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

3.7

Sustentabilidade Ambiental



Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Os critérios de sustentabilidade em contratações são medidos por meio do Selo Verde, que mede a maturidade em três graus.

Critério de maturidade sustentável	Grau
Atendeu até 50% dos critérios de sustentabilidade	1
Atendeu de 51 a 90% dos critérios de sustentabilidade	2
Atendeu acima de 90% dos critérios de sustentabilidade	3

Tabela 23: Critério de maturidade sustentável

A medição é realizada ao final de cada exercício por meio dos checklists implementados pela [Portaria nº 35/2021 da Diretoria-Geral](#).

Em 2021, foram realizadas 100 contratações ao todo, sendo 46 com critérios de sustentabilidade.

Além das contratações com os formulários do Selo Verde preenchido, foram considerados critérios descritos em editais e implícitos nas contratações de cursos.

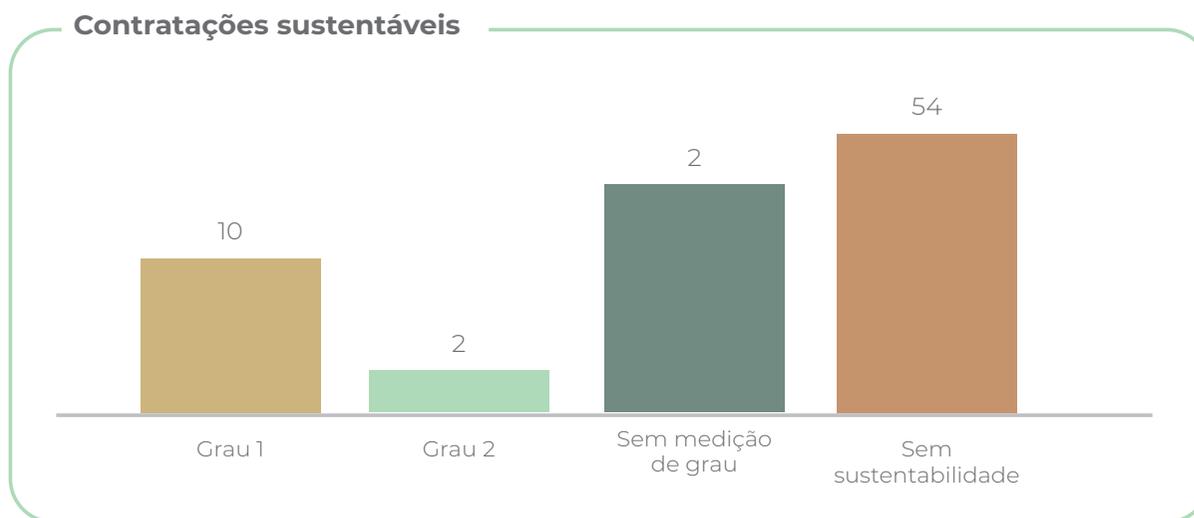


Figura 101: Distribuição dos custos

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Em 2021, o foco das ações de sustentabilidade buscou a conscientização das pessoas, tendo sido realizadas as seguintes ações:



Figura 102: Ações para redução do consumo de recursos naturais

No gráfico abaixo, observa-se uma redução considerável no consumo de recursos naturais, tais como derivados de combustíveis fósseis (gasolina e diesel), energia, papel e álcool.

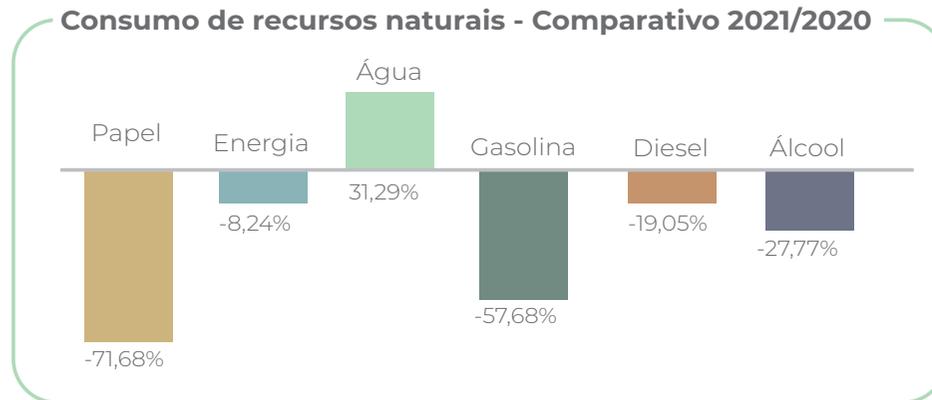


Figura 103: Consumo de recursos naturais - Comparativo 2021/2020

Redução de resíduos poluentes

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás tem como instrumento guia para a sustentabilidade o [Plano de Logística Sustentável 2021-2026](#) (PLS) que, alinhado aos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030](#), propõe metas e ações para as perspectivas: meio ambiente, econômica, social e cultural.

Especificamente em relação aos resíduos, destacam-se três objetivos: não geração, redução e reciclagem de resíduos sólidos.

A instituição faz a doação de resíduos para reciclagem em associações de catadores formalmente constituídas, além de direcionar os resíduos médicos e odontológicos para empresa legalmente habilitada para este fim.

Destinação de resíduos



Figura 104: Destinação de resíduos

Principais desafios e ações futuras

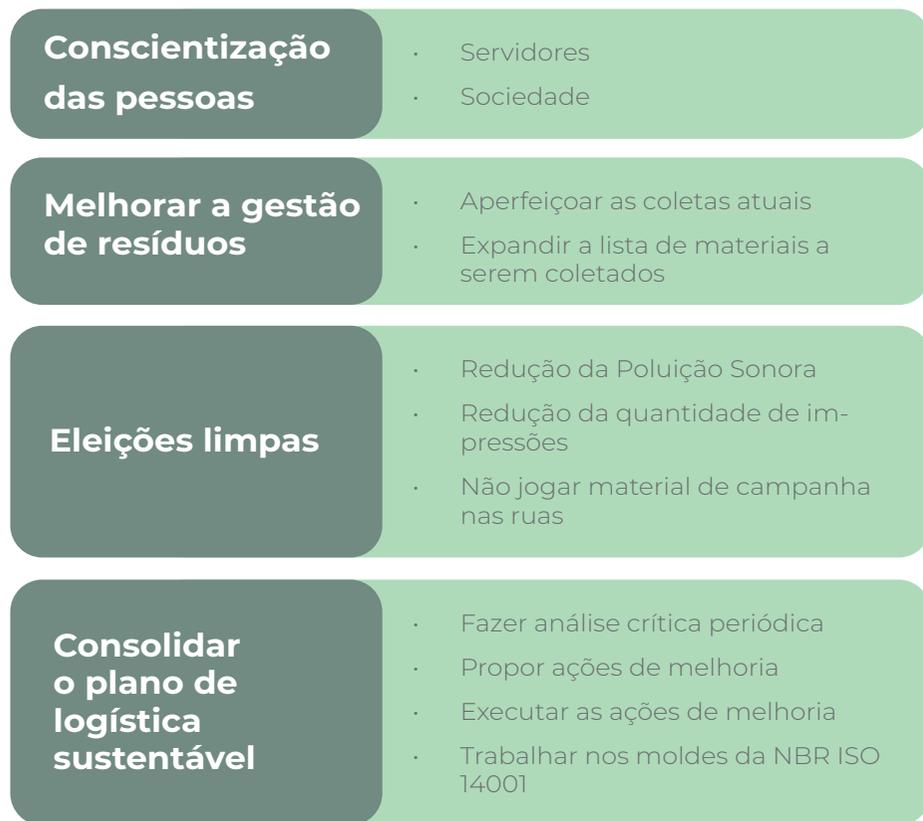


Figura 105: Principais desafios e ações futuras

Acessibilidade

A acessibilidade é uma questão de direitos humanos, dando visibilidade e oportunidade para quem normalmente não é visto na sociedade. Possibilitá-la é dar igualdade de condições para que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos de cidadania.

A acessibilidade está no Planejamento Estratégico 2021-2026 como um valor, constando no objetivo estratégico “Garantir os direitos de cidadania”.

Já no Plano de Logística Sustentável 2021-2026, que é alinhado ao Planejamento Estratégico, a acessibilidade foi desdobrada nos seguintes objetivos e ações:

AGENDA 2030

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

PLS 2021-2026

Objetivo 5: Garantir a acessibilidade e promover a conscientização dos servidores sobre a importância da inclusão no dia a dia.

Em 2021, a conscientização dos servidores e da sociedade em geral foi um dos principais pilares de atuação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e da Assistência de Atendimento ao Eleitor, Acessibilidade e Socioambiental - ATEND, sendo realizados os seguintes eventos que alcançaram quase 600 visualizações:

Eventos de Acessibilidade - Visualizações

120 visualizações

Webinar Dia internacional da pessoa com deficiência - Samuel Bortolin e Paola Antonini

174 visualizações

Webinar Dia internacional da pessoa com deficiência - Des. Ricardo Tadeu e Andrea Schwarz

113 visualizações

Webinar atendimento com acessibilidade - Augusto Fernandes

190 visualizações

Palestra Gigante Leo - Dia nacional da pessoa com deficiência

Figura 106: Eventos de acessibilidade - visualizações

Além das transmissões via Youtube, foram veiculadas matérias internas via Intranet e postagens no Instagram, produzidas com a descrição das imagens.

Os eventos de acessibilidade foram realizados com intérprete de libras, em razão de parceria realizada com o SINJUFEGO e a ASSETRE.

Em relação à acessibilidade digital dos servidores com deficiência visual, a instituição promoveu importantes iniciativas:

- Aquisição de duas licenças atualizadas do leitor de telas JAWS para suprir necessidades de dois servidores do TRE-GO, que possuem deficiência visual;
- Aquisição de dois notebooks da Apple (Macbooks), com recursos de maior acessibilidade, para atendimento às necessidades de dois servidores do TRE-GO, que possuem deficiência visual.

Quanto às ferramentas de gestão da informação e processos administrativos, houve a substituição do sistema PAD pelo SEI, que possui maiores recursos de acessibilidade.

A nova plataforma definida para a intranet contempla maiores recursos de acessibilidade e compatibilidade com outras ferramentas semelhantes.

Em 2021, foram executadas sete reformas em edifícios para promover maior acessibilidade às pessoas com deficiência e dois projetos acessíveis, tais como:

REFORMAS

- Sanitários do edifício Anexo II
- Passeio do Edifício Sede
- Cartório de Luziânia
- Cartório de Valparaíso
- Cartório de Campos Belos
- Cartório de Morrinhos
- Cartório de Uruaçu

PROJETOS

- Reforma do Cartório de Palmeiras
- Reforma do Cartório de Campos Belos



4

Informações
Orçamentárias,
Financeiras e
Contábeis

As principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações de desempenho do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás em 2021, foram extraídas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, quais sejam: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa. A íntegra desses documentos poderá ser consultada em anexo juntamente com as respectivas notas explicativas.

Esses demonstrativos foram elaborados com base nos registros constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, relativamente à Unidade Gestora 070023 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.

Neste relatório, as informações serão evidenciadas mediante demonstrações resumidas que abarcam a situação da UPC (Unidade Prestadora de Contas) e seu desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão. Cabe observar, em relação aos relatórios anexos, obtidos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, Siafi Web, que nos resumos aqui apresentados foram consideradas as alterações oriundas de ajuste de exercícios anteriores citados nas notas explicativas n°s 02 e 05.

Resumo da Situação Financeira e Contábil

Embora tenham sido tomadas medidas de contingência para superação dos impactos da crise gerada pela pandemia de co-

vid-19 desde o início de 2020, o TRE-GO ainda seguiu em 2021 enfrentando obstáculos para atendimento de suas finalidades institucionais, assim como toda a Administração Pública.

Execução da despesa

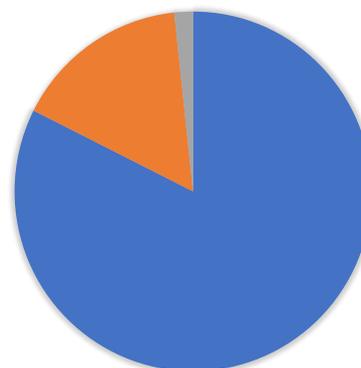
96,6%



Figura 107: Execução da despesa

A dotação autorizada em 2021 foi de R\$ 217.752.789,00. Apesar desse cenário de crise, o TRE-GO teve um desempenho financeiro bastante satisfatório, alcançando 96,6% de pagamentos.

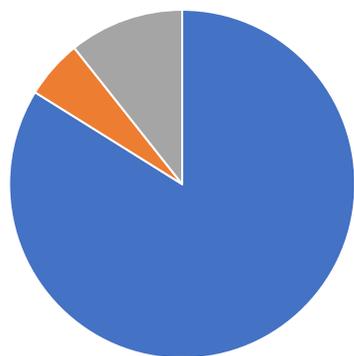
Sendo a Justiça Eleitoral uma prestadora de serviços, mais de 98,3% de seus gastos foram representados por despesas correntes e o restante, 1,7%, investimentos.



Grupo da despesa	Dotação atualizada	% Pago
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.468.235	82,4%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.627.321	15,9%
4 - INVESTIMENTOS	3.657.233	1,7%
TOTAL:	217.752.789	100%

Figura 108: Gráfico Execução da despesa

Das despesas correntes, 89,3% são relativas a pessoal, encargos e benefícios e as demais, 10,7%, referem-se à manutenção da infraestrutura física do Tribunal, serviços administrativos e de informática.



Grupo da despesa	Dotação atualizada	% Pago
1-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.468.235	89,30%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (BENEFÍCIOS)	11.672.974	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO)	22.954.347	10,70%
TOTAL:	214.095.556	100%

Figura 109: Gráfico Execução da despesa - despesas correntes

Os saldos das principais contas movimentadas pela UPC, bem como seu desempenho e evolução, serão apresentadas nos próximos tópicos de forma detalhada.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis evidenciam, em um período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e aspectos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial da entidade e suas mutações, fornecendo informações úteis aos usuários para fins de prestação de contas ou tomada de decisão. Sua estrutura está contida nos anexos da *Lei nº 4.320/1964*, a qual foi alterada pela *Portaria STN nº 438/2012* em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade, bem como à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, *NBC TSP nº 11/2018* do Conselho Federal de Contabilidade.

Com o objetivo de demonstrar os principais fatos contábeis, contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira do TRE-GO no exercício 2021, bem como a avaliação dos custos operacionais e resultados financeiros e não-financeiros da UPC com base na evolução da situação contábil, serão detalhadas abaixo os conceitos e os dados mais relevantes de cada demonstração:

a) Balanço Patrimonial (BP): evidencia os ativos e passivos, compreendendo o ativo circulante e não circulante; o passivo circulante e não-circulante; o patrimônio líquido e as contas do subsistema de compensação. Os ativos compreendem o saldo de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Tribunal, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, enquanto que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido é o resultado da diferença entre ativos e passivos, importante referência sobre a situação financeira da UPC (Unidade Prestadora de Contas).

b) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP): apura o resultado patrimonial do exercício mediante confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas). As variações patrimoniais são classificadas em quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e qualitativas, decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido e o resultado patrimonial do exercício;

c) Balanço Orçamentário (BO): apresenta informações do orçamento inicial aprovado, suas alterações e a execução da despesa;

d) Balanço Financeiro (BF): demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte;

e) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): compreende a movimentação financeira da entidade, segmentada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, visando à análise de sua capacidade financeira, bem como a possibilidade de inferência de cenários quanto à liquidez, solvência e endividamento.

Balanço Patrimonial

Ativo

As principais contas de ativos são:

- ✓ **Ativo Circulante:** Caixa e equivalente de caixa (conta única) e estoques (principalmente de material de expediente, de informática e suprimentos eleitorais);
- ✓ **Ativo Imobilizado:** Bens móveis e imóveis; e
- ✓ **Intangíveis (softwares).**

O gráfico a seguir evidencia a composição:

Evolução patrimonial

Evolução do ativo 2020-2021

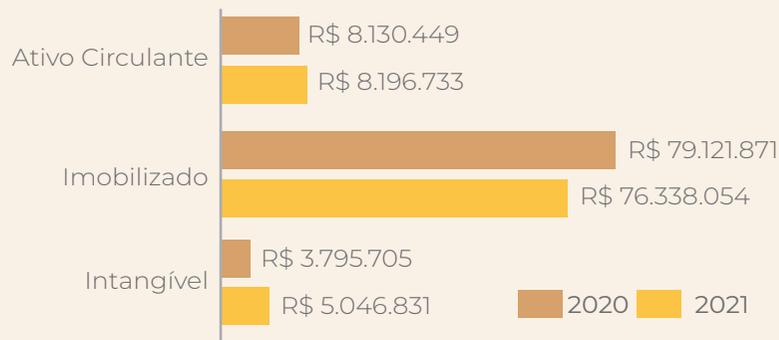


Figura 110: Evolução do ativo 2020-2021

Os ativos do órgão estão em sua maior parte classificados em “imobilizado” (bens móveis e imóveis) devido à natureza da entidade que, tendo como objetivo principal realizar eleições, necessita de robusta infraestrutura física, além de equipamentos de TIC (computadores e urnas eletrônicas), a fim de cumprir sua missão institucional. O mesmo ocorre quanto ao “intangível”, que registra os softwares utilizados pelo Tribunal.

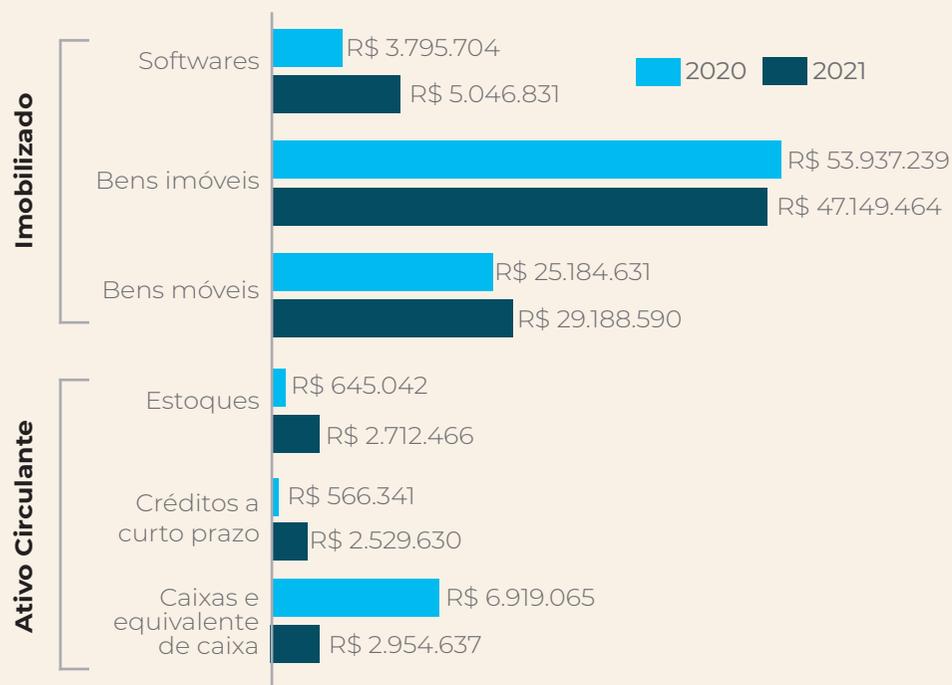
Evolução Patrimonial - observam-se pequenas variações e redução do total do ativo, conforme é evidenciado no gráfico abaixo, que se refere a:

Ativo circulante: disponibilidade de caixa (conta única) ao final do exercício destinado ao pagamento, em 2021, de despesas inscritas em “Restos a Pagar” em 2020. Houve redução em 2021 em relação a 2020 devido ao valor das inscrições em “Restos a Pagar” ser menor em anos não eleitorais. Houve também ajustes de exercícios anteriores (notas explicativas n.ºs 02, 05 e 06);

Ativo imobilizado: pequena redução normal para a rotina do órgão, com aquisições de mobiliários, equipamentos de informática e veículos e realização de depreciação.

Intangível: aquisição de novos softwares acrescidos ao parque computacional do TRE-GO. Nesse grupo não houve depreciação, vez que os bens são todos classificados como de vida útil indefinida.

Evolução de itens do ativo 2020-2021



TOTAL 2020:
R\$ 91.048.025

TOTAL 2021:
R\$ 89.581.618

***Ativo Circulante 2020/crédito de curto prazo deduzido de R\$ 48.281.463,16 ref. acerto de lançamento equivocado conforme 2021NS000509, de 22/02/21, em contrapartida com a conta Ajuste de Exercícios Anteriores que compõe o Patrimônio Líquido. (Nota Explicativa 02).

Figura 111: Evolução de itens do ativo 2020-2021

Passivo

As contas do passivo se dividem em passivo circulante e passivo não circulante nas quais se classificam as obrigações a pagar de curto e longo prazo, respectivamente.

Todo o passivo da UPC se concentra na categoria “Passivo Circulante”, totalizando ao final do exercício o valor de R\$ 18.420.131,00. A categoria é formada por obrigações que devem ser liquidadas em 2022, principalmente relativas a fornecedores e férias a pagar aos servidores, apropriadas por competência em atendimento ao disposto no [Acórdão nº 1322/2018 – TCU/Plenário](#), procedimentos da CCONT/STN listados no Manual SIAFI código 021142 – Folha de Pagamento e Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

A conta “Passivo Circulante” teve acerto relativo a exercícios anteriores conforme Nota Explicativa 05.

A seguir são apresentados os itens do passivo:



Passivo circulante	2021	2020
*** Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	R\$ 18.372.955	R\$ 17.044.983
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	R\$ 35.871	R\$ 18.199
Demais Obrigações Curto Prazo	R\$ 11.305	R\$ 41.558
Passivo Não Circulante		
Provisões a Longo Prazo		
Demais Obrigações Longo Prazo		
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 18.420.131	R\$ 17.104.740

** Obrigações trabalhistas e prev. e assist. a pagar de curto prazo - para possibilitar a comparação foram adicionados R\$ 13.632.022,50 ao valor de 2020 ref. acerto 2021NE000499 de 23/2/21, que teve o objetivo de retificar lançamentos incorretos de 2020. (Notas explicativas n°s.02 e 05).

Figura 112: Passivo Circulante x Patrimônio Líquido em milhões

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é representado pelo resultado do ativo menos o passivo, ou seja, representa o que de fato a UPC possui de bens, deduzidas todas as obrigações.

EXERCÍCIO	2021 (R\$)	2020 (R\$)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	71.161.487	135.856.767
*Resultados Acumulados	71.161.487	135.856.767
*Resultado do Exercício	-4.453.074	60.210.396
*Resultados de Exercícios Anteriores	135.856.767	75.124.637
*Ajustes de Exercícios Anteriores	-60.242.206	521.734
TOTAL DO PASSIVO + PL	91.048.023	87.432.009

Tabela 24: Patrimônio Líquido

*Todas as contas que compõem o grupo Patrimônio Líquido, bem como as variações do PL, foram afetadas pelos ajustes realizados no total de R\$ 61.913.485,66, para corrigir lançamentos equivocados de 2020, mediante as notas de sistema 2021NS000499 e 2021NS000509, de 22/02/21, em contrapartida com as contas de Ativo e Passivo Circulantes. (Notas explicativas nºs 02 e 05), não havendo outras alterações significativas.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais, a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício

resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ou seja, essa demonstração contábil mostra se o ente público aumentou ou diminuiu sua riqueza no ano.

O **resultado do exercício 2021 de R\$ -4.453.074,00** significa que o Tribunal teve mais variações patrimoniais diminutivas que aumentativas.



As variações patrimoniais aumentativas ocorrem basicamente em função do recebimento de repasses orçamentários previstos em lei, visto que a UPC não possui fontes de renda própria.

As variações patrimoniais diminutivas indicam onde os recursos foram aplicados quando da execução das atividades rotineiras do órgão.

Ao lado, são evidenciadas as origens e destinações dos recursos utilizados em 2021:

Variações Patrimoniais Aumentativas (origens)	2021	%
Transferências intragovernamentais recebidas	R\$ 213.075.155	94,1%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 9.652.720	4,3%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 3.708.009	1,6%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	R\$ 226.435.884	100%

Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas)	2021	%
Pessoal e Encargos*	158.809.539	68,8%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27.781.571	12,0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	26.659.945	11,5%
Transferências e Delegações concedidas	5.134.946	2,2%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.655.692	5,0%
Outras Variações Patrimoniais diminutivas	847.267	0,4%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	230.888.959	100%
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	-4.453.074	

* pessoal e encargos - Nota explicativa 02.

Tabela 24: Variações patrimoniais

Conforme se observa acima, as duas maiores despesas do TRE-GO são com a folha de pagamento, classificadas em “Pessoal e Encargos” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”, que somam juntas R\$ 186.591.110,00, o que representa 80,8% das variações diminutivas totais, cujo total em 2021 foi de R\$ 230.888.959,00. Esse índice é considerado normal, uma vez que, em essência, a UPC é uma prestadora de serviços à sociedade, o que requer um elevado número de servidores realizando a prestação jurisdicional.

Em seguida, absorvendo 11,5% das variações diminutivas, apresenta-se o uso de bens, serviços e consumo, que está relacionado com o funcionamento e manutenção da estrutura física da entidade, tais como gastos com energia elétrica, água, limpeza e conservação, segurança, serviços terceirizados em geral, consumo de bens de almoxarifado e, ainda, a depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao órgão.

Gastos menores que completam as variações diminutivas são:

- Desvalorização e perdas de ativos - baixas de bens leiloados cujos valores arrecadados foram recolhidos à União; baixa de bens de informática e mobiliários doados por serem inservíveis ao TRE; baixa de bens extraviados; baixa de valor de imóveis que foram reavaliados e lançados no SPIUNET pela Secretaria de Patrimônio da União (R\$11.655.692,00);
- Transferências e delegações concedidas - transferências de recursos relativos a multas eleitorais e remanejamento de urnas eletrônicas ao TSE (R\$ 5.134.946,00);
- Outras variações patrimoniais diminutivas – referentes a indenizações de transporte pagas a oficiais de justiça em cumprimento de mandados da Justiça Eleitoral e restituições a servidores de despesas com medicamentos (R\$ 847.267,00).

Balanço Orçamentário

O balanço orçamentário evidencia quanto de recurso foi disponibilizado à Unidade Gestora (UG), seus grupos de gastos e a execução deste recurso.

Pelo fato de a Justiça Eleitoral objetivar a prestação de serviços à sociedade, como a grande maioria dos órgãos públicos, a maior parte do orçamento desta Unidade Gestora (98,3%), que consta da dotação atualizada (R\$ 217.752.789,00), está classificado nas Despesas Correntes e está distribuído da seguinte maneira: percentuais referentes às despesas totais – 82,4% no grupo de despesas 1 – Pessoal e Encargos Sociais; 15,9% no grupo 3 – Outras Despesas Correntes e 1,7% no grupo 4 - Despesas de Capital, conforme o gráfico a seguir:



Figura 114: Gráfico despesas orçamentárias

Execução Orçamentária

Quando se passa à análise da execução orçamentária do órgão, ou seja, quanto foi utilizado do orçamento disponibilizado, observa-se que em 2021 foi empenhado 99,1% do orçamento concedido.

Das despesas de pessoal e encargos sociais, o percentual pago foi de 97,8%. As despesas correntes foram quitadas em 95,2% e o pagamento dos investimentos atingiu 60,8%.

Cabe observar, quanto aos pagamentos de investimentos, que a execução não foi considerada satisfatória, em razão de atrasos na entrega de bens por fornecedores, o que levou a Administração a inscrever parte dos empenhos em Restos a Pagar para pagamento em 2022.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Empenhado	Despesas Pagas	% Pago
Despesas Correntes	214.095.556	212.240.010	99,1%	208.497.486	97,4%
Pessoal e Encargos Sociais	179.468.235	177.909.691	99,1%	175.523.735	97,8%
Outras Despesas Correntes	34.627.321	34.330.319	99,1%	32.973.751	95,2%
Despesas de Capital	3.657.233	3.645.018	99,7%	2.224.172	60,8%
Investimentos	3.657.233	3.645.018	99,7%	2.224.172	60,8%
Total Despesas Orçamentárias (II)	217.752.789	215.885.028	99,1%	210.721.658	96,8%

Tabela 25: Execução orçamentária - 2021

Execução de restos a pagar:

Foram inscritos em 2020 para pagamento em 2021 o total de R\$ 4.224.890,00, dos quais 66,8% foram pagos no exercício 2021. Na análise, foram considerados todos os empenhos dos grupos de despesa 1-pessoal, 3-custeio e 4-investimento, incluindo aqueles relativos às Eleições 2020:

Tabela 26: Quadro da Execução dos Restos a Pagar					
	Inscritos*	Liquidados	Pagos	Saldo a Pagar	% Pgto
Restos a Pagar Não Processados	4.190.999	2.815.651	2.796.351	144.285	66,7%
Restos a Pagar Processados	33.891	-	25.215	-	
TOTAL	4.224.890	2.815.651	2.821.566	144.285	66,8%

* O valores dos restos a pagar inscritos estão deduzidos dos cancelamentos de RP

O saldo a pagar remanescente de Restos a Pagar (R\$ 144.285,00) é referente a serviços de manutenção de móveis (cadeiras), cuja prestação está em andamento e deverá ser concluída no primeiro semestre de 2022.

Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa

Ambas as demonstrações tem a mesma finalidade que é a demonstração dos ingressos e dispêndios financeiros da instituição, sendo diferentes na forma de apresentação dos dados. Enquanto no Balanço Financeiro a apresentação se dá por classificação orçamentária, na Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia ingressos e desembolsos financeiros separando-os por tipo de atividade:

Operacionais: Despesas de funcionamento da Entidade;

Investimento: Pagamento de bens permanentes adquiridos; e

Financiamento: Não ocorre no TRE-GO.

As entradas financeiras em 2021 constantes na DFC exercício de 2021, de R\$ 213.666.593,00, foram predominantemente recebidas da União (98,3%), destinadas ao pagamento das despesas normais do Tribunal, enquanto que as saídas são as abaixo referidas, no valor total de R\$ 214.925.248,00, separadas em atividades operacionais e atividades de investimento.

Pelo gráfico, verifica-se redução de ingressos (-7,2%) e de despesas (-3,8%) de 2020 para 2021. Esse decréscimo é esperado em vista da ocorrência de Eleições em 2020, ao contrário do ano em análise.

As despesas desse grupo de itens se referem a:

Pessoal e demais despesas correntes: pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas da Justiça Eleitoral em Goiás, bem como de benefícios aos servidores;

Transferências concedidas: pagamento de despesas de custeio, tais como manutenção predial, serviços de água, energia e telefonia, aquisição de materiais de consumo, locações de imóveis, serviços de limpeza, vigilância, apoio de TIC, entre outros;

Outros desembolsos operacionais: referem-se, principalmente, ao repasse ao TSE de receitas arrecadadas referentes a multas do código eleitoral e legislação conexas.

Atividades operacionais (em milhões)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2021	%	2020	%
Ingressos	213.666.593		230.317.224	-7,2%
Outros Ingressos Operacionais	213.666.593		230.317.224	-7,2%
Ingressos Extraorçamentários	6.017	0,0%	450.920	-98,7%
Transferências Financeiras Recebidas	209.973.822	98,3%	225.401.079	-6,8%
Arrecadação de Outra Unidade	3.686.754	1,7%	4.461.675	-17,4%
Demais recebimentos	0	0,0%	3.550	-100,0%
Desembolsos	-214.925.248		-223.453.689	-3,8%
Pessoal e demais Despesas Correntes	-189.154.460	88,0%	-197.496.072	-4,2%
Transferências Concedidas	-21.682.992	10,1%	-21.045.966	3,0%
Outros Desembolsos Operacionais	-4.087.797	1,9%	-4.911.650	-16,8%
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-1.258.656		6.863.535	-118,3%

Figura 115: Atividades operacionais (em milhões)

As atividades de investimento, no total de R\$ 2.705.773,00, são relativas à aquisição de equipamentos e materiais permanentes - equipamentos de informática, softwares e veículos utilizados nas Zonas Eleitorais e Secretarias do TRE-GO.

O total desses investimentos foi reduzido em relação ao ano anterior, que totalizou R\$ 5.189.521,00. A variação de valores é normal, visto que as demandas são diferentes a cada ano, a depender da necessidade de reposição, troca ou modernização a ser implementada.

Atividades de investimento (em milhões)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2021	%	2020	%
Ingressos	0		0	
Desembolsos	-2.705.773		-5.189.520	-47,9%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.055.636	39,0%	-5.013.234	-78,9%
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.650.136	61,0%	-176.285	836,1%

Figura 116: Atividades de investimento (em milhões)

Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis

As atividades orçamentárias, financeiras e contábeis exercidas pelo Tribunal, bem como a elaboração das demonstrações contábeis, foram realizadas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000, além da Lei Orçamentária anual (14.144/2021) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (14.116/2020). Observados, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, esses últimos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Tais demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade gestora - UG 070023 – Tribunal Regional Eleitoral de Goiás do órgão 14000 – Justiça Eleitoral, administração direta, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.

Principais critérios e políticas contábeis

Estoques (NBC TSP 04/2016) - compreendem o valor dos bens adquiridos com o objetivo utilização própria no curso normal das atividades desta UPC, e são mensurados na entrada com base no valor de aquisição e nas saídas, através do custo médio

ponderado de cada item requisitado;

Imobilizado (NBC TSP 07/2017) - os bens móveis e imóveis são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção. Sendo que, caso tenham vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo, quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período. No caso de transferências e baixas de ativos, o valor atribuído é o valor contábil líquido constante nos registros deste Tribunal;

Intangível (NBC TSP 08/2017) - os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade ordinária do órgão são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os bens intangíveis com vida útil definida ficam sujeitos a amortização sistemática durante esse período;

Depreciação, Amortização ou Exaustão, Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Depreciação é a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo de sua vida útil. O cálculo da depreciação nos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas será realizado pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão.

Amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis **que tiverem a vida**

útil econômica limitada e definida. Tem como característica fundamental a redução do valor do bem. Dessa forma, a vida útil do ativo intangível é classificada em definida ou indefinida e a amortização respectiva apenas ocorrerá para os ativos intangíveis de vida útil definida (limitada). A Justiça Eleitoral, por meio das suas áreas de patrimônio, tecnologia e contabilidade, ampliou o controle e processo para calcular e classificar seus ativos intangíveis, definindo-os em ativos de vida útil definida ou indefinida, a depender de cada caso, no recente Sistema de Amortização de Ativos Intangíveis, criado em 2020 para esse fim.

Atualmente, na Justiça Eleitoral, a amortização está relacionada a softwares adquiridos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada pela Justiça Eleitoral periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Exaustão é a perda do valor decorrente da exploração de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais ou bens aplicados nessa exploração. O TRE-GO não possui esse tipo de bem.

Procedimentos Contábeis: A entidade pública necessita apropriar, ao resultado de um período, o desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação, amortização ou exaustão, em obediência ao princípio da competência.

Este Tribunal aplica as disposições contidas na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis, no Manual SIAFI - Macrofunção 02.03.30 e na NBC TSP nº 07/2017. As informações da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (ASI). A apuração relativa aos bens imóveis ocorre pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet).

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado/intangível, deduzido do valor residual, quando houver. Utiliza-se como método de cálculo do encargo de depreciação, amortização e exaustão o das quotas constantes, método esse compatível com a vida útil econômica dos ativos, aplicado uniformemente na totalidade dos bens depreciáveis/amortizáveis. Para atribuição do período de vida útil e valor residual dos bens do TRE-GO, adota-se a tabela estabelecida pelo Manual SIAFI - Macrofunção 02.03.30.

Mecanismos para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização

Para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade, da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis, a Seção de Contabilidade Gerencial e analítica - SCGEA, responsável pela contabilidade deste TRE, adota como

principais procedimentos:

- a) verificação dos processos de despesa quanto aos seus aspectos legais e contábeis, visando à correta escrituração dos atos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Administração, solicitando, quando necessário, a regularização de impropriedades verificadas;
- b) prestação de assistência e orientação na aplicação de normas e técnicas contábeis às unidades responsáveis pela execução orçamentária e financeira;
- c) procedimentos contábeis necessários ao encerramento do exercício e abertura de cada exercício financeiro;
- d) análise de balancetes, contas irregulares e saldos invertidos e inconsistentes, efetuando ajustes, com vistas à consistência das demonstrações contábeis;
- e) elaboração e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos prazos legais, a fim de permitir a transparência, controle e a prestação de contas;
- f) registro de conformidade contábil, em sistema informatizado específico;
- g) exame dos balanços patrimoniais, a qualificação econômico-financeira de licitantes, a fim de assegurar a saúde financeira dos mesmos e adequação da documentação apresentada nos procedimentos licitatórios;
- h) acompanhamento e validação da inclusão, no SIAFI, dos agentes responsáveis por despesas e demais bens e valores públicos
- i) verificação do cumprimento das obrigações tributárias e acessórias emanadas da legislação vigente;
- j) análise mensal, do Relatório de Movimentação do Almoxarifado (RMA) e o Relatório de Movimentação de Bens (RMB), verificando se os seus valores estão em consonância com os saldos contábeis registrados no SIAFI, efetuando as retificações necessárias;
- k) analisar contabilmente a folha de pagamento de pessoal.

Destaca-se, entre os procedimentos citados, o Registro da Conformidade Contábil, atividade realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI nº. 020315, mediante a conferência da correção dos lançamentos contábeis, que visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI.

A Setorial Contábil não executa serviços de empenho, liquidação e pagamento, em observância à segregação de função no processo de registro da conformidade.

Além desses procedimentos, a alta Administração da UPC acompanha e orienta todo o ciclo orçamentário, desde a fase de proposta orçamentária à execução da despesa, gerencia os créditos orçamentários iniciais e adicionais, efetua a análise jurídica e administrativa de procedimentos licitatórios, realiza procedimentos de auditoria por amostragem e a publicação de relatórios na internet, página da Transparência do Regional, dentre outros.

Informações acerca do setor de contabilidade

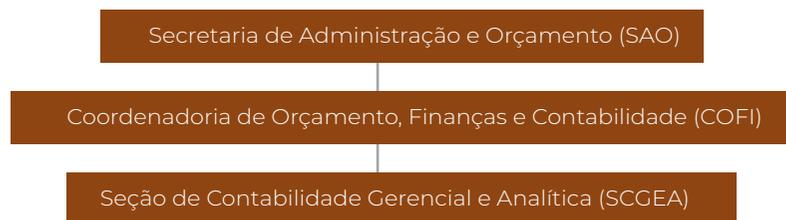


Figura 117: Estrutura orgânica contabilidade

A Seção de Contabilidade Gerencial e Analítica conta com 02 (dois) servidores e 01 (um) terceirizado, como apoio administrativo, sendo responsáveis pela contabilidade, a servidora:

Maria de Lourdes Macedo de Andrade

Técnico Judiciário – Área Administrativa

CRC nº GO-011.264/O

Período de atuação: 01/01/2021 a 31/12/2021

No rol de atribuições da Seção de Contabilidade Gerencial e Analítica, apresentam-se como principais as atividades listadas no tópico “Mecanismos para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização”.

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e está pautada na Macrofunção

020315 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP).

As demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstração de variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a [Lei nº 4.320/64](#), o [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público](#) (MCASP) e o [Manual SIAFI](#).

MARIA DE LOURDES MACEDO DE ANDRADE

CRC nº GO-011.264/0-4

As informações relativas às Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás são de acesso público. Para informações mais detalhadas, os demonstrativos citados neste documento encontram-se no [portal deste Tribunal](#).

Notas Explicativas

Exercício 2021

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº 05.526.875/0001-45, localizado na Praça Cívica, 300, Setor Central, Goiânia, estado de Goiás, é um órgão público do Poder Judiciário Federal. Cumpre ao TRE-GO realizar eleições, garantir o exercício da cidadania e solucionar os conflitos eleitorais no Estado de Goiás, tendo por objetivo garantir a legitimidade do processo eleitoral por meio da execução de atividades administrativas e judiciárias que visem a assegurar a integridade do cadastro eleitoral e a realização das eleições.

As notas explicativas a seguir apresentadas se referem a itens das demonstrações contábeis para os quais foi percebida a necessidade de maiores esclarecimentos:

Balanco Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa compreende os numerais em espécie, depósitos bancários disponíveis e equivalentes de caixa que são ativos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2021, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa representou o percentual de 3,3% de todo o Ativo (AC + ANC) do TRE-GO, tendo o saldo final se reduzido em 57,3% em relação ao exercício de 2020. A integralidade dos recursos ao final de 2021, no valor de R\$ 2.954.637,00, se classificou na conta “Limite de saque com vinculação de pagamento” e visa

ao atendimento de despesas diversas, sendo que o saldo do ano 2021 se transferiu a 2022 para atendimentos das despesas previstas para o mês de janeiro/2022.

A redução de valor em relação a 2020 se justifica devido ao menor volume de despesas a pagar em 2021, ano não eleitoral, transferidas ao exercício de 2022.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

A conta do Ativo Circulante Créditos a Curto Prazo em 2020 sofreu impacto de lançamento, realizado a maior, por engano, atinente à reversão de variação patrimonial diminutiva de remuneração (despesa) em contrapartida com apropriação de adiantamento de férias (ativo), rotina realizada mensalmente pelo Tribunal conforme [Acórdão nº 1322/2018 – TCU/Plenário](#), procedimentos da CCONT/STN listados no Manual SIAFI código 021142 – Folha de Pagamento e Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

O referido lançamento, no total de R\$ 48.281.463,16, foi retificado em 22/02/2021, no Sistema SIAFI, mediante a Nota de Sistema 2021NS000509, deduzindo-se o valor referido da conta de Ativo em contrapartida com a conta do Patrimônio Líquido - “Ajuste de exercícios anteriores”, cuja finalidade é possibilitar acertos contábeis da espécie. Para fins de análise dos demonstrativos contábeis de 2021, foi deduzido o lançamento equivocado do montante de 2020. Esse lançamento refletiu no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, na apuração do resultado do exercício de 2020, afetando a análise comparativa.

Nota 03 - Ativo Imobilizado

O imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (móveis e imóveis) destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização quando tiverem vida útil definida, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período (despesas).

Em 31/12/2021, o saldo de Ativo Imobilizado era de R\$ 76.338.054,00. A seguir, a composição do seu subgrupo, nos exercícios de 2020 e 2021:

Imobilizado	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)*
Bens Móveis	28.658.100,15	25.184.631,26	15,90%
(+) Valor Bruto Contábil	52.811.145	48.980.413,25	7,80%
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-23.622.556	-23.795.782	-0,70%
Bens Imóveis	47.149.464	53.937.239	-12,60%
(+) Valor Bruto Contábil	51.915.409	58.578.599	-11,40%
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.765.945	-4.641.360	2,70%
Total	76.338.054	79.121.870	-3,50%

Tabela 27: Imobilizado

*AH – Avaliação horizontal.

Bens Móveis

Os bens móveis em 31/12/2021 totalizavam R\$ 29.188.590,00 (descontado o valor da depreciação acumulada no montante de R\$ 23.622.556,00), distribuídos em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Móveis	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)*
Bens Móveis	28.658.100,15	25.184.631,26	15,90%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.133.018	2.404.600	-11,3%
Bens de Informática	36.123.021	31.461.194	14,8%
Móveis e Utensílios	8.289.807	7.975.831	3,9%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.241.967	2.177.247	3,0%
Veículos	3.387.640	4.357.640	-22,3%
Bens Móveis em Almoxarifado	0	501	-100,0%
Demais Bens Móveis	635.692	603.401	5,4%
Depreciação / Amortização Acumulada	-23.622.556	-23.795.782	-0,7%
Total	29.188.590	25.184.631	15,9%

Tabela 28: Bens móveis

O maior valor bruto entre os bens móveis registrados, 68,4% referem-se a bens de informática (R\$ 36.123.021,00). Tendo em vista as necessidades e atividades relacionadas às atribuições designadas à Justiça Eleitoral, os Bens de Informática, a exemplo de computadores e urnas eletrônicas, são essenciais tanto à atividade fim como à atividade meio do Tribunal.

O segundo maior valor é de móveis e utensílios, com 15,7% (R\$ 8.289.807,00). Nesse subgrupo estão classificados os mobiliários e utensílios para atendimento nos cartórios eleitorais do

estado de Goiás, bem como nas Secretarias do Tribunal.

Bens Imóveis

Os bens imóveis em 31/12/2021 totalizaram R\$ 47.149.464,00 (descontado o valor da depreciação acumulada no montante de R\$ 4.765.945,00), distribuídos em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Imóveis	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)*
Bens de Uso Especial	51.798.153	45.695.238	13%
Bens Imóveis em Andamento	0	1.674.139	-100%
Instalações	117.256	93.527	25%
Demais Bens Imóveis	0	11.115.695	-100%
Depreciação / Amortização Acumulada	(4.765.945)	(4.641.360)	3%
Total	47.149.464	53.937.239	-13%

Tabela 29: Bens imóveis

Quase a totalidade dos bens imóveis registrados se classificam no grupo de Bens de Uso Especial. O percentual, de 99,8%, perfaz o montante de R\$ 51.798.153,00 apurado em 31/12/2021 em valores brutos.

Os Bens Imóveis em Andamento referem-se à conta Estudos e Projetos somados às Obras cujas execuções não foram ainda concluídas. A conta referida teve seu saldo reclassificado em 2021 para a conta Bens de Uso Especial, visto que, no período, não houve obras (de construção ou de reforma que agregasse valor ao imóvel) em andamento no TRE-GO.

A conta “Instalações” corresponde às benfeitorias relevantes efetuadas em imóveis e inerentes a este, como instalação de elevadores, salas-cofres, painéis de energia solar, sistema

de detecção e alarme de incêndio, grupo gerador, sistema contra descargas atmosféricas, etc.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP **não estabelece roteiro ou procedimento de depreciação padronizado da conta de Instalações para o âmbito da Administração Pública Federal.**

Dessa forma, nenhum órgão da administração pública direta da União, atualmente, tem estabelecido o procedimento de depreciação individualizado para os valores registrados na Conta de Instalações.

A ausência dessa depreciação exclusiva de instalações poderá ser sanada no processo de baixa da conta de instalações e respectiva incorporação aos imóveis aos quais pertencem quando do processo de reavaliação desses imóveis, ocasião em que os efeitos da depreciação das instalações serão considerados. Reitera-se que a depreciação dos imóveis ocorrerá **mensalmente e automaticamente** pelo procedimento descrito de depreciação sob a responsabilidade e **competência direta da SPU e STN**, incluindo-se os valores das instalações incorporadas aos imóveis a serem depreciados.

A conta **“Demais bens imóveis”** foi analisada no decorrer de 2021 pela unidade de contabilidade gerencial e analítica, procedendo-se a ajustes contábeis em conformidade com a Orientação nº 03/2021 do Tribunal Superior Eleitoral, que orienta sobre o encerramento do exercício 2021. A pesquisa foi realizada em todos os lançamentos contábeis no período de 2001 a 2020 e os ajustes realizados foram os seguintes:

- baixa de valores de imóveis classificados na conta “bens não registrados no Spiunet” relativamente àqueles imóveis que tiveram reavaliações pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU após a data de conclusão de suas respectivas construções. Esse procedimento visa evitar a duplicidade do registro do bem, visto que após a reavaliação, a SPU lança o valor do bem na conta “bens registrados no Spiunet”;
- reclassificação para a conta “Edifícios”, integrante do grupo “Bens de uso especial”, obras de construção que já se encontram concluídas, mas que ainda estavam registradas como “Obras em Andamento” e que foram reclassificadas posteriormente e de forma indevida para a conta “Demais bens imóveis”.

Nota 04 - Depreciação

A Depreciação compreende o decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração ou obsolescência, e a utilidade desse bem à entidade. O Tribunal Superior Eleitoral registra a depreciação de bens em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, com as Orientações contidas na Macrofunção Siafi 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e com orientações internas. A metodologia de cálculo da depreciação adotada para bens móveis foi a das quotas constantes, também conhecida como depreciação linear. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens do TSE foram aqueles constantes da tabela do Manual Siafi (as taxas de depreciação foram

calculadas dividindo-se o valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem). A exceção se dá em relação às urnas eletrônicas, classificadas como equipamentos de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na tabela da Macrofunção Siafi, visto que são bens singulares na Justiça Eleitoral e possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado por equipe do Tribunal Superior Eleitoral. A base de cálculo para a depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos quando os valores forem identificados, especificados e atribuíveis diretamente à aquisição e construção do bem. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. De outro modo, para a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis, o cálculo é mensal

A conta Depreciação Acumulada registra a diminuição do valor dos elementos do Ativo Imobilizado. Neste caso, R\$ 23.622.556,00 referem-se à depreciação acumulada dos bens móveis, e R\$ 4.765.945,00 aos bens imóveis. Essa conta está diretamente relacionada ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência dos bens móveis ou imóveis.

O critério utilizado para o cálculo da depreciação acumulada dos bens móveis é o critério de quotas constantes, equação formada pela divisão do valor depreciável pelo tempo de vida útil do respectivo bem do imobilizado.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os in-

diretos quando os valores forem identificados, especificados e atribuíveis diretamente à aquisição e à construção do bem.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

De outro modo, para a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis, o cálculo, mensal e automático, vem sendo realizado pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU e registrado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN na contabilidade dos órgãos federais.

A [Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014](#) dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos órgãos federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos bens imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, à exceção da depreciação que, por sua vez, é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizada no SIAFI.

O cálculo do valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Nesse sentido, a vida útil e valor residual dos imóveis serão definidos com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 05 - Ativo Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

O grupo “Intangível” registrados na Justiça Eleitoral em

31/12/2021 é composto em sua totalidade por softwares de vida útil indefinida:

Intangível	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Software com Vida Útil Definida	0,00	3.765.108,24	-100%
Software com Vida Útil Indefinida	5.046.831,15	30.595,79	16495,2%
Total	5.046.831,15	3.795.704,03	33%

Tabela 30: Ativo Intangível

De acordo com a Portaria STN n.º 548/2015, o registro contábil dos intangíveis passou a ser obrigatório para a União em 2019, especificamente em relação a softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres. Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral expediu a Orientação SOF/TSE n.º 12/2019, na qual padronizou, no âmbito da Justiça Eleitoral, os procedimentos de reconhecimento, mensuração, evidenciação e amortização do Ativo Intangível.

O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e amortização correspondente. No TRE-GO, o sistema está em fase de implantação, que se iniciou em 2021, de forma gradativa, haja vista a necessidade de mapear cada software para o cadastramento no sistema de patrimônio com o ajuste correspondente no Sistema SIAFI. As providências para conciliação realizadas em 2021 foram as seguintes:

- levantamento pelas Secretarias de Tecnologia da Informação e de Administração e Orçamento das licenças de software em uso no Tribunal e classificação por tipo de vida útil (definida/indefinida);
- reclassificação de todos os softwares da conta “Softwares

com vida útil definida” para a conta “Softwares com vida útil indefinida” após a verificação de que todas as licenças em uso atualmente são classificadas como licenças de uso perpétuo. Esclarece-se que as licenças foram inseridas inicialmente como “vida útil definida” pela classificação automática ocorrida no sistema SIAFI em exercícios passados.

- baixa de valores das licenças em desuso pelo Tribunal por motivos diversos, tais como incompatibilidade com novos equipamentos e sistemas adquiridos posteriormente.
- No exercício 2022 deverá ser concluído o trabalho de pesquisa e conciliação com o sistema de patrimônio de todas as licenças em uso no Tribunal.

Nota 06 – Passivo – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. Pagar a Curto Prazo

O subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo é composto pela conta Pessoal a Pagar. Trata-se de registro do Passivo por competência de férias e 13º salário, apropriado de acordo com relatório do Sistema de Folha de Pagamento SGRH da Justiça Eleitoral, consoante [Acórdão TCU nº 1322/2018 – TCU/Plenário](#) e aos procedimentos da CCONT/STN, ao Manual SIAFI código 021142 – Folha de Pagamento, bem como à Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Essa conta do Passivo Circulante, Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. Pagar a Curto Prazo sofreu em 2020 impacto de lançamento, realizado a maior, por engano, atinente à baixa de férias a pagar (Passivo) em contrapartida com adiantamento de férias (Ativo), rotina realizada mensalmente pelo Tribunal

conforme [Acórdão TCU nº 1322/2018 – TCU/Plenário](#), procedimentos da CCONT/STN listados no Manual SIAFI código 021142 – Folha de Pagamento e Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

O referido lançamento no total de R\$ 13.632.022,50 foi retificado em 22-02-2021, no Sistema SIAFI, mediante a Nota de Sistema 2021NS000499, acrescendo-se o valor referido da conta de Passivo em contrapartida com a conta do Patrimônio Líquido - “Ajuste de exercícios anteriores”, cuja finalidade é possibilitar acertos contábeis da espécie. Para fins de análise comparativa dos demonstrativos contábeis de 2021 e 2020, foi adicionado o valor baixado equivocadamente em 2020. Esse lançamento refletiu no Balanço Patrimonial (Patrimônio Líquido) e na Demonstração das Variações Patrimoniais e, conseqüentemente, na apuração do resultado do exercício.

Nota 07 – Resultados acumulados – ajustes de exercícios anteriores

O registro na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possa ser atribuído a fatos subsequentes. Para o TRE-GO, a conta Ajuste de Exercícios Anteriores encerrou 2021 com saldo devedor de R\$ 60.242.205,54, um resultado dissonante em relação a 2020, explicado, em sua maior parte, pelos ajustes realizados em fevereiro de 2021, conforme Notas Explicativas 02 e 05 referentes a acertos das contas do Ativo Circulante “Créditos a Curto Prazo” R\$ 48.281.463,16 e do Passivo Circulante “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” R\$ 13.632.022,50.

Relatório de Gestão Fiscal

Nota 07

ONo Relatório de Gestão referente ao exercício 2020, nota explicativa nº 07, foi informado que “O Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2020 apresentou valores da execução de pessoal acima do Limite Máximo estabelecido nos incisos I, II e III, art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A ocorrência é justificada pela severa redução da Receita Corrente Líquida da União, decorrente da queda de arrecadação de tributos pela União, gerada pelo Estado de Calamidade Pública em razão da pandemia de COVID-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo 06/2020, de 20/03/2020...”

Naquela ocasião foi observado que a Administração estava acompanhando a execução de 2021, com vistas ao reenquadramento do órgão aos limites legais, embora, não tenha havido alteração significativa das despesas em relação ao ano anterior e, sim, da arrecadação federal e fórmula de cálculo da Receita Corrente Líquida.

Nesse sentido, após a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2021, que corresponde ao período de janeiro a dezembro de 2021, verifica-se que o órgão voltou a se enquadrar a todos os limites legais: limite máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF), prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) e limite de alerta (inciso II §1º do art. 59). O Relatório de Gestão Fiscal referido pode ser consultado no [nosso site](#).

As demonstrações contábeis podem ser acessadas pelos links abaixo:

[BALANÇO FINANCEIRO](#)

[BALANÇO PATRIMONIAL](#)

[BALANÇO ORÇAMENTÁRIO](#)

[DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA](#)

[DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS](#)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AAGGE - Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica

AGPRI - Assistência de Gestão de Processos e Riscos

ASEPA - Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias

ASICS - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

ASVPC - Assessoria da Vice-Presidência e Corregedoria

BU - Boletim de Urna

CAUD - Coordenadoria de Auditoria Interna

CBAQ - Coordenadoria de Bens e Aquisições

CEDE - Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento

CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGU - Controladoria Geral da União

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

COAD - Coordenadoria Administrativa

COPS - Coordenadoria de Pessoal

CRPE - Coordenadoria de Registro de Dados Processuais e Partidários, Protocolo e Expedição

CSEL - Coordenadoria de Sistemas Eleitorais

DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho

DG - Diretoria-Geral

DJe - Diário da Justiça Eletrônico

DISC - Metodologia para análise do perfil comportamental do servidor

EAD - Ensino a distância

EC - Emenda Constitucional

EJE - Escola Judiciária Eleitoral

ELO - Sistema de cadastramento e recadastramento de eleitores

GAJ - Gratificação Judiciária

Gescomp - Sistema informatizado de Gestão por Competências

GND - Grupo de Natureza da Despesa

GSE - Gestão de Serviços Extraordinários

iGovPessoas - Índice de Governança de Gestão de Pessoas

IT - Instrução de Trabalho

JE/GO - Justiça Eleitoral de Goiás

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

ME - Ministério da Economia

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OEA - Organização dos Estados Americanos

OVG - Organização das Voluntárias de Goiás

PAD - Processo Administrativo Digital

PCGATI - Política Corporativa de Gestão de Ativos de Tecnologia de Informação

PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PETI - Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação

PGD - Política de Gestão de Dados

PO - Plano orçamentário

PJe - Processo Judicial Eletrônico

PRES - Presidência

PC - Prestação de Contas

RCand - Registro de Candidatura

Rp - Representação

RP - Restos a pagar

SADP - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos

SADP Web - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos Web

SAO - Secretaria de Administração e Orçamento

SEDAP - Seção de Direitos, Averbações e Previdência

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade

SGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIC - Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos

SJD - Secretaria Judiciária

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TI - Tecnologia da Informação

TJ/GO - Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TRE-GO - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UE - Urna Eletrônica

UGR - Unidade Gestora Responsável

UPC - Unidade Prestadora de Contas

VB - Vencimento Básico

VPCRE - Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figuras:

Figura 01: Organograma

Figura 02: Modelo de governança

Figura 03: Modelo de negócios

Figura 04: Cadeia de Valor

Figura 05: Desafios e Oportunidades

Figura 06: Prêmio CNJ da Transparência

Figura 07: Ouvidoria em números

Figura 08: Carta de serviços ao cidadão

Figura 09: Canais de Comunicação

Figura 10: Objeto das manifestações

Figura 11: Tipo das manifestações

Figura 12: Meio de contato das manifestações

Figura 13: Números redes sociais

Figura 14: Determinação da Materialidade das Informações

Figura 15: Processo de elaboração do Relatório Integrado

Figura 16: Determinação da Materialidade das Informações

Figura 17: Processo de elaboração do Relatório Integrado

Figura 18: Registro do processo de gestão de risco

Figura 19: Diagrama Gestão de Riscos

Figura 20: Matriz Swot

Figura 21: Principais oportunidades específicas identificadas

Figura 22: Conselho e principais comitês

Figura 23: WhatsApp Justiça Eleitoral

Figura 24: Ranking Transparência CNJ

Figura 25: Selo Prata -

Prêmio CNJ de Qualidade

Tabela 26: Partes interessadas

Figura 27: Objetivo Estratégico

Figura 28: Atendimentos

Figura 29: Atendimentos Vapt Vupt

Figura 30: Desdobramento da Estratégia Nacional

Figura 31: Mapa estratégico

Figura 32: Objetivos estratégicos

Figura 33: Índice de cumprimento das metas - indicadores estratégicos

Figura 34: Índice de cumprimento das metas - indicadores estratégicos

Figura 35: Objetivo estratégico 1

Figura 36: Objetivo estratégico 2

Figura 37: Objetivo estratégico 3

Figura 38: Objetivo estratégico 4

Figura 39: Objetivo estratégico 5

Figura 40: Objetivo estratégico 6

Figura 41: Objetivo estratégico 7

Figura 42: Objetivo estratégico 8

Figura 43: Iniciativas por Objetivo Estratégico

Figura 44: Execução do Plano de Gestão

Figura 45: Execução das iniciativas do Plano de Gestão

Figura 46: Logotipo Eleições 2020

Figura 47: Relatório de avaliação Eleições 2020

Figura 48: Processo eleitoral

Figura 49: Planejamento das eleições BI

Figura 50: índice de execução de auditorias

Figura 51: índice de execução de auditorias

Figura 52: Quadro auditorias - Qualidade

Figura 53: Orçamento 2021

Figura 54: Dotação classificada por identificador de resultado primário 2021

Figura 55: Evolução dos gastos

Figura 56: Grupo Despesa: 3 - Outras despesas correntes

Figura 57: Grupo Despesa: 4 - Investimentos

Figura 58: Despesas obrigatórias e financeiras

Figura 59: Despesas obrigatórias - Grupo 1: Pessoal e encargos sociais

Figura 60: Despesas obrigatórias - Grupo 3: Outras despesas correntes

Figura 61: Valores autorizados em relação aos pagos

Figura 62: Valores autorizados em relação aos pagos - Grupo 3: Outras despesas correntes

Figura 63: Valores autorizados em relação aos pagos - Grupo 4: Investimentos

Figura 64: Classificação das despesas discricionárias por Grupo e Plano Interno

Figura 65: Execução orçamentária dos principais Programas/Projetos/Ações

Figura 66: Legislação aplicada Gestão de Pessoas

Figura 67: Índice de maturidade em gestão de pessoas

Figura 68: Perfil da força de trabalho

Figura 69: Estágio remunerado

Figura 70: Mesário Voluntários

Figura 71: Valor aplicado e n. de diligências

Figura 72: Evolução de gastos com pessoal

Figura 73: Quantitativo inativos e pensionistas

Figura 74: Servidores em estágio probatório

Figura 75: Progressão e promoção funcional

Figura 76: Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Figura 77: Auxílio-Bolsa - Graduação e Pós-graduação

Figura 78: Capacitações e capacitados

Figura 79: Investimento

Figura 80: Atenção à saúde

Figura 81: Principais enquadramentos contratações

Figura 82: Total de pagamentos em contratações relativas a custeio e investimento em 2021

Figura 83: Principais gastos com contratações diretas

Figura 84: Distribuição dos recursos por atividade - investimento

Figura 85: Investimentos por objetivo estratégico

Figura 86: Imóveis do TRE-GO em 2021

Figura 87: Evolução da locação de imóveis

Figura 88: Assinatura termo de cessão de uso pelos presidentes do TRE-GO e TRT18

Figura 89: Distribuição dos recursos por atividade - custeio

Figura 90: Frota do TRE-GO

Figura 91: Desempenho indicadores

Figura 92: iGovTI e iGovTIC-JUD

Figura 93: Montante de recursos aplicados em TI

Figura 94: Gastos de TI por natureza de despesa

Figura 95: Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2021)

Figura 96: Fluxo processo custos

Figura 97: Centro de custos - destinação dos recursos

Figura 98: Centro de custos - serviços prestados

Figura 99: 10 maiores itens de custo

Figura 100: Custos por subgrupo

Figura 101: Distribuição dos custos

Figura 102: Ações para redução do consumo de recursos naturais

Figura 103: Consumo de recursos naturais - Comparativo 2021/2020

Figura 104: Destinação de resíduos

Figura 105: Principais desafios e ações futuras

Figura 106: Eventos de acessibilidade - visualizações

Figura 107: Execução da despesa

Figura 108: Gráfico Execução da despesa

Figura 109: Gráfico Execução da despesa - despesas correntes

Figura 110: Evolução do ativo 2020-2021

Figura 111: Evolução de itens do ativo 2020-2021

Figura 112: Passivo Circulante x Patrimônio Líquido em milhões

Figura 113: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Figura 114: Gráfico despesas orçamentárias

Figura 115: Atividades operacionais (em milhões)

Figura 116: Atividades de investimento (em milhões)

Figura 117: Estrutura orgânica contabilidade

Tabelas:

Tabela 1: Índice de governança pública - iGovPub

Tabela 2: iGovTIC-Jud

Tabela 03: Indicadores, resultados e metas

Tabela 04: Principais projetos por Objetivos Estratégico

Tabela 05: Indicadores de governança 2017/2018 e 2021

Tabela 06: Resumo geral das inspeções e correções Corregedoria

Tabela 07: Calendário de inspeções

Tabela 08: Evolução da execução orçamentária

Tabela 09: Execução de Restos a Pagar em 2021

Tabela 10: Provisões recebidas 2021

Tabela 11: Provisões recebidas 2021 - grupo de despesa

Tabela 12: Desempenho atual x esperado

Tabela 13: Limite de pagamentos

Tabela 14: Desligamentos - 2021

Tabela 15: Redistribuições - 2021

Tabela 16: Situação força de trabalho - 2021

Tabela 17: Quantidade de servidores por Classe/Padrão Dez/2021

Tabela 18: Área de trabalho - 2021

Tabela 19: Gastos das Contratações por Finalidade - 2021

Tabela 20: Justificativas referentes às contratações

Tabela 21: Principais iniciativas e resultados na área de TI por Cadeia de Valor do TRE-GO

Tabela 22: Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

Tabela 23: Critério de maturidade sustentável

Tabela 24: Variações patrimoniais

Tabela 25: Execução orçamentária - 2021

Tabela 26: Quadro da Execução dos Restos a Pagar

Tabela 27: Imobilizado

Tabela 28: Bens móveis

Tabela 29: Bens imóveis

Tabela 30: Ativo Intangível

